

cadernos do

terceiro mundo

**ANGOLA:
A CONTRA
OFENSIVA
DIPLOMÁTICA**

Novembro/1981 - Esc. 60\$00 - MT 60,00 - PG 60\$00 - CV 60,00 - Kw 60,00 - Cr\$ 120,00 - Ano IV - nº 38

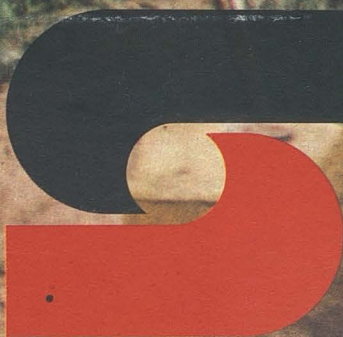
ORIENTE MÉDIO: DEPOIS DE SADAT

CONFIDENCIAL

**Documento
de Santa Fé**

**A estratégia
de Reagan
para a
América Latina**





**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

Nossas previsões sobre Sadat

O nosso único erro, na previsão do fim do regime de Sadat que aparece na edição anterior de "cadernos" ("Sadat contra todos", nº 37, páginas 77 e 78), foi no método usado pelos seus opositores. Nas conversações que representantes da revista mantiveram em Beirute, Trípoli e outras capitais árabes ou européias com dirigentes da oposição egípcia no exílio — alguns deles militares — era evidente que se preparava algo, que nos levava a pensar que a derrubada do "Raís" seria tentada mediante um golpe de Estado militar. Os conspiradores do Cairo optaram pelo atentado, mas isso não invalida a atualidade e precisão das nossas previsões. Seria ingênuo aceitar que a morte de Sadat tenha sido o "ato desesperado de fanáticos", como faz crer a propaganda oficial egípcia, e não o desfecho de uma conspiração gerada nas Forças Armadas e que está ainda longe de ter chegado a seu termo.

No artigo de Neiva Moreira, que esteve recentemente no mundo árabe, como no editorial, são examinados este e outros aspectos da eliminação de Sadat e da crise que se abate sobre o Egito e as suas repercussões internacionais.

Na outra ponta da estratégia de dominação norte-americana, Paulo Cannabrava Filho, de volta da América Central e Caribe, nos oferece uma análise do chamado documento de Santa Fé que ajuda a compreender muitos dos fatos que hoje ocorrem no mundo, forjados nos laboratórios da Casa Branca e do Pentágono.

Mas essa edição não estaria completa sem uma informação, mais abrangente, da insurreição pacífica dos países europeus contra o "holocausto atômico" que os belicistas de Washington estão armando, na falsa expectativa de que o seu próprio território ficará imune a uma guerra nuclear que desejariam limitada. Outros temas, como a contra-ofensiva diplomática de Angola, ampliam a análise do panorama internacional dos turbulentos dias que vivemos. Uma palavra final aos leitores:

todos os nossos serviços, do México a Maputo, de Lisboa e Roma ao Rio de Janeiro estão empenhados na solução de um problema vital de "cadernos" que é regularizar a sua periodicidade. E também, no caso brasileiro, melhorar a distribuição. Queremos entrar o Ano Novo com melhores notícias sobre essas deficiências de funcionamento, que procuramos corrigir, e para tanto contamos com a cooperação de nossos leitores.

Revista "Tempo"

Sou leitor e colecionador da revista e também de outras publicações que versam sobre política internacional, a luta dos povos contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo e o racismo. Solicitaria que me respondessem se é possível fazer assinatura da revista "Tempo" da República Popular de Moçambique. **Luiz A. dos Santos, R. Senador Vergueiro, 80/601, Flamengo, 22230 Rio de Janeiro-RJ, Brasil.**

Norte é supérfluo

Vendo que os países do chamado Terceiro Mundo não podem mais ser o sustentáculo da economia capitalista de exploração selvagem, os chamados ricos do Norte, liderados pelos Estados Unidos, tentam desestabilizar os regimes democráticos e socialistas, no intuito de ganharem novos mercados para os seus produtos supérfluos. **Antônio J. de Jesus, Salvador, Bahia, Brasil.**

Visão global

(...) Quero também aproveitar para lhes transmitir em nome de meu companheiro e no meu próprio, nossa satisfação pelo apoio à solidariedade, à informação e à formação dada pelos cadernos. Vossa publicação faz parte das nossas reflexões e, porque não, do nosso otimismo: a visão global do processo de libertação nos faz ver o lado positivo dentro das dificuldades e dos golpes em nosso país, a Argentina. **Leonor Santos, Marselha, França.**

Canal importante

Neste momento de revitalização da guerra fria pela batuta do maestro doentio Reagan, de crise do capitalismo que recai sobre os países subdesenvolvidos na forma de uma maior — já terrível — exploração, de agressividade e violência a todos os povos que desejam se libertar, como é importante esse canal de informações sobre o Terceiro Mundo! Parabéns pela excelente revista. **Márcio A. C. Rossi, Florianópolis, Brasil.**

Juan Lechin

Há tempos que sigo a revista com atenção, como uma excelente fonte do que acontece no Terceiro Mundo e como suporte das lutas aí travadas. A difusão que fizeram sobre o meu país, Bolívia, e sobre os problemas que ali se passam, permite manter informado um importante setor da opinião pública. **Juan Claudio Lechin, Nova Iorque, Estados Unidos.**

Norte ou Sul?

Após ter lido o nº 35, resolvi dirigir-me a vocês para que me esclarecessem algumas dúvidas sobre o tão propalado diálogo Norte-Sul: entende-se por Norte os países desenvolvidos, e nesses países estão também incluídos os países socialistas? Entende-se por Sul os países subdesenvolvidos e estes seriam os países não-industrializados? Onde se encaixa o Brasil, que é um país industrializado mas subdesenvolvido? **Marcelo Ribeiro, Rio de Janeiro, Brasil.**

Cristão-novo

Como leitor novo e cristão-novo na política internacional, principalmente a ligada ao Terceiro Mundo, gostaria de saber se existe algum trabalho publicado por esse órgão a respeito do Projeto Carajás. **Olinto S. Cardoso, São Luís, Brasil.**

Marcelo Ribeiro

Rua Visconde de Figueiredo, 64/201 — Tijuca
20550 — Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Márcio A. C. Rossi

Caixa Postal 1239
98000 — Florianópolis-SC, Brasil.

Henrique de Souza Miranda

Av. Gertrudes, 470 — Sala 01
13870 — São João da Boa Vista, SP — Brasil.

Antônio Jorge de Jesus

Direita da Piedade, 6/11
40000 — Salvador-BA, Brasil.

Manuel Caetano Naheque

SPM 2814
Maputo — Rep. Pop. de Moçambique.

Horácio Cayombo Kamponês

Caixa Postal 647
Luena — Moxico — Rep. Pop. de Angola.

Belmiro Manuel Peio

Caixa Postal 1479
Huambo — Rep. Pop. de Angola.

Jorge Machava

Av. Julius Nyerere, 500 — 2º Dtº
Maputo — Rep. Pop. de Moçambique.

Nesta Edição

Editorial

- 5 Sadat, o Raís que não deixou herança

Matéria de capa: Oriente Médio depois de Sadat

- 8 O Mundo Árabe sem Sadat, *Neiva Moreira*
14 O dilema do islamismo militante, *Carlos Castilho*

Especial: A estratégia de Reagan para América Latina

- 19 O pensamento secreto dos cowboys, *Paulo Cannabrava Filho*
22 Confidencial: O Documento de Santa Fé
31 As contradições do belicismo, *Luis Maira*
34 Estados Unidos: A síndrome do Vietnã, *Beatriz Bissio*
39 Os europeus querem o direito de dizer não, *Marco Denegri*
44 As novas regras econômicas da confrontação bélica, *Carlos A. Afonso*

América Latina

- 49 Belize: Enfim a independência, mas falta liberdade, *Roberto Bardini*
56 Cuba: A guerra bacteriológica, *Pablo Piacentini*
59 Caribe: As armadilhas do turismo, *Colin Campbell*

África

- 62 Angola: Cresce o apoio internacional, *Luís Rodrigues dos Santos*
64 Senegal/Gâmbia: Senegâmbia versão 81?, *Alice Nicolau*
67 Senegal: A herança de Senghor, *Micaela Ramada*

Ásia

- 71 Bangladesh: A oposição impõe condições, *Mohamed Salem*

Norte-Sul

- 74 A energia, eixo do conflito Norte-Sul
78 Ricos negam ajuda e pobres ficam ainda mais miseráveis, *Agustín Castaño*

Meio Ambiente

- 81 A lama vermelha ameaça a Jamaica, *Beverley Newell*

Comunicação

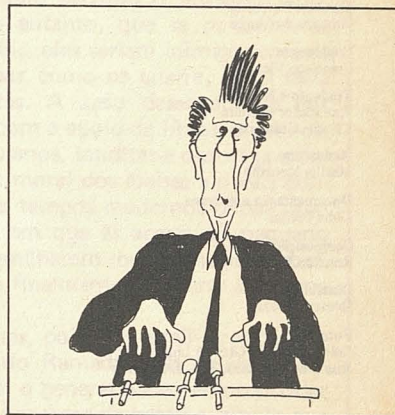
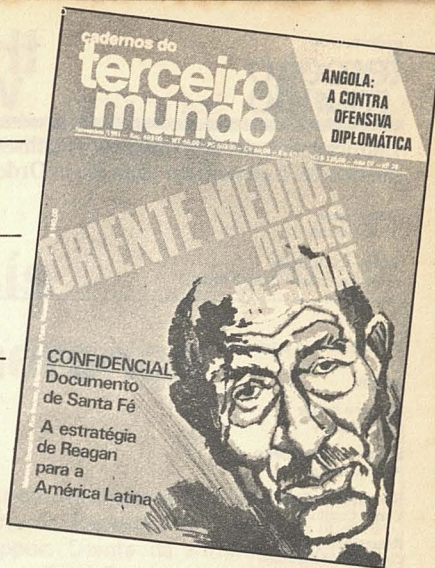
- 84 Moçambique reforma jornais, *Etevaldo Hipólito*

Cultura

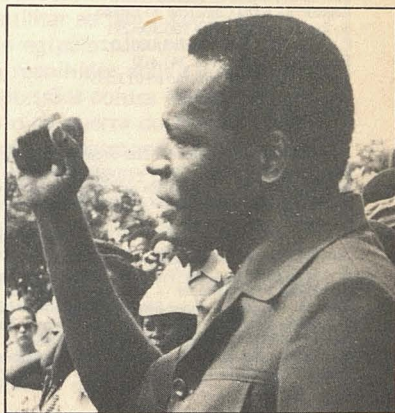
- 85 A inteligência contra a força, *Argemiro Ferreira*
90 Teatro: angolanos aplaudem o "Olho Vivo"

Panorama Tricontinental

- 96 Humor: *Willy*



Reagan e a sua estratégia para a América Latina



O presidente José Eduardo dos Santos

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino da Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 38

Novembro — 1981

Preço de capa: Cr\$ 120,00

Números atrasados: Cr\$ 140,00

● **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Carlos Castilho

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033

Arte
Carmem Saporette
Amaury dos Anjos

Copidesque
Francisco Viana

Tradução e Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Assinaturas
Marília Mourthé

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

Fotolito
Colorrio Stúdio Gráfico Ltda
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

editora terceiro mundo ltda.

Rua da Glória, 122 — Salas 105/106
Tel.: 242-1957
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI: Protocolo nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAF (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental — Angola — Argélia — Argentina — Austrália — Áustria — Bangladesh — Belize — Bélgica
Bolívia — Brasil — Cabo Verde — Canadá — Checoslováquia — Chile — Colômbia — Costa Rica — Cuba
Dinamarca — El Salvador — Equador — Espanha — Estados Unidos — Etiópia — Finlândia — França
Granada — Guiana — Guiné-Bissau — Honduras — Iêmen Democrático — Índia — Indonésia — Irã — Iraque
Iugoslávia — Jamaica — Japão — Kuwait — Líbano — México — Moçambique — Nicarágua — Nigéria — Panamá
Paraguai — Peru — Portugal — Porto Rico — Quênia — República Dominicana — Saara — São Tomé e Príncipe
Seychelles — Sri Lanka — Suécia — Suíça — Suriname — Santa Luzia — Tailândia — Trindade-Tobago —
Uruguai — União Soviética — Venezuela — Vietnã — Zâmbia — Zimbábue.

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

Birô Africano

Angola
Eduardo Segui — Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 — Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito — João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

● **Edições em espanhol**

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLOMBIA
ECUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono. 724-712

● **Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BE-LIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. ECUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramén, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarica, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPUBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngrén-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

Sadat, o Raís que não deixou herança

Quando Gamal Abdel Nasser, o primeiro Raís do Egito morreu repentinamente no dia 28 de setembro de 1970, o povo egípcio encheu imediatamente as ruas das principais cidades do país numa demonstração unânime e espontânea de dor. As cidades e aldeias testemunharam uma expressão coletiva de luto árabe: as mulheres batiam no próprio rosto e os homens rasgavam suas vestes. Enquanto isto, no resto do mundo árabe, a população manifestava, em diversos graus, o seu pesar pela morte do líder egípcio.

No dia 6 de outubro deste ano, quando morreu Mohamed Anuar el Sadat, num trágico e espetacular atentado, o povo egípcio permaneceu imóvel, silencioso e indiferente. A vida continuou inalterada. Numerosos chefes de Estado e personalidades estrangeiras assistiram aos funerais do segundo Raís, mas eles estavam representando potências ocidentais e o Estado sionista, na pessoa do primeiro-ministro Menahem Begin. O mundo árabe esteve totalmente ausente, pois nenhum de seus líderes — com exceção dos presidentes do Sudão, Jaafar Numeiry, e da Somália, Siad Barre — se deslocou até o Cairo para prestar as últimas homenagens a Sadat.

As duas imagens têm valor simbólico perfeito, correspondendo a duas realidades distintas: a de Nasser, identificado com seu povo e com a nação árabe; e a de Sadat, isolado interna e externamente. Quando ainda era um desconhecido, logo após a morte de Nasser, Sadat ganhou popularidade e o respeito ao ser eleito Raís entre os homens fortes do regime, porque se dava bem com todos e não incomodava ninguém. Mas ao instalar-se no poder, Sadat dedicou-se logo nos primeiros anos de seu governo a afastar todos os seus possíveis competidores. Mas mesmo assim estava longe de ser um líder carismático como seu antecessor.

No dia 6 de outubro de 1973, o segundo Raís lançou as tropas egípcias num ataque contra Is-

rael, começando uma guerra que os árabes chamam de guerra do Ramadã e os israelenses guerra do Yom Kippur. Diante da admiração geral, o Egito rompeu a linha Bar Lev, considerada inexpugnável. Os egípcios estiveram perto da vitória, mas não conseguiram derrotar o seu adversário. Evidenciaram, no entanto, que se os árabes se mantivessem unidos, eles seriam inimigos com os quais, tanto na paz como na guerra, Israel teria que acertar contas. A ação desencadeada por egípcios e sírios com o apoio de líbios, argelinos, jordanianos, iraquianos, sauditas e outros combatentes, levantou a moral dos árabes a níveis nunca alcançados nos tempos modernos. Após duas guerras perdidas, em que as armas do pequeno Estado judeu humilharam os soldados árabes, estes conseguiram finalmente recuperar a honra e o orgulho.

Muitos dirigentes, políticos e militares participaram da guerra do Ramadã, mas os árabes em geral identificaram o general Sadat como o líder que conseguiu nos campos de batalha, aquilo que Nasser não havia alcançado. (Embora seja necessário lembrar que o plano militar usado por Sadat foi originalmente concebido por Nasser e executado pelo general Shazli, atualmente no exílio e líder da oposição militar ao regime egípcio.)

Mas o dirigente egípcio não usou todo o respeito e admiração recolhidos após a vitória de 73 para aumentar as pressões contra Israel. Pelo contrário, antes mesmo da guerra do Ramadã, ele já havia deflagrado um processo pelo qual afastava o Egito dos países progressistas. Em 71, Sadat expurgou todos os "nasseristas" importantes e os partidários de uma aproximação com a União Soviética. Em 72, foi mais longe, ordenando a expulsão de todos os conselheiros militares soviéticos que se encontravam no Egito.

Os dois únicos blocos de alianças possíveis dentro do Oriente Médio, uma área de importância estratégica mundial, são os Estados Unidos e

seus aliados e a URSS e seus aliados. Como Israel tem desde a sua criação uma aliança total com os Estados Unidos, seria de esperar que todos os países árabes dispostos a combater o Estado sionista deveriam procurar uma aliança com a potência adversária. Desta maneira, prescindindo dos aspectos ideológicos ou dos modelos sócio-políticos, parecia ser natural que os árabes procurassem na União Soviética as armas, o treinamento e a proteção necessários para enfrentar Israel.

Mas Sadat procurou outro caminho. Possivelmente ele já tivesse feito sua escolha antes da guerra do Ramadã, porque o expurgo dos nasseristas e soviéticos precedeu o início dos combates. Sadat, aparentemente, pensou que poderia ganhar as simpatias norte-americanas para tentar uma solução do problema do Oriente Médio, mostrando antes que não havia qualquer "perigo vermelho" atrás do Egito. Na verdade, ele não foi o único a pensar desta maneira, porque também os sauditas achavam a mesma coisa. Ambos acreditavam ser possível convencer os Estados Unidos de que era necessário, no próprio interesse norte-americano, evitar uma associação exclusiva com Israel e aceitar concessões à causa palestina. Segundo este raciocínio, uma possível tomada de consciência dos norte-americanos deveria levar a Casa Branca a trocar um apoio irrestrito a todos os ataques israelenses contra os árabes, por uma atitude equilibrada. Em outras palavras, significava que os árabes reconheceriam a existência de Israel, e em compensação os Estados Unidos exerceriam pressões sobre Telavive para a criação de um Estado palestino.

Esta situação implicaria que no Oriente Médio, além de Israel, o Egito e todos os demais países do Golfo Árabe, incluindo o Irã, passariam a ter uma estreita aliança com os Estados Unidos, ficando afastada a possibilidade da URSS e movimentos políticos progressistas terem alguma influência na região. Assim ficariam a salvo os interesses econômicos das elites governantes no Golfo e da burguesia egípcia.

Estes cálculos se revelaram no entanto errados, nos dois extremos do leque político. É claro que a perspectiva apresentada por Sadat interessava aos governos de Washington. Mas não ao preço de um rompimento com Israel, que não estava disposto a qualquer concessão no que toca à criação

de um mini-Estado palestino, com relativa autonomia. Assim, o eixo Washington-Telavive aceitou as negociações com o objetivo de ganhar tempo, o que acabou provocando o desgaste de Sadat e de todos os que o apoiaram. Quanto aos palestinos e todos os árabes identificados com eles, a solução proposta por Sadat era inadmissível porque não atendia nenhuma das reivindicações básicas deste setor.

Em tal contexto, o gesto supremo de Sadat, com sua surpreendente viagem a Israel, em novembro de 1977, representou um movimento de grande audácia e uma jogada política coerente com o objetivo de levar suas teses até as últimas consequências. Num primeiro plano porque negociava diretamente com o adversário, naquele momento representado por Menahem Begin, um representante da extrema-direita israelense. A Begin era oferecida uma paz em separado, na esperança de que isto acabasse sendo aceito também pelos árabes conservadores e pelas monarquias, que a imprensa ocidental prefere chamar de moderadas. Esta paz em separado significava garantias de manutenção das principais conquistas israelenses nas várias guerras, em troca da devolução das terras ocupadas em 73 e da aceitação de uma entidade nacional palestina na Cisjordânia. A amplitude da oferta deveria despertar uma vocação negociadora em parte considerável do *establishment* judeu.

A presença de Sadat em Israel — a imagem do soldado estendendo um ramo de oliveira ao seu rival — bem como as perspectivas de paz com o maior país árabe, deveriam induzir os ocidentais e especialmente os Estados Unidos a colocar-se finalmente numa posição de equilíbrio e de pressão sobre Israel. O então presidente norte-americano James Carter via naquela abertura a possibilidade de conseguir um grande feito na arena internacional. Ela compensaria reverses sofridos tanto no plano interno como no externo. Neste aspecto, os cálculos de Sadat não estavam errados, pois ele conseguiu associar seu futuro político aos Acordos de Campo David. Mas tratando-se de Israel, o presidente norte-americano não é senão uma parte do problema. O poderoso *lobby* judeu nos Estados Unidos pesou de maneira decisiva no sentido contrário ao de Sadat.

Mas foi sobretudo a atitude intransigente de Begin, suas constantes agressões ao Líbano e as sucessivas instalações de novas colônias judaicas nos territórios ocupados, sem falar no recente bombardeio da usina nuclear do Iraque, que deixaram o Raís sem margem para manobras. Todos estes acontecimentos ocorridos desde 1973, passando pelo acordo de Campo David até hoje, comprovaram o fracasso da tese levantada por Sadat. Ao levar o jogo político e diplomático até suas últimas consequências, o Presidente egípcio acabou demonstrando que seu projeto, sem julgar intenções, na prática acabou se constituindo num pacto com o inimigo, alcançado mediante o abandono dos seus amigos árabes.

É verdade que ele obteve a devolução de 2/3 do Sinai, mas para restituir a parte restante, Sadat deveria se submeter a novas exigências, bem como admitir que não conseguiria nada para os palestinos. O presidente egípcio não foi capaz de convencer Begin a suspender a instalação de colônias judias nos territórios ocupados.

Nestas condições, nenhum governante árabe, nem mesmo os príncipes do Golfo, acompanharam Sadat em sua travessia até a capitulação. E o que Sadat fez em matéria de política externa, foi imitado na interna. Em 73, ele iniciou uma rápida liberalização política em termos muito parecidos com os das democracias ocidentais, embora com limitações importantes.

O General Presidente acabou com o partido único de Nasser e uma parte do aparelho repressivo então existente porque não estava disposto a continuar a obra revolucionária de seu antecessor. Portanto, não precisaria enfrentar a resistência da burguesia e as conspirações do imperialismo. Pelas mesmas razões libertou muitos dirigentes e militantes da Irmandade Muçulmana e de outras organizações do fundamentalismo islâmico, chegando a ser de fato um aliado da Irmandade.

A doutrina do Presidente permitia um certo pluralismo (no qual a esquerda no entanto não tinha lugar) mas condicionado a uma "unidade nacional", cujos termos foram fixados pelo próprio Sadat, obrigando todos os beneficiados pela abertura política a aceitarem incondicionalmente o projeto externo. A repressão contra a esquerda e

a simultânea liberalização dentro dos limites já mencionados, foram mantidos até a viagem do Raís para Telavive.

A partir de então, foi rompida a aliança que setores islâmicos fundamentalistas e a Irmandade Muçulmana vinham mantendo com o governo. Os componentes do fundamentalismo, apesar de conservadores no terreno religioso, eram inimigos ferrenhos de Israel, dos Estados Unidos e da ocidentalização acelerada do Egito.

Desde então, a Irmandade começou a incentivar a oposição contra Sadat nas mesquitas e nas ruas. Diante do crescimento da resistência popular, Sadat produziu os seus últimos atos: em setembro deste ano mandou prender mais de 1.500 dirigentes religiosos (islâmicos e coptas), políticos, sindicalistas e militares, retirando do regime os últimos vestígios de liberalismo. Muitos dos presos era dirigentes da Irmandade Muçulmana. Em seguida, Sadat organizou um plebiscito absurdo sobre as medidas que acabava de determinar, anunciando um fantástico resultado de 99,45% dos votos a favor do governo. Dias depois (15 de setembro), foram expulsos diplomatas e funcionários civis soviéticos.

Sadat pretendeu demonstrar aos céticos interlocutores norte-americanos e israelenses que seus adversários internos não representavam uma ameaça séria, e que a autocracia instaurada pelo Raís contava com o apoio do povo egípcio.

O comando que matou Sadat no dia 6 de outubro provou o contrário e espalhou a consternação entre os aliados do presidente egípcio. Estes se perguntam agora se o sucessor de Sadat, o general da Força Aérea Hosni Mubarak poderá consolidar o poder, se ele enfrentará violentas lutas internas ou, pelo contrário, um período de estabilidade. Também se indagam se os acontecimentos futuros seguirão rumo à paz com Israel e à concretização dos acordos de Campo David, ou se haverá uma guinada nesse Egito sem Sadat.

Estas e outras perguntas só serão respondidas com o passar do tempo. O povo egípcio e os demais governos árabes, no entanto, já emitiram um julgamento severo contra o Chefe de Estado assassinado ao não participarem dos funerais do homem que dilapidou a magnífica herança de Nasser, para deixar o país hipotecado e num beco sem saída.

O mundo árabe sem Sadat

Embora não se esperem de Hosni Mubarak mudanças radicais na linha pró-Estados Unidos do governo egípcio, é fora de dúvidas que a morte do "Raís" abre uma brecha profunda no esquema estratégico norte-americano

Neiva Moreira

O sr. Claude Cheysson, ministro das Relações Exteriores da França, provocou, em Washington e algumas capitais européias, uma tempestade de protesto às suas declarações sobre o desaparecimento de Anwar Sadat. Em resumo, o chanceler francês fez duas observações sobre o acontecimento: primeiro, de que se surpreendera com a indiferença popular em face do atentado e, segundo, que, "horrível em si mesma, a morte de Sadat faz desaparecer um obstáculo à reconciliação do mundo árabe".

O editorial que nos envia de Roma o nosso companheiro Pablo Piacentini, recolhendo amplas informações do comportamento do povo egípcio no episódio, analisa adequadamente a primeira observação, o que se passou no Cairo. A segunda é



Sadat se transformara em um real gendarme da estratégia norte-americana

uma asseveração que está para ser comprovada, mas são claros os indícios de que se a total reconciliação inter-árabe ainda não chegou, jamais se concretizaria com Sadat à frente do Estado egípcio.

Basta ver o papel que Washington havia reservado ao "Raís" e que ele estava desempenhando com subserviência e constância, para se ter uma idéia da nefasta posição que assumiu, como um fator de discórdia e de debilitamento do poder e da unidade dos árabes.

Um gendarme de Washington

O sr. Reagan e os seus auxiliares acusam, diariamente, o governo líbio de atitudes provocativas frente ao Egito e a seu único aliado árabe, o Sudão do general Numeiry. Na verdade, não fosse a prudência com que têm agido as autoridades da Líbia, a guerra com o Egito estaria deflagrada. O regime de Sadat destacou nada menos de 400 mil soldados para a fronteira líbia e esta não é uma informação jornalística, senão um comunicado do Ministério da Defesa no Cairo.

Ultimamente, as provocações se estenderam à fronteira do Sudão com o Chade, em uma tentativa de atrair forças líbias a um enfrentamento numa região distante de suas bases logísticas.

Mas Sadat não se limitava à agressão contra os líbios. Derrubado o "xá", substituiu por tropas egípcias um exército de ocupação mantido no sultanato de Omã pelo Irã, para sustentar um dos governos mais retrógrados do mundo árabe, que é o do sultão Qabus. Sem esse exército, a Frente de Libertação de Omã já teria varrido do mapa o regime impopular e repressor do sultão.

Desde o oferecimento de tropas a Mobutu para que enfrentasse o levantamento em Shaba e ao rei de Marrocos para a guerra contra a Frente Polisario, Sadat se transformara em um real gendarme da estratégia norte-americana na região. Nas suas próprias fronteiras o Egito se convertia rapidamente em uma base operacional da VI Frota dos Estados Unidos. As suas instalações militares vinham sendo rapidamente ocupadas por forças combinadas da Marinha, da Aviação e dos Fuzileiros Navais.

As manobras conjuntas norte-americanas e egípcias, mais que simples operações de rotina, estavam favorecendo a penetração maciça da força militar dos Estados Unidos no Egito e no Sudão. Já no ano passado, em uma conversa privada em Beirute, o líder da OLP, Yasser Arafat, nos revelava sua preocupação com a presença norte-americana na base egípcia de Ras Banas, sobre o Mar Vermelho, localizada em frente à Arábia Saudita. Desde então essa presença não cessou de ampliar-se.

A penetração dos Estados Unidos não era apenas militar, mas, também econômica. Cerca de sete bilhões de dólares em empréstimos e investimentos



Fotos: cadernos do terceiro mundo

O acordo de assistência militar celebrado entre Líbia (foto), Iêmen do Sul e Etiópia causou indignação em Washington e colheu de surpresa Sadat

já haviam sido destinados a armamentos ou transferidos à burguesia egípcia e a seus novos sócios norte-americanos, mais do que todo o conjunto do Plano Marshall para a Europa do pós-guerra. Parte essencial da economia egípcia passou ao controle estadunidense.

O que se estava fazendo no Egito — ou, melhor, se está — é estruturar uma aliança da renascente burguesia local associada ao capital estrangeiro com os militares, submetidos estes a um processo de corrupção só comparável ao que se conhece no Paraguai de Stroessner e na Nicarágua de Somoza.

Esse complexo se entrelaça com interesses econômicos em Israel e tem procurado de todo modo vulnerar a resistência dos países árabes conservadores, encabeçados pela Arábia Saudita.

A ofensiva anti-Líbia

Os ataques de Sadat e Reagan ao coronel Khadafi nada tem a ver com a linha ideológica ou política do governo líbio, e sim com a sua decisão de

resistir a esse conglomerado estratégico-mercantil, cuja meta final é a ocupação econômica pelos Estados Unidos de todo o Oriente Médio, sobretudo o controle de seu petróleo.

Isso explica porque nenhum acontecimento diplomático tenha causado mais indignação em Washington do que o acordo de assistência militar celebrado entre Líbia, Iêmen do Sul e Etiópia. Esse pacto colheu de surpresa tanto a Sadat quanto aos Estados Unidos e no Pentágono se deu muita importância a seu significado estratégico. Concentrando suas forças contra a Líbia, o Egito de Sadat abria o flanco à vigilância dos dois aliados de Khadafi — Etiópia e Iêmen do Sul — situados estrategicamente à entrada do Mar Vermelho e com possibilidades de alcançar as bases egípcio-sudanesas no alto Nilo, atualmente sob controle estadunidense.

A diplomacia norte-americana tentou em vão convencer a Arábia Saudita e os outros países conservadores do Golfo a que se unissem ao Cairo, contra essa aliança. O objetivo era estabelecer, com o pretexto de uma quarentena anti-Líbia, uma pon-

te entre a dinastia saudita e o governo de Sadat, em mais um esforço para romper o isolamento em que ficou o "Raís" no contexto do Mundo Árabe.

Todas essas manobras fracassaram. É possível que seja este o momento mais unitário dos países árabes. Desde o Iraque até a Argélia, há um clima de maior compreensão e entendimento que no passado. Os palestinos, sírios e libaneses progressistas que resistem aos ataques israelenses no sul do Líbano receberam apoio de quase todo o campo árabe, acima das discrepâncias que dividem seus regimes e seus governantes.

Sadat não conseguiu romper seu isolamento, que era quase total no dia em que foi morto. Do mesmo modo, não teve condições de isolar os líbios, que melhoraram consideravelmente sua posição diplomática e militar no contexto afro-árabe.

As pressões internas

E se essa era a situação externa, internamente o regime de Sadat estava sujeito a uma crescente pressão dos seus adversários. A oposição dos fundamentalistas islâmicos era apenas um aspecto da questão e não o mais importante. Se é verdade que as rebeliões islâmicas em várias regiões do país, principalmente em Assiut, Souhaj, Mina e Cana — nas quais houve verdadeiras batalhas com as forças de segurança, com centenas de vítimas — foram iniciadas pelos fundamentalistas, logo se converteram em vastas insurreições populares politicamente conduzidas.

Mesmo com o estado de sítio e uma dura repressão armada, é previsível que essa rebelião anti-governamental se estenda nos próximos meses no Egito. Antes da morte de Sadat, entrevistamos na Europa vários dirigentes egípcios exilados. Todos eles — fundamentalistas, nacionalistas, nasseristas, socialistas — estavam unidos por um denominador comum que era a repulsa a Sadat e à sua política pró-Estados Unidos.

O Exército

Esses dirigentes previam então o próximo fim de Anwar Sadat e estavam seguros de que seria derubado pelo exército, numa espécie de golpe branco. "Não se esqueça que este exército foi construído sob a inspiração de Nasser e a corrupção norte-americana atinge os graus superiores mas não a massa de oficiais de menor graduação", nos dizia o porta-voz do grupo, analisando nossas dúvidas sobre o nível ideológico e político do atual exército egípcio.

O comando do exército egípcio tem procurado desvirtuar as verdadeiras origens da operação anti-Sadat, para caracterizá-la como um atentado desesperado de um grupo de muçulmanos fanáticos.



Não fosse a prudência da Líbia, a guerra com o Egito estaria deflagrada. O regime de Sadat destacou 400 mil soldados na fronteira líbia

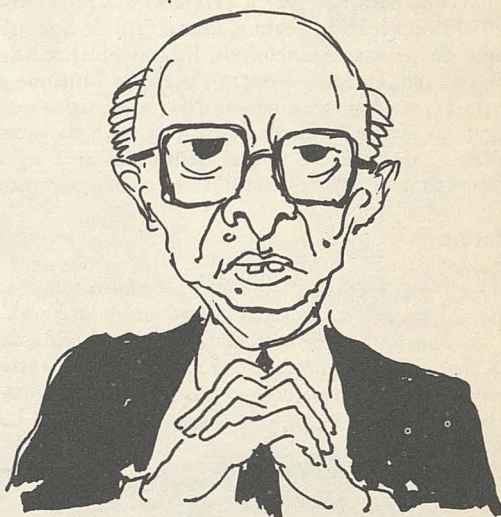
Ora, basta analisar certos aspectos desse golpe de mão para constatar que foi mais uma operação militar do que um atentado. Como seria possível, dentro de quartéis em rigorosa prontidão, substituir soldados por civis em veículos de artilharia que se alinhavam para um desfile, municiá-los e enquadrá-los nas rigorosas normas da parada? Essa é a versão oficial, mais ela própria deixa claro que só com a conivência dos altos escalões tudo isso poderia ter sido organizado.

Mais ainda: a carreta de artilharia com os complotados passou frente ao palanque no exato momento em que os *Mirages* faziam acrobacias que atraíam a atenção de todos. Como seria possível estabelecer essa cronometria tão rigorosa, sem que se conhecessem os planos do desfile e da decolagem dos aviões, seus horários, suas ordens de marcha, os mínimos detalhes que permitem o deslocamento em ordem e a tempo de grandes unidades militares?

Cerca de mil oficiais e soldados já foram afastados dos seus postos, acusados de serem "fundamentalistas radicais". O conhecimento de alguns nomes, que incluem altas patentes, invalida essa

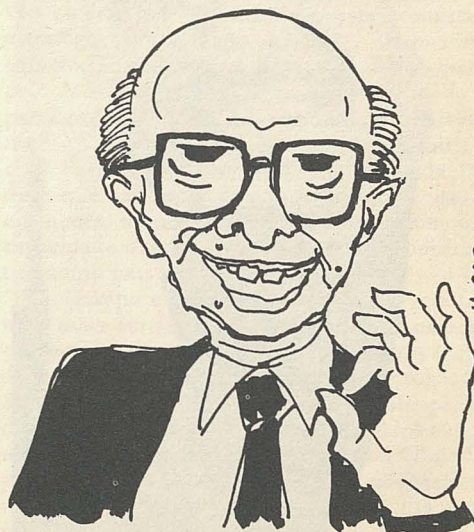
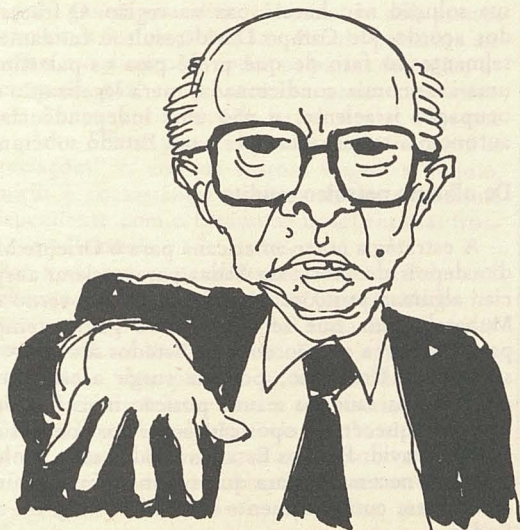
O QUE DEVE SER
ENTENDIDO É QUE
OS TERRORISTAS...

...SÓ PODEM SOBREVIVER
COM O APOIO DA
POPULAÇÃO.



É POR ISSO QUE NÓS
BOMBARDEAMOS OS CIVIS
NO LÍBANO...

SEM GENTE NÃO HÁ
TERRORISTAS...



WASSERMAN©'81

explicação. Em geral, os presos foram oficiais nacionalistas, adversários dos acordos de Campo David, desejosos de reintegrar o Egito na comunidade árabe. Muitos deles são ligados ao general Shazli, herói da travessia do Canal de Suez, em 1973, à frente do III Exército egípcio, e que é, hoje, o chefe exilado da oposição militar ao regime do Cairo.

É cedo, para detectar a extensão e a profundidade da oposição ao regime, mas o fato de que milhares de pessoas — incluindo líderes políticos de todas as tendências — estejam, presas e continue a repressão aos militares não confiáveis, significa que o general Hosni Mubarak não está seguro da incapacidade ofensiva das forças democráticas e nem tampouco da lealdade dos militares ao seu governo.

O futuro

O que ocorrerá no Egito nos próximos tempos, depende muito da posição do governo Mubarak. Se ele continuar a linha Sadat, não há dúvida de que enfrentará tempestades. O tempo que lhe resta para esse reencontro com o seu povo e com a na-



O príncipe Fahd é o autor da proposta saudita de instalação de um Estado palestino autônomo

ção árabe não é longo. Os Estados Unidos, sob o pretexto de defender o Egito e o Sudão de uma ameaça soviética e dos ataques líbios, estão aumentando aceleradamente a sua implantação militar nos dois países. Pela primeira vez, aviões dos Estados Unidos, comandados e tripulados por norte-americanos, atuam nos céus egípcios e sudaneses. Tudo indica que a atual "cooperação" militar poderá converter-se num pacto, modelo Otan, se Mubarak não tem propósitos nem força para impedir esse envolvimento fatal.

Washington está exigindo concessões, com a promessa de que atuará para que Israel se retire em abril, da península do Sinai, como está previsto nos acordos de Campo David. Essa retirada vale pouco militarmente para o Egito. Os israelitas ficarão implantados em bases aéreas próximas, construídas pelos norte-americanos, o Sinai será patilhado por tropas internacionais nucleadas pelos Estados Unidos e os egípcios estarão proibidos de qualquer medida de defesa dos territórios que, teoricamente, são devolvidos à sua soberania.

De qualquer maneira, é um teste importante, senão para o Egito e os árabes em geral, para que se conheça melhor a correlação de forças dentro do governo de Begin. Seu partido, o Likud, já sendo ele próprio uma expressão da direita radical, abriga uma extrema-direita ultra-radical, que está resistindo à desocupação do Sinai.

A questão central: Palestina

A questão fundamental do Oriente Médio não está, no entanto, localizada no Sinai, mas na questão palestina. Este é o centro do problema e, sem sua solução não haverá paz na região. O fracasso dos acordos de Campo David resultou fundamentalmente do fato de que prevê para os palestinos uma autonomia condicionada, mera legalização da ocupação israelense, e não uma independência e autonomia totais, inerentes a um Estado soberano.

De olho no petróleo saudita

A estratégia norte-americana para o Oriente Médio depois da morte de Sadat parece clara: auspiciar algumas posições menos duras do governo de Mubarak, para que se consolide e ganhe tempo para reduzir a tensão com os Estados árabes conservadores. Com isso, poderia surgir a esperança de atrair os sauditas a uma posição mais flexível, que enfraqueceria a oposição árabe aos acordos de Campo David. Para os Estados Unidos seria ganhar o tempo necessário para que sua máquina de guerra estivesse completamente instalada no Egito e no Sudão.

A manobra da Casa Branca encontra dificuldades básicas. A Arábia Saudita está comprometida



Foto: cadernos do terceiro mundo

Os países árabes mais combativos armam seus esquemas de defesa e fortalecem o seu poder de fogo

com a instalação de um Estado palestino independente e a libertação de Jerusalém. O plano de paz, de autoria do príncipe Fahd e apresentado como seu pelo governo saudita, se baseia em dois pontos essenciais: a instalação de um Estado palestino autônomo e o direito de todos os países da região de viverem em paz, em fronteiras seguras, o que pressupõe o reconhecimento de Israel. Arafat disse que esse plano é “um possível ponto de partida para as negociações” e, em sua exitosa viagem a Tóquio, admitiu a coexistência pacífica de uma Palestina independente com o Estado de Israel em suas fronteiras tradicionais.

Por mais que os sauditas tenham uma Palestina revolucionária no coração de um Oriente Médio inquieto e rico, não seria fácil à Casa Branca fazer o governo do rei Khaled renunciar ao apoio à autodeterminação dos palestinos. O recrudescimento do terrorismo israelense contra os palestinos — mais de 300 vítimas de explosões de bomba em Beirute e outras cidades libanesas, o assassinato em Roma do líder palestino Majed Abu Sharar e outros atentados — provoca inevitáveis represálias, embora a OLP tenha sempre deixado claro que não tem qualquer participação nesse tipo de atividade. Mas isso

revela que Israel não perde de vista o seu inimigo principal.

Tanto os palestinos como os outros árabes não vão esperar que se desenvolva sem contestação a estratégia norte-americana. No campo interno egípcio, se consolida a Frente Nacional, integrada pelo Movimento Nasserista, Movimento de Independentes, Coalizão de Nacionalistas, Partido Comunista e setores muçulmanos progressistas. Michel Kamel, membro do Secretariado da Frente, disse que não esperam que Mubarak corrija, essencialmente, a linha de Sadat, mas confiam, sim, na capacidade das forças patrióticas de modificar a situação do país.

No campo externo, o fator surpresa não funcionará mais em favor do Pentágono. Os países mais combativos do mundo árabe armam seus esquemas de defesa e fortalecem o seu poder de fogo. O pós-Sadat poderá ser assinalado por um esforço de unidade e não será fácil aos Estados Unidos encontrar um novo aliado a seu serviço como o “Raís” desaparecido. “Com a morte de Sadat, os Estados Unidos perderam o pilar básico de sua luta contra a nação árabe”, escreveu o diário *Ash Sharq Al Awsat*, de Beirute. □

O dilema do islamismo militante

As origens do fundamentalismo islâmico, suas contradições e os erros na avaliação de seu significado e objetivos

Carlos Castilho

Desde a derrubada do xá Mohamed Reza Pahlevi, os governos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental passaram a dedicar uma atenção quase obsessiva pelo que classificam de ressurgimento da militância política dos muçulmanos. E esta preocupação surgiu a partir do momento em que as grandes potências capitalistas descobriram que o domínio político, econômico e militar imposto desde o começo do século aos países de origem islâmica começava a mostrar sinais de fraqueza e debilidade.

Foi enorme a surpresa da maior parte dos funcionários norte-americanos ao verificar que um movimento de inspiração religiosa, desprovido de qualquer sofisticação militar, foi capaz de derrubar em questão de semanas aquele que era considerado o mais sólido e bem armado sócio dos Estados Unidos no Oriente Médio. Para os estrategistas do Departamento de Estado, até hoje é quase inexplicável a derrubada do xá e a ascensão ao poder do regime religioso que mantém há dois anos o controle do Irã.

Incapazes de entender os desdobramentos atuais do ressurgimento do islamismo, os teóricos ocidentais deixaram-se contagiar pela explicação mais simples, a de que a chamada revolução iraniana não passa de um fenômeno típico de fanatismo religioso. O Departamento de Estado, as Chancelarias européias e principalmente os meios de comunicação transnacionais passaram a destacar dentro do fenômeno iraniano apenas aquilo que ajudasse este esforço de identificar a militância política com passionalismo.

A televisão norte-americana mostrou com indistigável ar de escândalo cenas de jovens iranianos destruindo a adega dos hotéis Sheraton e Intercontinental em Teerã, como parte da campanha contra o uso de bebidas alcoólicas. A mesma conduta foi seguida com relação aos dirigentes islâmicos que participam de manifestações públicas portando ar-

mas, bem como ao fato das autoridades iranianas terem obrigado as mulheres a cobrir a cabeça com o *shaddor*. Durante o episódio do sequestro na embaixada norte-americana em Teerã, os reféns foram qualificados como "vítimas inocentes de um bando de bárbaros", para não usar outras expressões bem mais violentas.

O mesmo padrão de conduta já vinha sendo usado antes em relação ao regime do coronel Khadafi, na Líbia, e outros países árabes que desafiaram a tutela norte-americana na área. Com relação aos países muçulmanos moderados como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Sudão e o próprio Egito, a atitude era cautelosa, embora não conseguisse disfarçar a nível de imprensa a preocupação em deixar bem claro que a prática do islamismo era no mínimo contraditória com uma suposta modernização destes países.

A tradição islâmica

Mas o recurso simplista à explicação do fanatismo na verdade esconde uma grande dificuldade dos dirigentes ocidentais para entender a realidade islâmica. E nesta falta de compreensão se incluem também muitos marxistas. A realidade é que desde o tempo das cruzadas, e mais especialmente depois da Revolução Industrial, o Ocidente teve como uma de suas grandes preocupações a conquista do Império Otomano e o controle político, econômico e militar do Oriente Médio. Nesta empreitada, os paladinos da civilização ocidental e cristã atuaram da mesma forma como na África e na América Latina, esmagando civilizações locais em nome de Cristo e do progresso. Só que os muçulmanos eram bem mais poderosos e sofisticados do que os africanos ou os índios latino-americanos.

Os muçulmanos já haviam inclusive dominado parte da Europa, como Espanha e Portugal, mas tiveram que ceder terreno diante do maior preparo tecnológico das potências européias depois da Revolução Industrial. Mas mesmo dominados, eles não se entregaram às metrópoles coloniais. Com exceção das elites dirigentes, em sua maior parte a população dos países islâmicos se manteve fiel à religião e aos seus hábitos locais. A estrutura econômica do mundo islâmico nada tinha a ver com o individualismo capitalista. O que aconteceu foi que o capitalismo e o liberalismo econômico se superpuseram às estruturas comunais e ao sistema de castas do islamismo.

No final do século passado, quando o Império Otomano começou a entrar em decadência, um setor nacionalista turco, influenciado pela ideologia ocidental, começou a preconizar um afastamento maior em relação aos sultões e califas árabes. Quando explodiu a Primeira Guerra Mundial, o Im-

pério Otomano se juntou ao Império Germânico, e depois que os Aliados europeus triunfaram, eles conseguiram impor um tratado de paz humilhante ao então sultão Mohamed VI. A rendição provocou a revolta dos nacionalistas turcos, que chefiados por Kemal Atatürk se rebelam contra o sultão e proclamam em 1923 a República, lançando um projeto de modernização e separação entre política e religião. A atitude de Atatürk foi elogiada na Europa, mas severamente criticada pelos muçulmanos que viram nela uma traição aos ideais islâmicos. Os "jovens turcos", seguidores de Atatürk, qualificaram todas as influências islâmicas como "retrógradas".

No mundo árabe, os regimes leigos surgiram como uma reação contra o sistema de monarquias imposto pelas potências coloniais européias quando estas deram a independência aos países que faziam parte do derrotado Império Otomano. A independência deixou assim de ter um significado real para se transformar numa mera troca de tutelas. Se a situação destes reis, emires e xeques já era difícil no período entre as duas guerras mundiais, ela se tornou insustentável depois da criação do Estado de Israel, em 1948, na Palestina. O enclave judeu foi considerado pelos muçulmanos como uma traição, política e religiosa.

A humilhação imposta aos governos árabes aprofundou o fosso que já separava na época as elites árabes ocidentalizadas dos núcleos religiosos islâmicos e dos grupos nacionalistas, em sua maioria oriundos da classe média e pequena burguesia. De uma maneira geral, os muçulmanos religiosos desconfiavam dos nacionalistas e vice-versa. A derrubada da maior parte dos regimes comprometidos com as antigas potências coloniais, logo depois de 1948, de uma maneira geral favoreceu os nacionalistas que assumiram o poder em vários países como foi o caso do Egito, em 1952, com a revolução nasserista.

A instalação do Estado de Israel reavivou o ingrediente religioso na tradicional resistência dos muçulmanos à penetração de costumes e hábitos ocidentais e cristãos. O enclave judeu não foi encarado pelos árabes apenas como uma violação política, mas também como uma agressão religiosa. Os ocidentais deram assim um poderoso estímulo à organização radical chamada Irmandade Muçulmana, criada no Egito em 1928, sob a orientação de Hassan al-Banna. A ideologia da Irmandade estava baseada nos pensamentos de um religioso shiita iraniano, Seyyed Al-Afghani, que no final do século XIX elaborou uma série de textos defendendo o retorno aos princípios originais do islamismo, como forma de restituir à *oummah* (sociedade islâmica) o seu vigor dos séculos XI e XII, quando o islamismo dominava dos Pirineus ao Oceano Índico.

Surge a Irmandade

As idéias de Al-Afghani encontraram mais seguidores no Egito graças à pregação de Mohamed Abdoh, que foi um dos responsáveis pela maior parte dos princípios que hoje constituem a ideologia da Irmandade Muçulmana. Para a Irmandade, o islamismo é uma lei geral que organiza toda a vida e foi ditada por Alá ao profeta Maomé. Tudo o que for de encontro aos ensinamentos contidos no Corão, livro sagrado escrito por Maomé, deve ser combatido; todo muçulmano tem o dever de lutar pela propagação do islamismo a qualquer custo; e segundo o ideário da Irmandade, todos os muçulmanos formam uma só nação, que pretende influenciar o mundo, porque são os únicos que têm a verdade suprema.

Este conjunto de princípios foi aperfeiçoado mais tarde por Abdel Ghader Odah, membro do birô político da Irmandade Muçulmana no Egito e que incorporou a eles muita coisa tirada do fascismo italiano. Odah formulou uma estrutura teocrática de governo, dando ao *iman* — o guia espiritual — o poder executivo supremo, com responsabilidade ilimitada sobre os negócios de Estado, podendo fazer a guerra ou a paz, bem como determinar todos os procedimentos econômico-financeiros. Os poderes legislativo e judiciário também passariam a ser exercidos por representantes religiosos, que aplicariam a *chari'ah*, lei corânica.

Para a maior parte das elites européias e seus seguidores no Oriente Médio, um projeto como este era um desafio frontal a tudo o que o capitalismo pretendia impor ao mundo árabe. A Irmandade Muçulmana surgiu dentro da seita sunita, que forma junto com a seita shiita as duas grandes correntes religiosas em que se dividiu o islamismo. De uma forma genérica poderia se traçar um paralelo entre a Irmandade e os shiitas iranianos no que se refere à ação política. Os shiitas foram violentamente perseguidos pelo xá Reza Pahlevi porque se opuseram ao projeto de ocidentalização do Irã e à aliança econômica com capitais europeus e norte-americanos.

Por volta de 1952, tanto no Egito como no Irã, a Irmandade e os shiitas já estavam organizados em células secretas inspiradas na atuação dos grupos fascistas italianos. No Irã, os muçulmanos fundamentalistas procuravam nessa ocasião uma aliança com o governo nacionalista de Mossadegh, mas foram rejeitados depois de imporem condições extremamente duras para o acordo. Além de vários ministérios, queriam também, a imposição de leis proibindo o uso de álcool e o fim das escolas mistas para moças e rapazes. A recusa de acordo, levou os líderes shiitas à oposição a Mossadegh, conspirando abertamente contra o governo nacionalista, contando inclusive com o apoio da CIA. Após a

queda de Mossadegh, os fundamentalistas passaram a apoiar o xá, desenvolvendo uma intensa campanha contra os líderes leigos nacionalistas e anti-americanos. Mais ou menos na mesma época, 1954, a Irmandade Muçulmana havia fracassado na tentativa de derrubar o regime nasserista egípcio, outro expoente do nacionalismo árabe.

Mas a lua-de-mel entre os shiitas e o xá durou pouco. Terminou quando o soberano iraniano anunciou seus planos de promover uma reforma agrária que permitisse a introdução do capitalismo na estrutura comunal que existia no campo. Era um golpe direto na principal base de apoio do clero islâmico, que imediatamente passou a se opor violentamente ao regime monárquico. Em junho de 63 surgem manifestações de massa contra o governo em quase todas as cidades iranianas. O governo reprime violentamente, deixando um saldo de cinco mil mortos. Estava declarada a guerra total entre o xá Mohamed Reza Pahlevi e o aiatolá Khomeini, que foi obrigado a se exilar, primeiro na Turquia e depois no Iraque.

O nacionalismo

A principal base de apoio dos grupos religiosos fundamentalistas tem sido, na maioria dos casos, as camadas mais pobres da população dos países islâmicos, bem como setores da pequena burguesia, quando esta é violentamente atingida pela corrupção, prepotência e concentração do poder econômico. Sem alternativas políticas, os setores explorados acabam optando pelo projeto dos fundamentalistas como única alternativa viável. Foi isto o que ocorreu, por exemplo, no Irã e está acontecendo progressivamente no Egito e Arábia Saudita. Em outros países árabes esta situação foi alterada pelo surgimento de movimentos nacionalistas, como nos casos da Síria e Iraque. O fenômeno do nacionalismo foi encarado quase sempre como uma espécie de sub-produto da influência ocidental, pelos religiosos e pela grande massa da população islâmica do Oriente Médio. Para os nacionalistas árabes, o fenômeno da Irmandade Muçulmana foi sempre um desafio difícil de ser solucionado porque envolvia não só sérios problemas internos, como também pelo fato destes movimentos muitas vezes terem sido manipulados pelos interesses econômicos ocidentais e pelos próprios serviços secretos das antigas potências coloniais e dos Estados Unidos.

Um dos principais problemas internos é que os regimes nacionalistas e de tendência socialista surgem num contexto de confronto entre o expansionismo europeu e norte-americano e uma sociedade local montada em bases totalmente opostas. A isto

se soma o fato de que as idéias nacionalistas e socialistas enfrentam resistências da parte da população mais pobre e do clero pelo fato de terem surgido fora do mundo islâmico. Nestas condições, a vida dos regimes nacionalistas tem sido muito difícil, com êxitos se alternando com fracassos. É o preço que estão pagando por uma conjuntura histórica adversa.

Por seu lado, os regimes ligados aos interesses econômicos europeus e norte-americanos enfrentam problemas de natureza diferente e bem mais sérios. O desenvolvimento de um modelo econômico exportador de matérias-primas provocou o surgimento de aristocracias locais dependentes do exterior, que se enriqueceram velozmente enquanto o resto da população ficou em geral mais pobre. A estrutura econômica tradicional foi violentamente alterada pela superposição de um capitalismo monoexportador, ao mesmo tempo em que se agravaram os choques e diferenças entre a elite dirigente ocidentalizada e a grande massa da população, que viu os seus valores violentados pela penetração de hábitos estrangeiros. Porque estavam ligados aos interesses europeus e norte-americanos, estes regimes passaram a conviver com a contradição criada pelo Estado de Israel. Foi o caso do xá do Irã, e está sendo o de países como Egito, Arábia Saudita, Sudão, Emirados Árabes e Jordânia. Por toda a sua história, tradições e religião não podem aceitar o enclave judeu, mas por seus vínculos externos são obrigados a tolerá-lo. Num quadro como este, classificar a Irmandade Muçulmana ou os religiosos fundamentalistas como retrógrados e fanáticos é simplificar a realidade. Mas ao mesmo tempo é impossível deixar de reconhecer que a ascensão ou mesmo a simples sobrevivência de sociedades como a Irmandade Muçulmana é um sintoma evidente da existência de graves problemas econômicos em vários países ou do agravamento de situações críticas em outros.

O agravamento das contradições

O país que no momento vive esta situação de forma dramática é o Egito. A impopularidade do regime Sadat, pela corrupção e arbítrio interno e pela paz com Israel, provocou um rápido ressurgimento do fenômeno islâmico, em quase todos os seus matizes. A Irmandade Muçulmana tem dois ramos ativos, notadamente os que vivem na clandestinidade, como o *El Agira* e o denominado *Takfir Wal Hejira*. Entre os que têm vida legal se destaca o que editou a revista *Al Dawa*, dirigida por Omar Al-Talmisani, um velho religioso com 77 anos que já passou muitos anos na prisão durante o regime nasserista e que está agora novamente detido. O ressurgimento islâmico é notável até mes-



A principal base de apoio dos grupos religiosos fundamentalistas tem sido, na maioria dos casos, as camadas mais pobres da população dos países islâmicos

mo entre os grupos mais tradicionais, como da universidade de Azhar — a maior universidade do mundo muçulmano — e que na sua sede, no Cairo, tem um enorme anúncio luminoso na fachada proclamando a existência de um bilhão de muçulmanos no mundo inteiro. É uma cifra exagerada e que somente poderá ser alcançada no fim do século, segundo previsões de *World Muslim Gazetteer*, editado pelo Congresso Islâmico Mundial, com sede em Karachi. Mas revela até que ponto os líderes muçulmanos estão influenciados pelo crescimento de sua popularidade.

Na Síria, a Irmandade passou a ser muito ativa desde 1979, quando o comando autodenominado Falanges de Mahoma atacou a Academia Militar de Aleppo, matando 63 cadetes. Desde então o grupo está submetido a uma violenta repressão oficial, sendo até mesmo proibido pronunciar em público o nome da Irmandade. Apesar da repressão, o governo sírio tem sido cauteloso em suas relações com os religiosos islâmicos para não provocar um rápido crescimento da influência da Irmandade. A situação não é tão grave como no Egito porque a Síria mantém a posição intransigente no problema israelense e o governo não se deixou envolver totalmente pela corrupção. Mas o partido Baath tem sérios problemas internos, que estão sendo explorados pela Irmandade e pelos serviços secretos ocidentais.

Na Arábia Saudita, a família real vem dando há anos ajuda à Irmandade dentro de uma política paternalista. A monarquia saudita também se apresenta como um regime defensor do tradicionalismo islâmico e inimigo do nacionalismo. Mas o agravamento das diferenças econômicas e a franca ocidentalização de alguns xeques e príncipes sauditas levaram setores da Irmandade a entrar em choque aberto com a monarquia. Isto aconteceu em dezembro de 1979 durante a invasão da grande mesquita de Meca. O regime saudita atribuiu a invasão a grupos estrangeiros da Irmandade, cujas relações com a monarquia ficaram tensas desde então.

No Sudão, o presidente Jaafar Numeiry nomeou alguns membros da organização para o seu ministério. Mas recentemente surgiram sinais de atrito com a Irmandade, diante da estreita aproximação de Numeiry com o regime egípcio e com os Estados Unidos, sem falar no agravamento da tensão militar com a Líbia. É importante notar que o Sudão tem um sério problema religioso, determinado pelo fato de que o norte do país é majoritariamente muçulmano, enquanto que o sul é animista e cristão. É uma situação instável, em vias de deterioração.

Na Líbia, o coronel Khadafi até agora conseguiu neutralizar a influência da Irmandade, ao fazer a denúncia sistemática da corrupção, das vacilações do regime egípcio na questão israelense e

pela defesa intransigente dos palestinos e da revolução iraniana. O "Livro Verde" foi também uma demonstração do comprometimento com a causa islâmica, mas a aproximação de Khadafi com os países socialistas e as reformas econômicas não estavam nos planos da Irmandade. A abolição do comércio privado na Jamahiriya provocou ressentimentos entre a pequena burguesia de origem islâmica.

Nos Emirados Árabes, a situação da Irmandade é semelhante à da Arábia Saudita, enquanto que na Tunísia e Argélia a organização é perseguida intensamente. O caso mais complicado parece ser o do Iraque, onde a organização foi violentamente atingida pelas divergências entre as seitas shiitas e sunitas dentro do islamismo. O comportamento da Irmandade iraquiana é parecido com o da Síria, mas ela está bastante confusa diante da guerra entre Irã e Iraque.

No momento, o principal ideólogo da organização em todo mundo é o xeque Isam al Atar, que foi obrigado a fugir da Síria em 1963 e vive na Alemanha Ocidental, num regime de semi-clandestinidade. Em suas várias ramificações, que incluem ainda os Estados Unidos, a Ásia e entre os palestinos, a maior parte dos quadros tem origem na pequena burguesia, cuja tendência é permanecer isolados política e socialmente. Eles só conseguem um amplo apoio popular ou quando enfrentam um governo corrupto e autoritário pró-ocidental, ou quando os regimes nacionalistas fracassam na sua tentativa de promover o bem-estar social e o progresso econômico.

Atualmente no Irã, os fundamentalistas passaram também a combater radicalmente os Mujaheddin, um grupo que tenta adaptar o marxismo ao islamismo. Outra tentativa de conciliação entre o Corão e os ideais socialistas é o caminho que o coronel Kadhafi está percorrendo na Líbia, com o "Livro Verde". O dirigente líbio parte da concepção islâmica da sociedade, mas não aceita que o poder político seja exercido pelos religiosos e defende um tipo de modelo econômico anticapitalista, que procura eliminar as classes sociais.

O grande drama dos fundamentalistas é não conseguirem encontrar uma alternativa para preservar os valores tradicionais de sua cultura e ao mesmo tempo adaptar o funcionamento da economia às exigências de uma estrutura nacional e mundial totalmente diferentes do islamismo originário. Os muçulmanos shiitas e a Irmandade rejeitam tanto o capitalismo como o socialismo, numa atitude que poderia ser classificada de retrógrada se não fosse justificada pelo trauma colonial. A experiência iraniana, onde pela primeira vez os fundamentalistas têm o controle total do poder, pode mostrar aos próprios muçulmanos as limitações do modelo que pretendem reviver. □

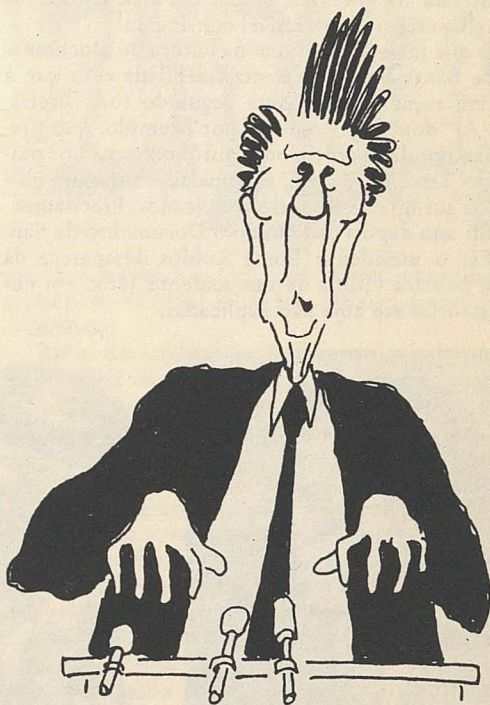
O pensamento secreto dos cowboys de Reagan

Um documento que permaneceu em sigilo durante mais de um ano revela agora que os aparentes exageros usados para definir a nova política externa dos Estados Unidos estão perigosamente mais próximos da realidade do que se imaginava

Paulo Cannabrava Filho

A imagem de um vaqueiro cavalcando uma bomba atômica tornou-se mundialmente famosa no final do filme "O doutor Fantástico" (*Dr. Strangelove*). Vinte anos após a exibição da película de Stanley Kubrick, sobre a guerra fria, vários analistas internacionais voltaram a usar a mesma imagem para definir a política externa do presidente Ronald Reagan. A comparação pareceu insólita ou exagerada por muitos, mas a caricatura usada por Kubrick torna-se sinistramente verossímil no chamado Documento de Santa Fé. Este documento, que permaneceu secreto durante muito tempo, vem a público agora, mostrando os motivos reais da política de confrontação do governo Reagan.

O Documento de Santa Fé foi redigido em maio de 1980, por um grupo formado pelos seguintes nomes: Francis Bouchey, Roger W. Fontaine, David C. Jordan, Gordon Sunner e Lewis Tambs, este último na qualidade de editor. Dos autores, o mais conhecido é Roger Fontaine, assessor do presidente Reagan para a América Latina e genro de Richard Allen, um dos principais conselheiros do presidente norte-americano para política externa. Além disso, Fontaine integrou os grupos de estudo de política externa da Universidade Georgetown, integra o Centro de Estudos Hemisféricos do *American Enterprises Institute*, com sede em Washing-



ton, e tem estreitas ligações com grupos anti-cas-tristas e organizações de extrema-direita na América Central. O documento, que publicamos a seguir numa versão condensada, foi preparado a pedido da Junta de Segurança Interamericana, um organismo privado com grande influência junto à alta cúpula da administração republicana.

Em linhas gerais o documento enfatiza a necessidade de revitalizar a doutrina Monroe, considerada o pilar da política exterior estadunidense. Co-

mo primeira proposta, indica o fortalecimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tratado do Rio de 1948 — Tiar) e o controle da direção da Junta Interamericana de Defesa, “para impulsionar a longa lista de resoluções que reforçariam a segurança do hemisfério contra as ameaças internas e externas”.

O Tiar, criado no auge da guerra-fria para proteger os interesses dos Estados Unidos, serviu de amparo legal para justificar a intervenção armada contra a Guatemala de Arbens em 1954, a expulsão de Cuba da OEA em 1961, o desembarque de fuzileiros na República Dominicana em 1965, para mencionar apenas três episódios entre mais de 25 intervenções diretas ou indiretas de Washington nos assuntos internos das nações latino-americanas nas últimas três décadas.

Na Junta Interamericana de Defesa (JID) foram formuladas as Doutrinas de Segurança Nacional que amparam os regimes militares de excessão que proliferam na América Latina e a articulação dos aparelhos repressivos a nível continental.

O que mais impressiona na leitura do Documento de Santa Fé é a extrema fidelidade com que a administração Reagan vem seguindo suas diretrizes. A “doutrina Roldós”, por exemplo, que preconiza um desenvolvimento autônomo para os países do Terceiro Mundo, é assinalada como um obstáculo aos interesses norte-americanos. Precisamente um ano depois de editado o Documento de Santa Fé, o presidente Jaime Roldós desaparece da cena política vítima de um acidente aéreo em circunstâncias até hoje não explicadas.

Igualmente os Tratados Torrijos-Carter, sobre a descolonização da Zona do Canal do Panamá, e a “ditadura esquerdista” do general Omar Torrijos sobre este país, são apontados como uma séria ameaça à hegemonia dos Estados Unidos na América Central e no Caribe. No caso do Canal, o documento trata de ressuscitar as velhas teses apristas de internacionalização dessa via transoceânica com a entrega de sua administração à JID. Tanto no caso de Roldós como no de Torrijos, o documento aponta a necessidade de limpar o terreno.

A doutrina Roldós ganhava força sob a liderança do jovem presidente equatoriano que hipotecara plena solidariedade às forças de resistência democráticas da América Latina. Torrijos é apontado como pilar da conspiração “cubano-panamenho-soviética”, a causa principal da perda de prestígio norte-americano na área. Para o caso de Cuba são recomendadas ações que vão desde a propaganda radiofônica até uma intervenção armada.

Dia 30 de julho, Torrijos morre, também num acidente aéreo em circunstâncias não esclarecidas e, dois meses depois, o presidente Reagan autoriza a instalação da emissora Rádio Cuba Livre, medida apontada no documento de Santa Fé como um dos primeiros passos para retomar a iniciativa de desestabilizar o regime cubano.

Das diretrizes à prática, as coincidências não são apenas “acidentais”. O vice-presidente George Bush ao desembarcar no Brasil na terceira semana de outubro, trouxe em sua agenda o tema do fornecimento de urânio para o programa nuclear brasileiro, enfaticamente preconizado pelo documen-



O presidente Roldós (à esquerda) e o general Omar Torrijos: vítimas do Documento de Santa Fé? Roger Fontaine (à direita) assessor de Reagan e um dos autores do documento

to de Santa Fé. Seguindo à risca essas diretrizes, nenhum dos emissários da administração Reagan que percorreram a América Latina de janeiro até agora mencionou o problema dos direitos humanos. Ao contrário, estabeleceram acordos que fortalecem os laços de amizade entre os Estados Unidos e seus "melhores amigos latino-americanos" — Chile, Argentina, Uruguai etc.

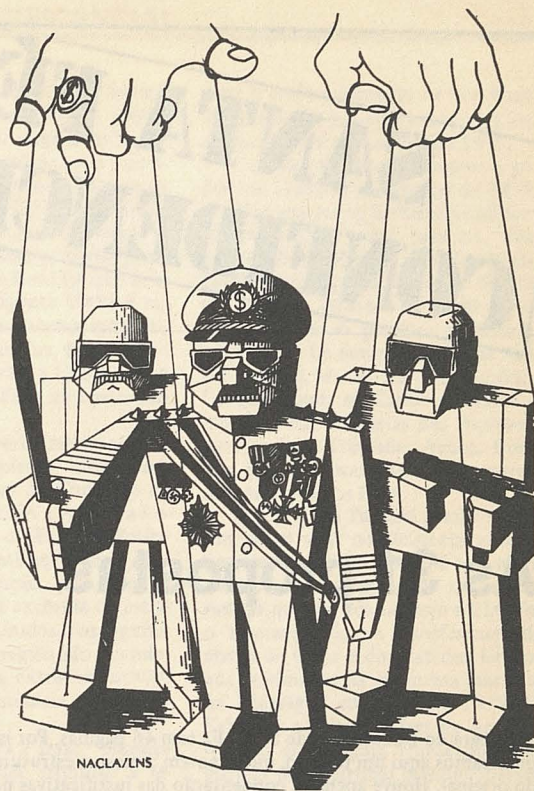
A posição adotada pelos Estados Unidos na última reunião conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em fins de setembro, em Nova Iorque, também se coaduna perfeitamente com as diretrizes do documento de Santa Fé que preconiza a utilização dos organismos transnacionais de crédito como instrumentos da política norte-americana em geral, e fortalecimento da iniciativa privada em particular.

Outra linha mestra apontada pelo documento é o reforço ao desenvolvimento do setor privado da economia. A influência dos Estados Unidos nos organismos transnacionais de crédito deve orientá-los nessa direção. Para superar um dos principais obstáculos a essa linha de ação é necessário fortalecer as correntes que se opõem à forte tendência à estatização e ao centralismo que se verifica na maioria dos países ao sul do rio Bravo.

A alternativa proposta é uma melhor divisão de trabalho na área agrícola de produção de alimentos e um maior apoio à pequena e média empresa. Com isso não só atendem à Lei Antitruste do Congresso, como criam uma base social de sustentação que deve estar integrada também por um movimento sindical "livre" que compreenda as "vantagens" da livre iniciativa. O resultado dessa linha de ação, que não é nova, tem sido a proliferação de centrais e confederações sindicais, debilitando o movimento operário e os pactos sociais entre empresários e trabalhadores para apoiar projetos de recuperação econômica.

Preocupados com a crescente penetração das "idéias que são menos cristãs que comunistas" da Igreja no continente, eles preconizam uma atitude mais radical contra os padres da Teologia da Libertação e anunciam uma nova ofensiva através dos meios de comunicação social e dos sistemas educacionais orientados à defesa da tradição comum do mundo Ocidental. Os programas de treinamento de militares latino-americanos também devem estar dedicados a mostrar as "belezas" do estilo de vida estadunidense.

Os ideólogos de Reagan reconhecem que a OEA, o Tiar e a JID constituem instrumentos que internacionalizaram a doutrina Monroe. Mas as iniciativas como as do Pacto Andino, o Acordo Amazônico ou em direção ao fortalecimento do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), que nasceram inspirados por interesses exclusivos da América Latina, preocupam à nova administra-



ção que deverá dar logo seus primeiros passos no sentido de eliminar o caráter independente deste organismo.

Além do resumo do Documento de Santa Fé, publicamos neste número entrevistas, análises e depoimentos que completam o quadro das causas e consequências imediatas da aplicação da nova estratégia norte-americana para o Terceiro Mundo. O documento serve de justificativa para uma atitude belicista no campo diplomático, que encontra correspondência total numa estratégia econômica, segundo a qual supostamente o armamentismo é a melhor maneira de resolver a crise econômica do sistema capitalista nos Estados Unidos, conforme pensam importantes economistas que cercam o presidente Reagan.

A progressiva divulgação de detalhes até agora secretos na nova atitude belicista posta em prática pela administração republicana está provocando o surgimento em vários pontos do mundo de movimentos destinados a criar uma frente ampla contra a confrontação nuclear e o risco de uma nova guerra mundial. Estes setores, que incluem até mesmo os intelectuais (ver artigo sobre a conferência de intelectuais em Havana), baseiam-se no princípio de que a paz, e não a guerra, deve ser a norma básica na solução das questões internacionais. □

SANTA FÉ CONFIDENCIAL

As 31 propostas

A íntegra do Documento de Santa Fé tem 46 páginas. Por isto publicamos aqui um resumo, que mantém a mesma estrutura do original. Houve apenas a condensação das justificativas para facilitar a leitura.

UMA NOVA POLÍTICA INTERAMERICANA PARA OS ANOS OITENTA

Introdução

Fundamentos de uma nova política exterior de perspectivas

As nações existem somente dentro de um conceito de relação mútua. A política exterior é o instrumento pelo qual os povos asseguram sua sobrevivência num mundo hostil. A guerra e não a paz é a norma nos assuntos internacionais.

Para os Estados Unidos o isolamento é impossível. Conter a URSS

não é suficiente. A distensão está morta. A sobrevivência exige dos EUA uma nova política exterior. Os EUA devem tomar iniciativa ou desaparecer. A Terceira Guerra Mundial está quase terminando. A URSS, operando na base da sua crescente superioridade nuclear, está estrangulando os países industrializados do Ocidente por meio da interdição de seus recursos de petróleo e minerais e está cercando a República Popular da China.

A América Latina e o sul da Ásia são palco de refregas da terceira fase da Terceira Guerra Mundial. As duas primeiras fases — contenção e distensão — foram seguidas pela estratégia soviética de duplo envolvimento: interdição do petróleo e minerais do Ocidente e pelo cerco da República Popular da China.

As liberdades fundamentais e os interesses econômicos próprios reque-

rem dos EUA que sejam e atuem como uma potência de primeira ordem. A crise é metafísica. A falta de habilidade para proteger nossos valores e crenças fundamentais nos levaram à presente situação de indecisão e impotência, ao ponto de que a própria existência da República está em perigo. Por mais que a política exterior e a estratégia nacional estejam fundadas sobre a trilogia de clima, geografia e caráter do povo, é precisamente este — o espírito da nação — o que dá, em definitivo, a vitória. E os EUA têm se esquecido de que o que conta, em última instância, é a vontade que está apoiando uma política dada e que por trás dos instrumentos de uma política exterior estão os objetivos que a fundamentam.

Por toda parte os Estados Unidos estão em retirada. O risco da perda do petróleo do Oriente Médio e o controle potencial das rotas marítimas do Oceano Índico, juntamente com a satelização da região de minerais do sul da África na órbita soviética, prefiguram a "finlandização" da Europa Ocidental e o isolamento do Japão.

Inclusive o Caribe, espaço de tráfego marítimo e centro de refinação de petróleo para os Estados Unidos, está se transformando num lago marxista-leninista. Jamais o nosso país se encontrou numa situação tão arriscada em relação ao seu flanco sul. Jamais a política exterior dos EUA abusou, abandonou e traiu, como agora, os seus aliados do sul na América Latina.

É hora de tomar a iniciativa. Uma política exterior integral e global é essencial. É hora de fazer soar uma clarinada pela liberdade, a dignidade e os interesses nacionais que sejam reflexo do espírito do povo norte-americano.

Ou a *Pax Soviética* ou uma contraposta projeção da potência norte-americana a nível mundial é a alternativa. A hora das decisões não pode ser postergada.

As relações interamericanas: escudo da segurança do Novo Mundo e espada da expansão do poder global dos Estados Unidos.

As Américas estão sob ataque. América Latina, o tradicional aliado dos Estados Unidos, está sendo penetrada pelo poder soviético.

(...) A Doutrina Monroe, pedra angular histórica da política dos EUA com a América Latina, supõe o reconhecimento da estreita relação entre a luta pelo poder no Velho Mundo e no Novo. Os três grandes princípios dessa doutrina eram:

1. "Nenhuma colonização europeia ulterior no Novo Mundo";
2. "Abstenção dos EUA nos assuntos políticos da Europa";
3. "Oposição dos EUA à intervenção europeia nos governos do hemisfério ocidental".

(...) A projeção do poder global dos EUA descansa sobre a cooperação com o Caribe e o apoio da América do Sul. A exclusão dos poderes marítimos do Velho Mundo em Cuba, no Caribe e na América Latina ajudou os EUA a gerar um excedente de poder suficiente para equilibrar as atividades na Europa, na Ásia e na África.

A América Latina, como a Europa Ocidental e o Japão, é parte dos fundamentos de poder dos EUA. Não se pode aceitar a perda de nenhum dos fundamentos de poder dos Estados Unidos na América Latina, na Europa Ocidental ou no Pacífico Ocidental, se os EUA querem manter uma força adequada num excedente que lhes permita jogar um papel equilibrante em qualquer lugar do mundo.

(...) Os EUA estão sendo deixados de lado no Caribe e na América Central, em virtude de ações sofisticadas mas brutais, de um poder extracontinental que manipula seus Estados-clientes. A influência soviética se expandiu enormemente desde 1959. A URSS trata de se fortalecer no hemisfério ocidental e os EUA devem corrigir essa situação.

(...) As razões do presente dilema no campo da segurança dos EUA se encontram nos inícios dos anos 60, no fracasso da Baía dos Porcos e o posterior acordo Kennedy-Krushov que pôs fim à crise dos foguetes em 1962, período no qual a escalada de ameaças que previamente haviam sido consideradas toleráveis levou à aceitação daquilo que antes tinha sido considerado inaceitável. Durante a guerra do Vietnã, a posição adotada por

Washington, segundo a qual a América Latina não era estratégica, política, econômica e ideologicamente importante, desgastou ainda mais a posição dos EUA. Transformaram-se na base da política dos EUA, como resultante do fim da guerra do Vietnã, as premissas da distensão pregadas pelos presidentes Nixon e Ford (já que nem sequer uma intransigente URSS é capaz de romper um sistema mundial, hoje mais plural na sua distribuição de poder, e que inclui a China, como aliado de fato dos EUA na contenção dos soviéticos).

A política ibero-americana de James Carter, inspirada intelectualmente nos informes da Comissão de Relações entre os EUA e América Latina e o Instituto de Estudos Políticos (IPS), é a culminação desse processo de acomodação pelo qual a América Latina foi excluída da estratégia dos Estados Unidos e os regimes independentes da região são abandonados aos ataques extracontinentais do movimento comunista internacional.

(...) O IPS usava a frase "pluralismo ideológico" para estimular a receptividade dos EUA em relação aos modelos socialistas pró-soviéticos de desenvolvimento econômico e político (da Jamaica e da Guiana).

O presidente Carter evidenciou essa atitude no seu discurso de Notre Dame, em 1977, quando declarou que os EUA haviam superado o seu "desordenado medo ao comunismo". O perdão aos terroristas convictos de Porto Rico, o espontaneísmo em relação as tentativas de Fidel Castro de levar o Movimento dos Não-Alinhados a uma estreita unidade com os pontos de vista do mundo soviético e a cordial recepção na Casa Branca a três membros da Junta Revolucionária Sandinista da Nicarágua, que incluía um membro treinado em Cuba, se tornou uma característica da política latino-americana dos Estados Unidos.

(...) São evidentes os êxitos cubanos no Caribe e na América Central. A Guiana, sob o governo do primeiro-ministro Linden Forbes Burnham é um Estado marxista pró-soviético. F. Burnham pediu para ser membro associado do Comecon em janeiro de 1977. Georgetown permitiu a Cuba o uso do aeroporto internacional da Guiana

para o reabastecimento de combustível durante a incursão inicial de Cuba na guerra civil de Angola em 1975.

(...) Maurice Bishop tomou o poder em Granada em março de 1979. O novo aeroporto de Bishop está sendo construído pelos cubanos. Esse campo aéreo domina o profundo canal aquático que atravessa a ilha de Granada e através do qual passa 52% de todo o petróleo importado pelos EUA. Os navios tanques da Arábia Saudita, da África e da América Latina entram no Caribe e deixam o petróleo nas refinarias das Baamas e das Virgens, Trindade, Aruba, Curaçau, para ser processado e transportado por barco aos EUA.

O Canal do Panamá também joga um papel vital no abastecimento de petróleo dos EUA. Panamá está sob o controle da ala esquerda do regime militar que, de acordo com a CIA, foi o intermediário na transferência de armas de Cuba e dos Estados Unidos aos sandinistas na conquista marxista na Nicarágua em julho de 1979. El Salvador e outros países da América Central estão agora ameaçados com guerras de guerrilhas revolucionárias. Enquanto isso, o governo dos EUA mantém uma aparente atitude de indiferença estratégica e exorta ao cumprimento dos direitos humanos, clama pelas reformas sociais, econômicas e agrárias, como se a mais perfeita resolução de tais problemas pudesse frear a expansão colonial castrista e a subversão.

(...) O Comitê de Santa Fé estima que a política exterior dos EUA se encontra em estado de confusão, que as normas de conflito e mudança social adotadas pela administração Carter são próprias da URSS, que essa região em disputa é um território soberano de aliados dos EUA e de seus sócios comerciais do Terceiro Mundo; que a esfera da URSS e seus satélites está crescendo; e que o balanço anual de ganhos e perdas favorece à URSS.

(...) A intervenção dos Estados Unidos no exterior só se tem justificado pela segurança de nosso país e nunca se justificou porque em outros países se tivesse dado um tipo particular de sistema, salvo que suas atividades fossem pensadas como ameaça extracontinental aos EUA. Os Estados Unidos podem oferecer essa perspectiva nacionalista a todos os países

latino-americanos que não se submetam a uma relação de semi-vassalagem com uma superpotência extracontinental.

(...) O Comitê de Santa Fé deseja enfatizar que os Estados Unidos não se propõem a perseguir uma política de intervenção nos assuntos externos de nenhuma nação latino-americana, a menos que os Estados de Ibero-América conduzam uma política que ajude e patrocine a intrusão imperialista de potências extracontinentais. Tal política dos EUA com relação à América Latina tem um potencial apoio substancial dessa região, especialmente entre os regimes que permanecem independentes.

(...) Será perseguida por parte dos EUA, uma política latino-americana que promova a segurança norte-americana e ibero-americana, baseada na independência nacional mútua e na dependência interamericana, que promova o desenvolvimento econômico e político autônomos, fundados sobre nossa herança cultural e religiosa, que compreenda os limites de nossas aspirações na promoção de reformas internas em Ibero-América e que reconheça e respeite a dignidade e sensibilidade de nossos vizinhos.

(...) A diplomacia, por mais esperadamente aplicada que seja, não é senão um método para atingir os fins da política exterior. A política exterior e a estratégia nacional são, por seu lado, instrumentos pelos quais os povos procuram expandir ou defender seus interesses. (...).

primeira parte

Ameaça Militar Externa

proposição 1

Revitalizar o sistema de segurança hemisférica mediante a sustentação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), assumindo o controle da direção da Junta Interamericana de Defesa (JID) para impulsionar a longa lista de resoluções que reforçariam a segurança do hemisfério contra as ameaças externas e internas.

(...) O sistema de segurança desse hemisfério consistirá em três elementos ou graus. O primeiro e básico é o Tratado do Rio. O segundo será um subgrupo do primeiro: as organizações regionais de segurança. O terceiro, consistirá nos acordos bilaterais entre os vários países membros dos dois primeiros elementos.

proposição 2

Estimular os acordos de segurança regional que contribuam tanto à segurança regional como hemisférica contra as ameaças à segurança externa e interna.

(...) As pessoas não se vinculam facilmente sobre uma base hemisférica; o conceito é abstrato e a capacidade do homem da rua para sentir-se vinculado por tal acordo é difícil, se não impossível. Por isso, precisamos de algo a que possa sentir-se vinculando.

Os acordos regionais cumprem esse requerimento. Na Argentina ou no Paraguai um acordo regional para a segurança da América do Sul pode ser entendido muito facilmente. Garante seus alimentos, suas importações e exportações. É imediato e claro, enquanto que o conceito de segurança hemisférica é difícil de visualizar, confuso e emaranhado para sua compreensão, e também introduz a mão pesada da América do Norte.

A política dos EUA deve ser a de estimular e de apoiar esses acordos de segurança regional. Isto está em flagrante contraste com a política presente que tem sido a de desalentar tais mecanismos. O fracasso dos acordos de segurança nacional na América Central (Condeca) ilustram este caso. Essa organização regional de segurança tem sido e é o maior obstáculo à subversão cubano-panamenho-soviética contra os governos sob ataque: El Salvador, Honduras e Guatemala.

proposição 3

Reativar, como terceiro elemento do nosso sistema de segurança hemisférica, nossos tradicionais la-

ços militares com este hemisfério, mediante a oferta de treinamento militar e assistência às forças armadas das Américas, com particular ênfase nos jovens oficiais e nos oficiais de patente inferior. A oferta é de assistência técnica e psicológica a todos os países deste hemisfério na luta contra o terrorismo, qualquer que seja sua origem.

(...) A única razão para a venda de armas e assistência à segurança é elevar a segurança e a viabilidade dos EUA e seus aliados no sentido mais amplo. Nosso papel de condutores e a nossa tecnologia nos dão essa pesada responsabilidade.

(...) Mediante o treinamento militar no nosso país os EUA podem, não só dar uma direção profissional de primeira classe, mas também oferecer um modelo moderado para o resto do pessoal militar das Américas e suas famílias. Vivendo nos EUA e observando diretamente nosso funcionamento político, os chefes militares desse hemisfério podem tornar a ganhar o respeito e admiração pelos EUA. (...).

proposição 4

Se o Tratado atual fracassa, colocar o Canal do Panamá sob a proteção da Junta Interamericana de Defesa para assegurar que as nações deste hemisfério tenham acesso livre e regular ao Pacífico e ao Atlântico.

(...) O Canal do Panamá é da maior importância estratégica para a maioria dos países do hemisfério. Sua segurança e disponibilidade são de significativo interesse para os países da América do Norte, do Sul e Central. Delegando essa responsabilidade aos países signatários do Tratado do Rio, que por sua vez designariam a Junta Interamericana de Defesa como seu agente, o problema seria colocado no nível estratégico adequado e elevado a uma merecida posição dentro da expectativa internacional.

Entregando o controle do Canal à JID, estabelecendo uma zona de segurança sob as 19 bandeiras da JID e conduzindo manobras combinadas, os

países livres das Américas levarão ao conhecimento dos soviéticos e seus aliados no hemisfério que estamos preparados, decididos e capacitados para a defesa de nossos interesses vitais.

As atuais operações comuns e a manutenção necessária do Canal poderiam ser cumpridas por pessoal panamenho e estadunidense ou mediante contratos privados.

segunda parte

A Subversão Interna

proposição 1

A política dos EUA na América Latina deve levar em conta a vinculação integral entre subversão interna e agressão externa.

A "Doutrina Roldós" — do nome do Presidente do Equador — deve ser condenada. A doutrina afirma que os poderes externos não violam o tradicional princípio de não intervenção se a participação nos assuntos de outro país é vista como um ato de defesa dos direitos humanos.

Dado que o comunismo utiliza qualquer meio para derrotar a ordem capitalista e transformar o mundo, a segurança interna e externa são inseparáveis.

(...) O triunfo sandinista na Nicarágua incorporou um novo elemento: a agressão externa por tropas com bases operativas na Costa Rica, que foram equipadas com armas importadas via Panamá, de Cuba e dos Estados Unidos.

(...) A base nicaragüense no continente americano facilitará, agora, a repetição do modelo revolucionário. Armas estadunidenses, previamente vendidas à Nicarágua, já estão sendo enviadas às guerrilhas na Guatemala. Guatemala é o troféu estratégico da América Central, pois se limita com os vastos campos petrolíferos mexicanos.

proposição 2

A formulação da política dos Estados Unidos deve ser preservada da propaganda existente nos meios de comunicação de massa

e publicações especializadas, inspirada por forças expressamente hostis aos EUA.

(...) Os ativistas radicais se aproveitam da pouca profundidade da compreensão sobre a situação dos diferentes países e a falsa concepção sobre as alternativas políticas e econômicas e alimentam uma corrente constante de desinformação que ridiculariza nossos amigos e glorifica nossos inimigos.

A manipulação dos meios de informação através de grupos vinculados à Igreja e de outras camarilhas encarregadas dos conchavos em torno dos chamados direitos humanos tem cumprido um crescente e importante papel no derrocamento dos governos, autoritários sim, mas pró-norte-americanos, substituindo-os por ditaduras anti-norte-americanas, comunistas ou pró-comunistas, de caráter totalitário.

proposição 3

A política exterior dos EUA deve começar a enfrentar (e não simplesmente reagir a posteriori) a Teologia da Libertação, tal como é utilizada na América Latina.

O papel da Igreja na América Latina é vital para o conceito de liberdade política. Lamentavelmente, as forças marxistas-leninistas têm utilizado a Igreja como uma arma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção, infiltrando a comunidade religiosa com idéias que são menos cristãs que comunistas.

proposição 4

Os Estados Unidos devem abandonar a suposição equivocada de que se pode, facilmente, introduzir e impor o estilo democrático como o dos EUA como alternativa aos governos autoritários, da mesma forma que devem abandonar a crença de que a mudança por si numa tal situação é inevitável, desejável e do interesse dos EUA. Essa crença induziu a administração Carter a participar ativamente na liquidação dos governos autoritários não comunistas enquanto permanecia passiva diante da expansão comunista.

proposição 5

Os direitos humanos — conceito cultural e politicamente relativo, usado pela administração Carter para intervir em favor das mudanças políticas nos países deste hemisfério — afetam negativamente a paz, a estabilidade e a segurança da região. Essa política deve ser abandonada e substituída por outra, de não intervenção e de realismo político e ético.

A natureza cultural e eticamente relativa da noção de direitos humanos se manifesta quando países como Argentina, Chile e Brasil acham repugnante a manifestação do nosso ultraje moral pelo assassinato de um terrorista cujas bombas e armas de fogo matam inocentes civis, quando aprovamos como legal a liquidação de mais de um milhão de crianças não nascidas por ano. O que dizer — perguntam — sobre os direitos humanos das vítimas do terrorismo de extrema-esquerda? Os artífices da política dos EUA devem descartar a ilusão de que alguém que atira um coquetel molotov em nome dos direitos humanos é merecedor desses direitos. Por outro lado, as frequentes críticas às instituições e ao modo de vida de um país não representam, necessariamente, as aspirações da maioria da população.

Uma política ideologicamente motivada e coletivamente aplicada com relação aos direitos humanos vai em detrimento dos direitos humanos propriamente ditos. Isso tem custado aos EUA amigos e aliados e a perda de influência em importantes países da América Latina. Contribuiu para a desestabilização e a perda — ou a perspectiva de perda — de países como a Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Costa Rica.

Os direitos humanos à vida e à propriedade e as liberdades civis são hoje mais seguros do que foram antes do início da campanha de direitos humanos de 1977. A situação real que enfrentam os governos latino-americanos que se encontram sob o ataque de grupos revolucionários locais, assistidos pelo eixo cubano-soviético, não deve ser entendida como uma ameaça a supostas oligarquias, mas como uma ameaça aos interesses da segurança dos EUA.

Se os Estados Unidos se limitam a uma política exterior que promova a paz, a estabilidade e a exclusão do comunismo na América, então haverá uma ampla oportunidade de promover o respeito às liberdades civis concretas e uma melhoria econômica para todos os povos das Américas.

terceira parte

Política Econômica e Social

a) energia

proposição

Os Estados Unidos estimularão e ajudarão as nações do hemisfério ocidental a desenvolver seu petróleo e seu potencial energético nuclear, agrícola e industrial. A fórmula Eisenhower de "átomos para a paz" e de intercâmbio de capital e de tecnologia contra a importação de energia deve ser reanimada.

(...) As nações industrializadas emergentes na América Latina já começaram a desenvolver a energia nuclear. Devem ser estabelecidas as necessidades de energia para o desenvolvimento presente e futuro. A oposição dos EUA durante as administrações Ford e Carter às instalações nucleares de Ibero-América não conseguiu frear os projetos e só serviu para levar o México, o Brasil e a Argentina a adquirirem a tecnologia nuclear na Europa Ocidental e no Japão. Como resultado, os EUA não só perderam os ingressos, mas toda a direção sobre esses programas nucleares. As jazidas de petróleo não são infinitas. Os EUA devem assumir a direção de um programa de átomos para a paz que acelerará a produção industrial e também a agrícola.

Os alimentos são uma arma em tempos de guerra. Quatro dos sete produtores de excedentes agrícolas do globo estão no hemisfério ocidental: Canadá, EUA, Brasil e Argentina. Juntamente com os produtores do Pacífico, Austrália e Nova Zelândia, as Américas podem exercer uma pressão fortíssima sobre os Estados potencialmente hostis, mediante a retenção do abastecimento de alimentos à guisa de reféns, e assim reequili-

brar a balança entre o Novo e o Velho Mundo.

b) agricultura

proposição 1

A política comercial agrícola dos Estados Unidos na América Latina e os programas de assistência para o setor agrícola devem maximizar as vantagens comparativas da produção e estimular mudanças para a produção de artigos agrícolas de exportação, de modo a implementar o comércio recíproco. (...).

proposição 2

Na medida em que os EUA incentivem a diversificação da agricultura na América Latina para maximizar as vantagens comparativas de produção, dever-se-á conceder acesso a esses produtos no mercado dos EUA.

Os Estados Unidos deverão expandir o mercado interno na demanda da tradicional produção açucareira do Caribe, através do desenvolvimento e aquisição de combustível de álcool derivado do açúcar. (...).

proposição 3

O Congresso dos Estados Unidos, através da Agência para o Desenvolvimento Industrial (AID), deve estabelecer um programa de empréstimos agrícolas diretos para cooperativas ou empresas comunitárias indígenas.

(...) Com a dotação de capitais para a criação de novas instituições de crédito dirigidas a essas finalidades, os EUA podem estimular os governos interessados em ajudar a população agrícola pobre a sair da agricultura de subsistência. O Congresso deveria atuar e divulgar os pedidos de assistência aos EUA e assegurar-se de que essa ajuda seja dirigida a atividades livres e produtivas e não a programas estatais antieconômicos.

proposição 4

A atual ênfase dos Estados Unidos no desenvolvimento de uma infra-

estrutura rural pública deveria ser ampliada com o estímulo a atividades menores e rentáveis, cujos lucros possam ser reinvestidos, numa proporção significativa, em preparação técnica e assistência aos agricultores locais, tanto através de operações normais como de projetos comunitários orientados.

(...) O setor da pequena empresa privada orientada para a obtenção de lucros com objetivos determinados pode ser transformado em um mecanismo de assistência à população indígena local, em particular, e à pequena propriedade agrícola orientada para aplicação dos lucros no trabalho rural, com um impacto social para o desenvolvimento da comunidade.

c) a dívida

proposição

O Congresso deveria realizar análises periódicas dos problemas da dívida na América Latina e orientar sua política de desenvolvimento a fim de criar um mercado de capitais autônomos latino-americanos.

Para complementar e coordenar os esforços que levem ao estabelecimento desse mercado, o Congresso deveria incentivar o investimento direto privado estrangeiro.

Talvez o mais sério obstáculo do desenvolvimento econômico da América Latina seja, hoje, o sempre crescente peso da dívida.

(...) Os EUA, sob a direção do Congresso, estão obrigados a ter uma política de perspectiva e coerência para tratar esse problema da dívida latino-americana, no contexto de uma política dirigida a estimular o desenvolvimento e a promover um mercado latino-americano autônomo de capitais.

d) o movimento sindical livre

proposição

Os Estados Unidos, trabalhando com e através da AFL-CIO e outras organizações independentes de trabalhadores, fomentarão o

movimento sindical livre na América Latina, uma vez que os sindicatos autônomos são essenciais ao progresso econômico e à defesa das instituições democráticas.

(...) Um movimento sindical livre, baseado na eleição e na associação voluntária, é fundamental na filosofia de uma economia de livre mercado.

(...) Os EUA, como um dos países que sempre deu uma oportunidade ao trabalhador, é o agente ideal para apoiar um movimento sindical livre, que por sua própria sobrevivência e interesse deve pretender ser uma fortaleza contra o estatismo e o centralismo.

e) transferência de tecnologia

proposição 1

Os Estados Unidos devem empreender a transferência de tecnologia para as Américas como parte de sua estratégia para o continente. Os objetivos seriam os de fortalecer os vínculos hemisféricos e aumentar a segurança mediante a criação de sistemas políticos e econômicos viáveis de livre empresa, que contribuam a diminuir a pobreza e a fome, que constituem os problemas críticos de muitos dos países das Américas. (...)

proposição 2

Como parte da nova política latino-americana, os EUA deveriam adotar uma estratégia de transferência de tecnologia similar à que existe com Israel. Essa política deverá reconhecer a importância estratégica que tem para o mundo livre a combinação de seus recursos humanos com a tecnologia dos EUA no fortalecimento da estrutura econômica, social e política de cada país em particular. Será a maior e mais positiva resposta aos problemas da pobreza, do desemprego e da crise econômica que são o caldo de cultura do comunismo e do terrorismo urbano. Obviamente, essa política deve ser delineada tomando em conta as necessidades de cada país em particular. (...)

f) educação

proposição

Os Estados Unidos devem tomar a iniciativa ideológica. É essencial que se estimule um sistema educativo na América Latina que enfatize a herança cultural comum das Américas. A educação deverá inculcar o idealismo que sirva de instrumento para a sobrevivência.

Esta é uma guerra pelo controle da opinião pública mundial. O elemento ideológico-político haverá de prevalecer. De maneira especial, os EUA têm falhado em propagar os ideais de liberdade política, iniciativa privada, anticentralismo e patriotismo moderado que o povo norte-americano aprecia.

(...) Quem quer que controle a educação define seu passado, e como já se viu, também seu futuro. O amanhã está nas mãos e no cérebro daqueles que estão sendo educados hoje.

Os Estados Unidos não pretendem impor sua própria imagem em Ibero-América. Nem o pluralismo liberal nem a democracia wilsoniana foram exportados com êxito. Entretanto, devemos exportar idéias e imagens que fomentem a liberdade individual, a responsabilidade política e o respeito da propriedade privada. Deve ser iniciada uma campanha para capturar a elite intelectual ibero-americana mediante o rádio, a televisão, os livros, artigos e folhetos, além de doações, bolsas de estudos e prêmios. Consideração e reconhecimento é o que mais apetece aos intelectuais que podem ser atraídos por tal programa. Os esforços dos EUA devem refletir os verdadeiros sentimentos do povo norte-americano e não o estreito espectro de Nova Iorque e Hollywood.

g) economia, comércio e política de investimentos

proposição 1

Os Estados Unidos devem promover uma política orientada ao capitalismo privado, ao livre comércio e ao investimento local direto e estrangeiro em empresas produtivas na América Latina.

O capitalismo está dirigido para a produção. O socialismo para a distribuição.

O problema imediato na América Latina é a produção, não a distribuição; para dar, é preciso ter algo que dar. Dos dois tipos de capitalismo que existem — privado e estatal — o privado tem sido claramente mais produtivo. Em consequência, os EUA devem promover a empresa privada mediante a associação das Américas Inglesa e Latina. (...)

proposição 2

Para facilitar o comércio interamericano, os EUA não só procuram uma relação mais estreita com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) e com o Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), mas também solicitarão o status de associados nessas duas organizações. A participação plena dos EUA na Alalc e no Sela será facilitada pelo estabelecimento de um mercado latino-americano autônomo de capitais.

proposição 3

A política econômica exterior dos EUA procurará influir sobre os bancos transnacionais na cooperação com os EUA no controle da inflação, na sustentação de esquemas de autofinanciamento dos setores produtivos, estimulando o desenvolvimento energético, hidrelétrico, nuclear e do gás e financiando projetos como o da eletrificação rural.

proposição 4

Os Estados Unidos apoiarão reformas institucionais dos bancos transnacionais e as dotações diretas do Congresso ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para programas de desenvolvimento específico, como o da Venezuela em 1975, e o Congresso tomará em conta a criação de um fundo monetário da América Latina para desenvolver a capacidade de formação de capital autônomo na América Latina com fins produtivos.

Todas as corporações transnacionais são instrumentos importantes, comprometidos com o desenvolvimento econômico. Mas os bancos multilaterais de desenvolvimento são essenciais a toda a política dos EUA dirigida a estimular a autonomia e cooperação entre os países americanos. O Banco Mundial oferece uma grande soma de dinheiro a muitos países. Mas não se dedica prioritariamente à América Latina. O Congresso continuará usando sua influência para pedir urgência ao Banco Mundial para estimular aos países hispano-americanos que estão em busca de sua autonomia e da cooperação com os EUA. (...).

proposição 5

Os EUA contribuirão para preservar os setores médios da indústria latino-americana de sua destruição pelas corporações transnacionais.

(...) Essas indústrias podem competir num mercado aberto se não são estranguladas ou afogadas pelo "dumping" das corporações transnacionais com aspirações monopólicas. A integração da Amazônia e do Pacto Andino, em dezembro de 1979, bem como o fortalecimento do Sela, indica a consciência ibero-americana sobre o problema. Os EUA, cooperando com a Alalc e o Sela na redução de tarifas e estabelecendo uma vigilância sobre as corporações transnacionais norte-americanas na região, podem contribuir para salvar esse grupo de médias indústrias.

quarta parte

Direitos Humanos e Pluralismo Ideológico

proposição 1

Os EUA deixarão de classificar seus aliados com base no seu atual e desigual programa de direitos humanos.

Um vigoroso programa de direitos humanos, aplicado equivalentemente, é uma arma admirável da América Latina contra a União Soviética, seus satélites e seguidores. Curiosamente, a

administração Carter não pensou seriamente em aplicar a doutrina dos direitos humanos contra a Cuba castrista, a Nicarágua sandinista e outros satélites soviéticos no hemisfério ocidental. A Argentina, o Brasil, o Chile, El Salvador, a Guatemala, a Nicarágua de Somoza, todos velhos aliados nossos, por outro lado, foram fustigados.

proposição 2

Os EUA aplicarão a doutrina do pluralismo ideológico em todo o espectro político e não precisamente nos regimes internacionais de esquerda. (...).

quinta parte

Relações Interamericanas

a) relações especiais com países-chaves: Brasil, México e Cuba

proposição 1

Os EUA devem dedicar uma atenção especial a três países: Brasil, México e Cuba em virtude da sua particular importância no hemisfério ocidental. (...).

proposição 2

Os EUA deverão anunciar publicamente uma política com vistas a estimular, apropriada e racionalmente, a aquisição e o uso de uma tecnologia avançada pelo Brasil, que inclua o uso pacífico da energia nuclear. Os EUA devem se abster de qualquer comentário público sobre os direitos humanos no Brasil e ao mesmo tempo devem revogar as normas impostas pelo Congresso, que exigem informações sobre as condições dos direitos humanos nos países aliados e amigos.

O próximo Presidente dos EUA concretizará um velho convite ao Presidente do Brasil para uma reunião de trabalho em Washington, para estabelecer conversações que incluam comércio, dívida e energia. Além disso, os EUA estimularão ativamente a aproximação argentino-brasileira, o que abrirá

novas possibilidades para um desenvolvimento econômico acelerado do Cone Sul, desenvolvimento que ajudará a estimular o crescimento de países periféricos dessa região: Bolívia, Paraguai e Uruguai.

BRASIL: Brasil é o gigante da América do Sul. Sua população (120 milhões); seu território (maior que o dos EUA continental); seu poderio econômico (200 bilhões de dólares de PNB); e seus fabulosos recursos naturais fazem-no uma formidável potência regional. Até o final do século o Brasil se converterá numa das maiores potências mundiais.

Felizmente, tanto por circunstâncias como pela aplicação de uma política racional, os EUA quase sempre desfrutaram de boas relações com o Brasil num contraste agudo com as nossas — frequentes — relações tumultuadas com as repúblicas de língua espanhola. O Brasil, por exemplo, foi o único país no hemisfério que, junto com os EUA e Canadá, contribuiu, substancialmente, com sangue e dinheiro para a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Em 1976, durante o último ano da administração Ford, as relações brasileiro-norte-americanas atingiram seu ponto mais alto. Uma "relação especial" de trabalho foi concretizada em um memorando de acordo assinado pelos ministros de Relações Exteriores dos dois países. Esse memorando prometia a realização de consultas entre os dois países, sobre todos os temas que pudessem preocupar a qualquer um deles.

A administração Carter, não obstante, terminou rapidamente essa relação especial, e fez fortes pressões sobre a Alemanha Ocidental para cancelar o Acordo de Energia Nuclear com o Brasil, sem que a Casa Branca se incomodasse de comunicar previamente esse fato ao Brasil.

A administração Carter fracassou em seus torpes esforços para impedir a proliferação nuclear na América do Sul. Para o Brasil, significava que Washington desenvolvia uma injustificável interferência em seus assuntos internos. Pior ainda, se interpretou que os EUA tentavam negar aos países em desenvolvimento uma tecnologia avançada, suspeita sustentada com afinco pelos funcionários brasileiros.

A insensibilidade dos EUA para com os acordos sobre a energia nuclear foi igualada, se não ultrapassada, pelas críticas públicas da administração Carter ao comportamento do Brasil em torno da questão dos direitos humanos apesar de que, de acordo com o critério da administração, era, em fins dos anos 70, um dos melhores da região. Além disso, Carter complementou o erro de sua administração adotando uma atitude intransigente com relação ao governo Geisel, durante a sua visita oficial ao Brasil, em 1977, o que foi agravado com as amistosas conversações que realizou com "ativistas dos direitos humanos". Numa das escalas dessa viagem, Carter aumentou o aborrecimento do Brasil ao abraçar-se com a ditadura militar da Nigéria, que não permite uma comparação com o Brasil em matéria de direitos humanos.

Essas políticas paralelas de não proliferação nuclear e de direitos humanos envenenaram as relações com nossos tradicionais amigos e aliados, num momento da história em que o Brasil está começando a desenvolver seu potencial. Num futuro próximo, as relações podem ser consertadas mas não completamente restabelecidas. Os brasileiros nos fizeram saber, bem claramente, que as velhas relações jamais poderão ser totalmente restauradas, se a administração republicana continuar fazendo o mesmo que a administração democrata, ou seja, destruir os velhos princípios, literalmente, às suas costas.

Levando em conta os nossos recentes e frustrados esforços para manipular o Brasil, menosprezando a melhoria das relações norte-americanas e a preservação dos interesses norte-americanos, a administração republicana deve tomar a iniciativa para melhorar as relações com esse país chave.

proposição 3

Os EUA deverão iniciar, imediatamente, conversações de alto nível, vinculadas com os temas da energia, imigração e comércio.

A embaixada especial para assuntos mexicanos será abolida, e o embaixador dos EUA na cidade do México será o chefe da delegação nas negociações. Os EUA deverão manter aberto seu merca-

do aos produtos mexicanos. O objetivo não é a formação de um maior mercado comum norte-americano, mas sim manter aberto o mercado dos EUA para os bens mexicanos, particularmente aqueles das indústrias que empreguem uma alta porcentagem de força de trabalho.

Os EUA e o México deverão buscar uma solução ao fluxo de trabalhadores indocumentados em direção aos EUA. O objetivo é prover empregos temporários a um número limitado de cidadãos mexicanos. O estrito cumprimento dessa quota será vigiado por autoridades de ambos os países.

Os EUA e o México deverão subcrever acordos para o fornecimento, a longo prazo, de gás e petróleo. A meta dos EUA é importar cerca de dois milhões de barris diários de petróleo, durante os primeiros anos da década de 80. Tal acordo deverá beneficiar ambos os países. Além de incrementar a importação de petróleo mexicano, os EUA duplicarão suas importações, incrementando a compra de outros fornecedores do hemisfério ocidental, libertando-se assim, para 1985, da dependência do Golfo Pérsico. (...).

proposição 4

Os EUA devem lançar uma nova política positiva, para todo o Caribe e que inclua a América Central. Essa política proverá uma ajuda multifacética para todos os países amigos que se encontrem sob o ataque de minorias armadas que recebem assistência de forças forâneas hostis. O programa deve unir os elementos mais fecundos da doutrina Truman e da Aliança para o Progresso.

Ao mesmo tempo, os EUA reafirmarão o princípio central da doutrina Monroe: o de que nenhuma potência estrangeira hostil será autorizada a manter bases ou alianças militares ou políticas na região. Uma doutrina Monroe revitalizada será multilateral, ponto de vista que há muito é sustentado pelos países chaves da América Latina. Os EUA não podem continuar aceitando que Cuba seja um Esta-

do vassalo da URSS. A subversão cubana deve ser qualificada como tal e combatida. O preço que Havana deve pagar por tais atividades não pode ser pequeno. Os EUA só podem restaurar a sua credibilidade realizando ações imediatas. Os primeiros passos devem ser francamente punitivos. Os diplomatas cubanos devem abandonar Washington. O reconhecimento aéreo deve recomeçar. Os dólares do turismo norte-americano devem ser cortados. O acordo pesqueiro de 1977, altamente vantajoso para a frota pesqueira cubana, deve ser revisto.

Os EUA devem oferecer a Cuba uma alternativa clara. Primeiro, deve ser absolutamente claro para Cuba que se continuar no mesmo caminho serão empreendidos outros passos apropriados.

(...) Cuba e a URSS devem ser consideradas, até certo ponto, responsáveis pelo êxito da política de subversão e desestabilização neste hemisfério. Ao mesmo tempo, devemos apoiar os amigos que sobram na região e realizar pelo menos uma vez algumas medidas preventivas.

Havana deve ser responsabilizada por sua política de agressão contra os Estados irmãos da América. Entre outras medidas será criada a Rádio Cuba Livre, sob aberta responsabilidade do governo dos EUA, a qual transmitirá informação objetiva ao povo cubano que, entre outras coisas, evidencie o alto custo da sacrílega aliança entre Havana e Moscou. Se a propaganda falhar deve ser lançada uma guerra de libertação contra Castro.

A segunda alternativa será estimular os cubanos para que realizem uma mudança radical na sua política exterior. Se bem que seja improvável que os EUA possam desligar os cubanos da URSS, faremos saber claramente que os EUA serão generosos se for liquidada a aliança soviético-cubana. (...).

b) relações hemisféricas

proposição

Tomando em conta a comunidade de problemas com que se enfrentarão ambas as Américas nas pró-

ximas duas décadas, os Estados americanos estabelecerão um comitê de desenvolvimento da energia aberto a todos os países do hemisfério e que será dedicado a fomentar a cooperação do desenvolvimento racional dos recursos de gás e petróleo da região; deverão ser revitalizados a Junta Interamericana de Defesa, o Comando Continental Interamericano e o Tratado do Rio, bem como fortalecer a OEA transferindo a secretaria ao Panamá.

(...) Temos à mão um instrumento para a multilateralização: a OEA. A principal queixa contra a OEA é que serve unicamente aos interesses dos EUA. Isto nem sempre foi verdade, mas a redistribuição das funções da OEA ao longo do hemisfério pode ajudar a eliminar essa suspeita. Além do mais, propomos que o Estado-Maior da OEA seja transferido de Washington para o Panamá lá para o fim do século.

Panamá, é claro, foi a sede do primeiro encontro interamericano, em 1826, convocado por Simón Bolívar. Panamá está situado no centro do hemisfério e sua economia baseada em serviços pode alojar um secretariado interamericano dentro de dois decênios. Além disso, instalando o secretariado da OEA no Panamá, facilitará a interamericanização do Canal e se reforçará a economia do Panamá pela presença adicional da Junta Interamericana de Defesa e suas forças de defesa e proteção.

É ainda necessário dar estabilidade econômica ao hemisfério. Nenhum país da região está imune ao colapso econômico. A economia dos EUA tem uma grande influência sobre as economias dos países da América Latina, que por sua vez — principalmente no caso dos países maiores — tem impacto cada vez maior nos EUA. Essa tendência continuará até o final do século. Assim, cada parte da América se tornou dependente do resto pelo comércio e pelo investimento. A política dos EUA, por outro lado, não reflete inteiramente esse fato. (...).

proposição 2

O Canadá deve ser induzido a assumir maiores responsabilidades

na defesa e no desenvolvimento americanos, estendendo sua influência às antigas colônias inglesas das Índias Ocidentais e do Caribe. (...).

síntese final

As Américas se encontram sob ataque interno e externo. A América Latina, como parte integral da comunidade ocidental, está sendo contaminada por satélites e dependentes sustentados e mantidos pela URSS. A diminuição da presença dos EUA no Caribe e na América Central — cruzamento de rotas marítimas e centro de refinação de petróleo, é contínua. Entretanto, os países ibero-americanos que se mantêm independentes começam a duvidar da boa vontade e dos propósitos dos EUA, e se esforçam desesperadamente para salvar sua própria situação estratégica e econômica.

Os EUA abrem suas feridas. Uma ação decisiva como a ocupação da República Dominicana em 1965 foi desvalorizada por uma reação inversa como no caso dos Tratados Torrijos-Carter em 1978, e por arranjos precipitados como o que aconteceu em maio de 1980, quando se cancelaram os exercícios mar-ár "solid Shield-80" por causa do protesto do Presidente do Panamá pela presença provocadora das forças dos EUA no Caribe.

O Comitê de Santa Fé afirma que os esforços dos EUA na conciliação com os soviéticos e seus títeres ibero-americanos são simplesmente uma máscara e uma adaptação à agressão.

O Comitê de Santa Fé, além do mais, insiste para que os EUA tomem a iniciativa estratégica e diplomática para revitalizar o Tratado do Rio e a OEA, reproclamando a doutrina Monroe; estabelecendo laços com os países-chaves e ajudando as nações independentes a sobreviver à subversão.

Por outro lado, o Comitê de Santa Fé propõe que os EUA iniciem uma campanha econômica e ideológica para o desenvolvimento de um plano energético, aliviando o peso da dívida da América Latina, estimulando a formação de capital latino-americano, dando assistência à indústria e à agri-

cultura da região através do comércio e da tecnologia; e, sobretudo, dando um apoio ideológico aos instrumentos da política exterior através de programas educativos dirigidos a ganhar a mente da humanidade. Porque a fé como apoio da política é essencial à vitória.

Certamente, na guerra não há substitutos para a vitória e os EUA estão comprometidos na Terceira Guerra Mundial. As duas primeiras fases, contenção e distensão, foram atingidas pelo duplo envolvimento soviético: o cerco à República Popular da China e o estrangulamento das nações industrializadas ocidentais através do corte de suas provisões de petróleo e minerais. O Sudeste da Ásia e a América Latina são as áreas atuais da agressão.

A América Latina é vital para os Estados Unidos: a projeção do poder global dos EUA sempre se apoiou sobre um Caribe cooperador e uma América do Sul que nos apoie. Para os EUA o isolacionismo é impossível. A contenção da União Soviética não é suficiente. A distensão está morta.

Só os EUA podem, como um sócio, proteger as nações independentes da América Latina da conquista comunista e ajudar a preservar a cultura hispano-americana de sua esterilização pelo materialismo marxista internacional. Os EUA devem tomar as rédeas. Não só estão em perigo as relações dos EUA com a América Latina, mas a própria sobrevivência de nosso país está em jogo.

Comitê de Santa Fé
maio de 1980

L. Francis Bouchez
Roger W. Fontaine
David C. Jordan
Gordon Summer
Lewis Tabs, editor
prefácio de Ronald F. Docksai
para o Conselho de Segurança
Interamericana Inc.
305 Fourth Street, NE
Washington, DC. 20002

As contradições do belicismo

Ex-deputado democrata-cristão no Chile, e atual pesquisador de política internacional do Cide (Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento do México). Este texto é baseado em aulas, conferências e numa entrevista dada aos "cadernos do terceiro mundo"

Luis Maira

As bases teóricas da nova geopolítica belicista dos EUA podem ser encontradas na revista *Commentary* que é uma espécie de bíblia da ultradireita norte-americana e leitura obrigatória de todos os assessores de Ronald Reagan. A defesa mais clara desta nova atitude diplomática apareceu há alguns meses num artigo escrito por Norman Pothole sob o título "O Perigo Crescente". Em síntese, o autor e os ultraconservadores norte-americanos imaginam um retorno ao que chamam de "tempos áureos em que os EUA exerciam uma hegemonia mundial incontestada e ninguém se arriscava a desafiá-la".

Era o período do pós-guerra, quando depois da derrota nazista os americanos ditaram as condições econômicas para a reconstrução e moldaram a política do mundo capitalista em função dos seus interesses. Segundo Norman Pothole, a hegemonia norte-americana entrou em crise nos anos 60 e 70, basicamente por culpa do que ele chama de "lides-ranças débeis, que não souberam exercer o poder imperial". Em vez de admitir, como quase todo mundo admite, que a crise de hegemonia é estrutural, reflexo de uma debilidade também estrutural da economia norte-americana que vai perdendo posições para os europeus, e socialistas, os ultradireitistas se agarram a um problema subjetivo e baseiam tudo no simples exercício da autoridade. Acham que só isto garantiria a recuperação.

Eles fazem também uma violenta crítica a todas as administrações antes de Reagan, sejam elas democratas ou republicanas. Daí seu antagonismo a Kissinger e à estratégia da "detente". Afirmam que os EUA foram voluntariamente renunciando a seus domínios internacionais, no Sudeste Asiático, África e América Latina. E para sair desta situação defendem a solução simplista de "mudar o tom de voz". Isto é: falar grosso tentando infundir o medo em escala mundial. Para atingir este objetivo fundem a diplomacia com a política militar armamentista e passam a tratar os aliados ocidentais e as nações socialistas a partir de uma pretensa posição de força.

Em sua expressão mais simples — a exarcebação do nacionalismo e das ameaças de força — esta nova orientação teve algum apoio popular durante a campanha eleitoral e logo após a posse de Reagan. Mas em sua formulação mais teórica, trata-se de uma geopolítica elitista, formada principalmente pelos altos funcionários da administração, dirigentes militares e uma reduzida faixa de políticos ultraconservadores. Estes grupos não fizeram nenhum esforço e nem tiveram êxito na tentativa de tornar a nova mentalidade belicista mais coerente e aceitável pelo grosso da população norte-americana.

As eleições podem mudar muita coisa

Até agora, a oposição ao projeto de Ronald Reagan não tem sido internamente forte o suficiente para alterá-la. Mas o belicismo republicano só terá condições de prosperar se mostrar à opinião pública uma sucessão linear de êxitos, o que parece bastante difícil. Na verdade poderíamos dizer que se trata de uma geopolítica sem base material, uma vez que os europeus, os japoneses e os países socia-

listas tomaram conhecimento dela, mas não a aceitaram. Poderíamos falar até mesmo de um voluntarismo político de Reagan, porque ele quer ir além da capacidade real de mudar os fatos no resto do mundo.

A agressividade de aliados norte-americanos como Israel e África do Sul tem sido tolerada até mesmo pela oposição democrata porque se situa no quadro da reafirmação do orgulho nacional depois dos fracassos no Irã, Afeganistão e África. Mas a curto prazo, já no ano que vem, esta situação deve mudar, porque vai haver eleições para a Câmara de Representantes, e a lua-de-mel de Reagan com os democratas vai provavelmente acabar. Talvez não por questões de princípio, mas pela necessidade de tomar posições diferentes para conquistar eleitores. E já se pode notar alguns sintomas desta mudança na recente marcha em Washington contra a política econômica do governo de Reagan. A central sindical conservadora AFL-CIO aderiu à marcha onde, pela primeira vez em muitos anos, ela deixou sua postura governista para protestar junto com os setores mais militantes da esquerda norte-americana.

Muitos dos que apoiaram a política agressiva de Reagan durante a campanha eleitoral, se sentem agora ameaçados pela política econômica interna, com redução de salários, desemprego e recessão. Quando o bolso dos norte-americanos começa a ser atingido, muitos deles começam também a questionar a política externa. Abre-se então um espaço contestador que até agora não existia e que certamente terá seus reflexos na política externa. Assim, pode-se acreditar que a lua-de-mel de Reagan vai acabar bem cedo.

Política econômica anti-social

No plano econômico, o chamado complexo militar-industrial teve um papel preponderante no surgimento desta geopolítica belicista. Além de financiar centros de estudo como o da Universidade de Georgetown, que formularam a estratégia global de Reagan, este setor está diretamente envolvido na rearticulação de um ramo industrial que havia sido prejudicado pela chamada "teoria da Trilateral". A Trilateral queria envolver os países socialistas numa tentativa de reconquistar mercados através da penetração de bens de consumo e de empréstimos bancários aos países do Leste. E neste projeto estavam envolvidas as empresas transnacionais de setores como eletrônica, serviços, alimentação, comunicações, bancos, transportes etc. Os adeptos da Trilateral predominaram na era Carter, em prejuízo das indústrias bélicas e de outros setores como a siderurgia, que entraram em crise. E são estes setores que no momento dão a principal base

econômica ao projeto belicista porque serão diretamente beneficiados.

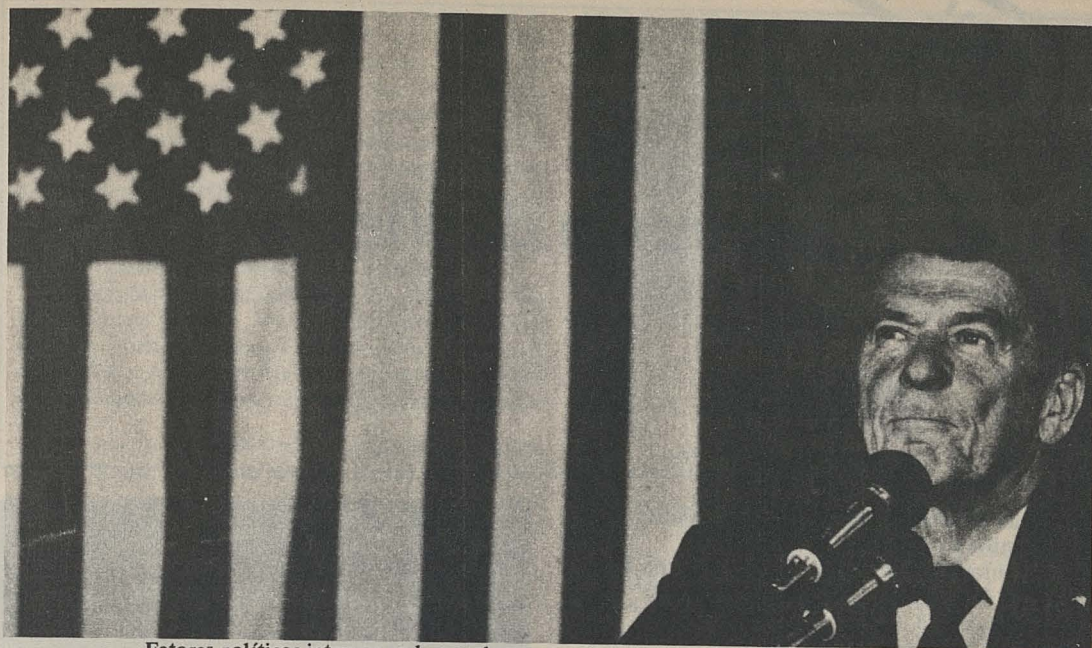
Apesar do fato amplamente conhecido de que a economia norte-americana atravessa uma fase crítica, com inflação, déficit e queda da produtividade, os estrategistas da nova geopolítica de Reagan afirmam que a crise do capitalismo pode ser superada com gastos militares. E tomam como exemplo o que ocorreu logo depois da Segunda Guerra Mundial, e posteriormente na Coreia. É uma forma de garantir o aumento do emprego, ignorando o fato de que esta corrida armamentista exige um preço monstruoso e que está bem de acordo com a natureza cruel do sistema. Ignoram também que depois de cada corrida às armas ocorrem recessões como a posterior à guerra do Vietnã.

O que torna a situação nos EUA ainda mais grave nos tempos atuais é que além de tentar reanimar a economia com gastos militares, os assessores de Reagan querem eliminar os benefícios sociais, ao contrário do que foi feito nas vezes anteriores. Isto certamente tornará bem menor o apoio popular que a administração atual terá, em contraste com o que aconteceu depois da Segunda Guerra e da Coreia, quando os gastos militares não reduziram os benefícios sociais e com isto garantiu a passividade dos trabalhadores, que de qualquer maneira foram ajudados em sua economia doméstica.

Além disso, aplicando um monetarismo clássico, Reagan está reduzindo os gastos públicos, o que entra em contradição com o propósito de aliviar a crise através do desenvolvimento da indústria armamentista. Esta é uma contradição básica no sistema atual e que, a curto prazo, talvez no ano que vem, já começará a provocar dificuldades enormes para a atual administração. É neste contexto que volta a ter importância o projeto da Trilateral. No momento ele é um projeto alternativo, defendido pelas transnacionais e pelo setor civil da economia norte-americana. Os adeptos da Trilateral não estão diretamente envolvidos na indústria bélica, e pretendem usar a distensão na tentativa de corromper o regimes socialistas procurando sua reconversão ao capitalismo. Este setor está muito interessado no que ocorre na Polônia, e se tiver êxito lá, é quase certo que sua influência sobre a administração Reagan acabará crescendo. À Trilateral, à qual estão ligados também o grande capital financeiro e bancário, não interessa a guerra.

As projeções internacionais

No que se refere às prioridades imediatas da nova geopolítica norte-americana, o Golfo Árabe e a África estão num primeiro plano incontestável. O Golfo por causa do petróleo, e a África por causa dos minerais. Mas a própria administração reconhece que nestes lugares os Estados Unidos não po-



Fatores políticos internos podem acabar com a agressividade de Reagan no plano externo

dem fazer muita coisa a curto prazo. Há dificuldades enormes. O apoio a Israel não pode ser incondicional porque implica a perda de aliados árabes. Na África, mais ou menos a mesma coisa acontece com relação à África do Sul. Mas de qualquer maneira tanto em Telavive como em Pretória, os sionistas e racistas mais radicais se sentem confortados e apoiados para aventuras guerreiras. Só que dificilmente elas ultrapassarão certos limites. Na Ásia, a situação é pior ainda para Reagan, porque os outros países da região não aceitarão tranquilamente a repetição do fenômeno Vietnã.

Já o mesmo não se pode dizer da América Latina. É neste continente que a estratégia belicista será aplicada em todo o seu peso. É aí que Reagan pretende falar "grosso", ditando unilateralmente as regras das relações interamericanas. A política de contenção ideológica terá prioridade absoluta nos casos de Cuba, Nicarágua, El Salvador, Granada e Guatemala. Não é provável, no entanto, que Reagan vá mandar tropas em grande quantidade para El Salvador. Os norte-americanos são agora mais cuidadosos depois do que ocorreu no Vietnã, sem que isto queira dizer que serão mais piedosos. Pelo contrário, é bem possível que os EUA procurem uma forma de ação militar multinacional em El Salvador.

Este tipo de intervenção militar não obedeceria no entanto, à estratégia da escalada militar posta em prática no Vietnã. Seria uma intervenção rápida, total e maciça. Esta é uma possibilidade bem concreta, mas é necessário levar em conta que uma

ação deste tipo vai requerer um grau de unidade interna no *establishment* militar que não existe atualmente. Na falta de unanimidade, Reagan corre o risco de um fracasso militar e diplomático irremediável, coisa que ele dificilmente aceitará em condições normais. O presidente norte-americano não prima pelo seu brilho intelectual e nem pela sua capacidade estratégica, mas está longe de ser um estúpido.

Com relação à bomba de nêutrons e aos projetos de mísseis MX, ou do superbombardeiro B-1, tratam-se de recursos para tentar mostrar força e consequentemente procurar ditar as regras da política mundial. É uma consequência do raciocínio simplista de que "se eu sou mais forte, posso mandar nos outros". Teoricamente isto poderia funcionar, mas na prática há poderosos elementos contra esta utopia belicista. Não só a Europa inteira não quer a guerra, como também uma boa parcela do povo norte-americano não aceitará pagar o preço de uma eventual loucura da administração Reagan.

Além disso, existem fatores internos nos EUA que podem minar o impacto desta agressividade bélica, fragilizando na base um projeto de reafirmação do orgulho nacional. Este é o caso da questão econômica. Não podendo reativar o capitalismo interno através da corrida armamentista devido às contradições de seu projeto econômico, é pouco provável que Reagan se sinta suficientemente forte para apostas nucleares de consequências imprevisíveis. Daí a fragilidade estrutural de um regime que se acha onipotente. □

Síndrome do Vietnã

Os jovens revoltados contra o serviço militar, os movimentos antibelicistas e o crescente descontentamento do povo norte-americano com os rumos da administração Reagan mostram que a experiência da guerra do Vietnã não foi em vão

Beatriz Bissio

A presença da chamada "síndrome do Vietnã" na vida política norte-americana é assinalada por muitos observadores como um fator que impede novas intervenções de tropas norte-americanas em conflitos no exterior. "O Vietnã foi uma experiência muito profunda e marcante para o povo dos Estados Unidos", disse aos **cadernos do terceiro mundo** Karen Talbot, membro do secretariado do Conselho Mundial da Paz. Como tantos outros militantes de sua geração, a senhora Talbot começou na política durante as grandes marchas pacifistas dos anos 60 contra a guerra do Vietnã. "Não foi em vão", diz ela quase dez anos depois.

"Atualmente está crescendo nos Estados Unidos o número de movimentos populares progressistas. Há muitas pessoas que sem estarem enquadradas em organizações, estão assustadas, ou pelo menos insatisfeitas com a política de Reagan".

A manifestação que levou mais de 100 mil pessoas às ruas de Washington com a palavra de ordem "EUA fora de El Salvador", demonstrou na opinião da sra. Talbot o potencial que tem o movimento. Atualmente existem dezenas de comitês de apoio a El Salvador nos Estados Unidos, e não apenas nas grandes cidades, mas também nas pequenas comunidades: "As pessoas estão se rebelando e uma percentagem significativamente alta de jovens se nega a prestar serviço militar".

"A política agressiva de Reagan — acrescenta — no fundo está mostrando o temor da classe domi-



Karen Talbot: "Os jovens não querem ser carne de canhão"

nante dos Estados Unidos ante a atitude dos jovens, cada vez mais avessos a aceitar o serviço militar". O baixo número de inscritos para um eventual recrutamento obrigou recentemente o governo a lançar uma campanha de pressão sobre os jovens. Pais, amigos, vizinhos e conhecidos de cada jovem dissidente em potencial foram exortados a tentar enquadrar os adolescentes no *establishment*.

"Mas apesar de toda esta pressão, parece que está se repetindo cada vez mais a situação surgida durante a guerra do Vietnã", assinala a sra. Karen Talbot. "Os jovens não querem ser carne de canhão em El Salvador, Irã ou qualquer outra parte do mundo".

Os sindicatos passam para a oposição

"Existe também um importante avanço da consciência dos trabalhadores contra a política econômica do governo Reagan", afirma Talbot. "As manifestações do Dia dos Trabalhadores, em se-

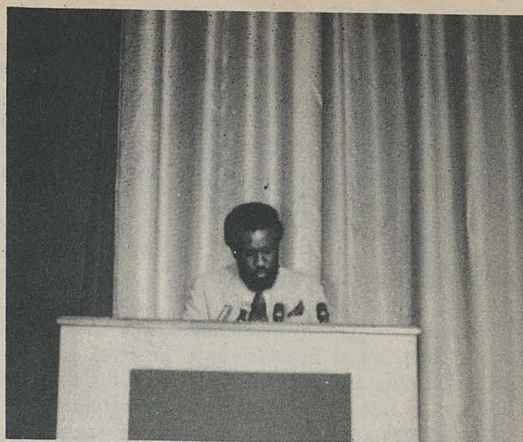
tembro, foram programadas e coordenadas pelos sindicatos, por trabalhadores, com um nítido sentimento opositor. O governo já não tem mais como dissimular que os cortes no programa de assistência social foram desviados para o orçamento militar. Esta é a questão chave. É uma política tremendamente desumana e anti-social. E os trabalhadores não a aceitam. Não serve o argumento de que se trata de combater a inflação: o orçamento militar é altamente inflacionário. Os dirigentes sindicais já compreenderam claramente esta situação”.

Poderia ser argumentado que, em última análise, o presidente Reagan foi investido do poder em eleições livres realizadas há pouco mais de um ano, e que desde então não fez outra coisa senão desenvolver o que havia prometido na campanha eleitoral.

“O sistema de poder tentou insistir na imagem de que Reagan tem um mandato. Não quero minimizar o apoio que ele possa ter, mas Reagan não é um Presidente eleito pela maioria (apenas 26% dos norte-americanos votaram nele), nem um Presidente popular dentro dos Estados Unidos”, assinala a senhora Talbot.

Racismo e militarismo

“Quando houve a agressão à Líbia, por exemplo — continua Karen — o homem comum perguntava: para que tanta insanidade? Por que esse fanatismo? Que procuramos ao invadir águas territoriais líbias? O que justifica esta agressão? E afortunadamente muitos lembraram imediatamente a provocação do Golfo de Tomkim, que serviu de pretexto para dar início à escalada do Vietnã. O povo norte-americano não se esqueceu do Vietnã. Foi uma experiência marcante e profunda. Não será fácil para nenhuma administração norte-americana — e Reagan não será a exceção — levar o povo dos Estados Unidos a outra guerra”.



Lennox Hinds: pressionado para não falar

Não é perigosa, porém, a pregação belicista atual?

“Sim, é perigosa e ainda mais agora que a administração republicana decidiu construir a bomba de nêutrons e aumentar o arsenal atômico, com um sentido de competição permanente com os países socialistas.”

“A questão é ajudar o povo dos Estados Unidos a desenvolver este potencial que há dentro de cada cidadão. Devemos nos unir, e nos fazer ouvir em relação a todas estas questões. Temos que evitar a crise. Nesse sentido, também temos que ajudar os povos da Europa a se oporem a esta política. Na eventualidade de uma guerra eles sofrerão as consequências em seu próprio território.”

Na política de cortes nos benefícios sociais prevaleceram — segundo Karen Talbot — dois sentimentos: o militarismo e o racismo. “O orçamento militar foi aumentado às custas dos mais carentes. Reagan discriminou as classes sociais que ele despreza”.

Imprevistos

☐ Numa reação aos cortes orçamentários nos programas oficiais de bem-estar social, um número considerável de porto-riquenhos anunciou que passará a apoiar a luta pela independência desta ilha do Caribe. A mudança de atitude é uma consequência do programa de cortes orçamentários do governo Reagan, que aparentemente não contava com esta atitude dos porto-riquenhos. O fato mostra que os benefícios que o presidente republicano poderia alcançar a curto prazo com a corrida armamentista, podem

ser anulados por uma crescente dissidência interna.

No conjunto, Porto Rico deve perder cerca de 650 milhões de dólares em assistência federal. “Como resultado deste corte, as tensões sociais e políticas em Porto Rico estão crescendo, dando força ao movimento pró-independência da ilha, que hoje está mais intenso do que nunca”, garantiu Robert Cohen, diretor do Projeto Jurídico de Porto Rico. Este grupo foi criado em 1977 e presta assistência jurídica aos advogados porto-riquenhos. Os cortes nos programas de ajuda deverão afetar cerca de 58% da população de Porto Rico.

"Quem mais sente as consequências dessa política são os negros e as minorias de língua espanhola, que estão nos escalões sociais mais baixos. Essas classes sociais não contam para o projeto Reagan, que combina racismo e militarismo. E aí estão os ingredientes de um neofascismo. Reagan e seus seguidores parecem se divertir com a exacerbação da morte."

Contradições no seio do poder

No meio de tantas adversidades, a nossa interlocutora mencionou um elemento positivo para os setores populares: a classe dominante dos Estados Unidos não está unida. "Há importantes correntes que ficaram marginalizadas do poder. Esses grupos — de um dos quais o ex-secretário de Estado Cyrus Vance é porta-voz — vêm cair por terra tudo o que haviam construído com esforço, como a reproximação com a União Soviética e os acordos Salt".

Na imprensa e demais meios de comunicação estas vozes aparecem numa atitude dissonante. "Em função disto, às vezes abrem algumas portas ao movimento popular. Se as nossas posições coincidem com as dos setores prejudicados, aparecem brechas que nós temos que explorar."

O problema da falta de informação do povo norte-americano é assinalado por Karen como um dos obstáculos para o processo de conscientização. Quando se começou a falar no Afeganistão, a maior parte do povo dos Estados Unidos nunca havia sequer ouvido falar nesse país.

Falta uma liderança política

"Há ainda muita confusão. É evidente que o povo norte-americano já não tem o cérebro tão lavado, diríamos, como há alguns anos atrás. Há movimentos nitidamente progressistas e outros que podem ser chamados de antiimperialistas. Mas, desafortunadamente, os sindicatos ainda não assumiram um papel muito ativo. Falta uma verdadeira vanguarda da classe trabalhadora."

"Esta também é a razão pela qual não surgiu um terceiro partido político nos Estados Unidos, uma opção real diante de democratas e republicanos. Os dirigentes da classe trabalhadora — assinala Talbot — ainda fazem o jogo do regime que, frente a qualquer eventualidade de mobilização operária, começa a agitar a bandeira do perigo soviético. Enquanto o sistema tiver condições de neutralizar a classe trabalhadora com o *slogan* do anticomunismo, não poderemos efetivar uma oposição forte ao plano belicista ou à política externa intervencionista. Já se evidenciaram exceções muito honrosas na direção da classe trabalhadora."

Um exemplo indicador das novas realidades seria o trabalho desenvolvido pelo Conselho da Paz, nos Estados Unidos, com filiais em cada uma das principais cidades. "Agora trabalhamos no sentido de unirmos os cidadãos que nos Estados Unidos e no resto do mundo trabalham na mesma direção".

Democracia só para exportação

Lennox S. Hinds coincidiu com Karen Talbot na valorização da ascensão do movimento popular nos Estados Unidos. Juriista, Hinds representa a Associação Internacional de Advogados Democráticos perante as Nações Unidas e tem participado em vários foros internacionais em nome da comunidade negra norte-americana, apesar das "pressões tremendas sofridas pelos que se atrevem a falar".

"Quando Carter enviou aquela missão ao Irã — explica — fui ameaçado de ser preso por dez anos e fui obrigado a pagar 50 mil dólares de multa por tê-la criticado em público. Agora, porque ousei viajar à Líbia e defender o povo daquele país contra a agressão da VI Frota, ameaçam tirar-me o passaporte."

"Outros compatriotas que também levantam a voz no exterior e que fazem declarações que o sistema considera lesivas para seus interesses e para a Segurança Nacional, são submetidos às mesmas pressões. Os métodos variam, mas o fim é o mesmo."

"Como advogado, defendi muitos presos políticos acusados falsamente e detidos por suas idéias. Mas disso não se fala. Nos Estados Unidos há repressão política e ideológica, apesar de em todo o tempo se falar de democracia. Há também repressão racial."

Consultado sobre a organização popular, Hinds explica: "Estamos nos mobilizando em diferentes níveis. Há companheiros que estão organizando a resistência aos cortes orçamentários, atuando nas bases partidárias para pressionar os parlamentares. Outros tentam conscientizar os cidadãos sobre as consequências do programa bélico. Trabalhamos também junto aos círculos que se opõem à política externa do regime, em particular em relação à África do Sul. Trabalha-se nos sindicatos, entre os estudantes, nos grupos religiosos."

O papel do Terceiro Mundo

Na opinião do dirigente negro, o Terceiro Mundo poderia desempenhar um papel muito importante: "Ajudar-nos a internacionalizar nossas denúncias sobre a situação dentro dos Estados Unidos. Se isso fosse possível, seria bastante mais difícil ao sistema 'vender' ao exterior essa imagem de democracia. Precisamos de ajuda para informar corretamente sobre a situação da classe trabalha-

dora, da comunidade negra, dos setores marginalizados.”

Consultado a respeito dos cortes na contribuição norte-americana para a ONU, Hinds afirmou que eles “respondem à mesma filosofia” e são uma demonstração da importância alcançada pela ONU. “Os Estados Unidos já não podem mandar no velho estilo, nem controlam mais as decisões internacionais”, afirmou Hinds.

“Nós, nos Estados Unidos, representamos 40 milhões de oprimidos. Temos tido contatos com o movimento revolucionário do Terceiro Mundo. Esses povos estão mostrando o caminho. Enfrentaram o imperialismo e estão vencendo. Por isso os Estados Unidos têm medo. Temem que esses 40 milhões de oprimidos internos estabeleçam contatos orgânicos com o movimento revolucionário do Terceiro Mundo para enfrentar o imperialismo de forma coordenada.”

No Terceiro Mundo em geral se interpreta a dificuldade em se concretizar essa aliança como decorrente do fato da classe operária norte-americana ter se beneficiado da política imperialista, o que lhe permitiu atingir um padrão de vida superior ao da classe trabalhadora em outras sociedades, mas que, em contrapartida, a teria neutralizado como classe.

“A classe operária norte-americana, ou parte dela, foi mal orientada pelos sindicatos”, argumentou Hinds. “A direção sindical é aliada do sistema. Eles se aliaram à classe dominante e falharam nas



Após a traumatizante guerra do Vietnã o povo norte-americano dificilmente apoiará outra aventura intervencionista

suas reivindicações como classe”. Porém para o dirigente negro a situação começa a mudar.

“A política da administração Reagan está levando a classe trabalhadora norte-americana a uma crise. Os dirigentes sindicais que ‘foram para cama com o capital’, como nós costumamos dizer — já não têm mais a mesma autoridade. As atitudes de Reagan durante a greve dos controladores de vôos, por exemplo, abriu muito os olhos da classe operária dos Estados Unidos.” □

Os espões nunca se aposentam

Agentes expulsos da CIA ocupam altos cargos na administração republicana depois de terem organizado uma campanha de desinformação para se vingarem das punições recebidas durante o governo Carter

Agentes aposentados da CIA, descontentes com a política de direitos humanos, contribuíram decisivamente para a vitória de Ronald Reagan nas eleições norte-americanas. A derrota de James Carter não foi apenas uma vitória da “maioria moral” e outros grupos conservadores norte-americanos, mas também um triunfo cuidadosamente preparado por espões norte-americanos aposentados e que não aceitavam a política

externa do presidente democrata. Esta é a conclusão de um artigo de Fred Landis, publicado pela revista especializada *Covert Action*, em seu número de abril deste ano.

De acordo com *Covert Action*, uma publicação dirigida pelo ex-agente da CIA Philip Agee, “um grupo de antigos executivos e agentes da Agência Central de Inteligência (CIA), muitos dos quais foram demitidos durante as investigações do Congresso na década de 70, por atividades ilegais de espionagem, formam o núcleo de grande parte da equipe de Reagan para política externa, informações e defesa”.

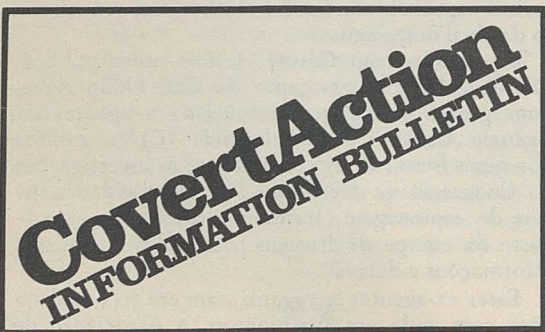
Estes ex-agentes se organizaram em três instituições com sede em Washington: a Associação de

Antigos Oficiais de Inteligência (Afio), o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) e a *Heritage Foundation*.

No que Landis qualifica como “uma operação clássica de ação política e guerra psicológica”, estes indivíduos se dedicaram a sabotar a política externa de Carter, e a mobilizar forças políticas contra ela, como parte de uma estratégia destinada, entre outras coisas, a vingar-se dos senadores liberais Church, Bayh e McGovern (que denunciaram os crimes da CIA) e a expulsar do Pentágono, bem como dos serviços secretos, todos os oficiais que informaram aos políticos estas atividades ilegais (particularmente a campanha de desestabilização do presidente Allende, no Chile).

Como parte desta campanha denunciada por Landis, foi falsificada uma carta supostamente dirigida pelo senador Edward Kennedy ao aiatolá Khomeini, da mesma forma como foram adulteradas fotografias de supostas instalações soviéticas de comunicação, em Cuba. O plano incluiu também rumores para desprestigiar David Aaron, um dos assessores de Carter em segurança nacional, como agente secreto soviético, e acusações de que Billy Carter, irmão do presidente, era uma espécie de agente do terrorismo internacional por ter recebido dinheiro da Líbia. Muitas informações foram “plantadas” em jornais influentes para criar uma atmosfera de crise sobre quatro supostas “ameaças soviéticas”: um plano russo para uma Terceira Guerra Mundial; o apoio soviético ao terrorismo; infiltração de agentes russos na CIA e a penetração soviética nos meios de comunicação dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, num livro chamado *The Spike* (“A rede”), Robert Moss e Arnaud de Borchgrave, dois jornalistas ligados aos serviços de inteligência, denunciavam supostas táticas de desinformação empregadas pelos soviéticos. O fato é que as mesmas técnicas foram utilizadas pelo grupo de ex-agentes contra Carter. Na opinião de Landis, se procurava claramente adiantar-se a futuras críticas sobre a desinformação que estes dois jornalistas praticavam.



Robert Moss foi chefe das operações de desinformação no Chile entre 1970 e 1973, afirma *Covert Action*. Atualmente é editor das publicações editadas pela *Heritage Foundation*. Michael Ledeen, editor das publicações da CSIS, foi agente de desinformação na Itália em 1976.

Em outubro de 1979, o xá recebeu autorização para entrar nos Estados Unidos e, em protesto, a embaixada dos EUA em Teerã foi ocupada. Posteriormente foi revelado que os agentes da CIA no Irã haviam advertido Washington sobre as consequências negativas que teria a concessão de asilo ao ex-monarca iraniano. Se Henry Kissinger, Richard Nixon e David Rockefeller anteciparam intencionalmente um resultado deste tipo, ao pressionar Carter para que aceitasse o xá e assim desprestigiar o então presidente norte-americano, ainda é um fato sujeito a muitas especulações. Mas não há dúvidas de que Robert Moss iniciou uma campanha de imprensa contra Carter, num artigo publicado na revista *Foreign Policy*, no qual acusa Carter e o Congresso pela situação no Irã. “Um ano mais tarde — escreve Landis — quando Carter tentou solucionar a situação com a fracassada operação de resgate, Miles Copeland, amigo de Moss e antigo chefe do ‘Salão de Jogos’ da CIA, deixou filtrar antecipadamente para o jornal *Washington Star*, todos os detalhes da ação contra o Irã.”

Michael Ledeen, por sua parte, foi encarregado de caracterizar Billy Carter como agente líbio, enquanto Moss se encarregava de espalhar nos corredores do Congresso e da administração, que David Aaron era um agente soviético. Nesta operação, Moss foi ajudado por Mark Schneider, David Sullivan, Angelo Codevilla e William Schneider. O *New York Times* chegou a comentar que “as falsas acusações contra Aaron foram espalhadas em Washington por membros da equipe republicana num aparente esforço para desprestigiar a administração Carter”. O objetivo foi alcançado e depois das eleições Mark Schneider passou a integrar a equipe de transição nomeada por Reagan para preparar a política de defesa da CIA. David Sullivan recebeu missão idêntica no que se refere ao controle de armamentos. Os três dependiam na época de Richard Allen (atual assessor de segurança nacional de Reagan) e que é um dos fundadores do CSIS.

“Assim — conclui Landis — propagandistas veteranos da CIA conseguiram não só desacreditar a política externa de Carter, como também reviveram a Guerra Fria através da ‘filtração’ de informações, artigos na imprensa, propaganda mal intencionada, falsificação e histórias de terror. Numa administração repleta de especialistas em desinformação, estas técnicas continuam desempenhando um papel importante na tentativa de enganar o povo norte-americano”.

Os europeus querem o direito de dizer não

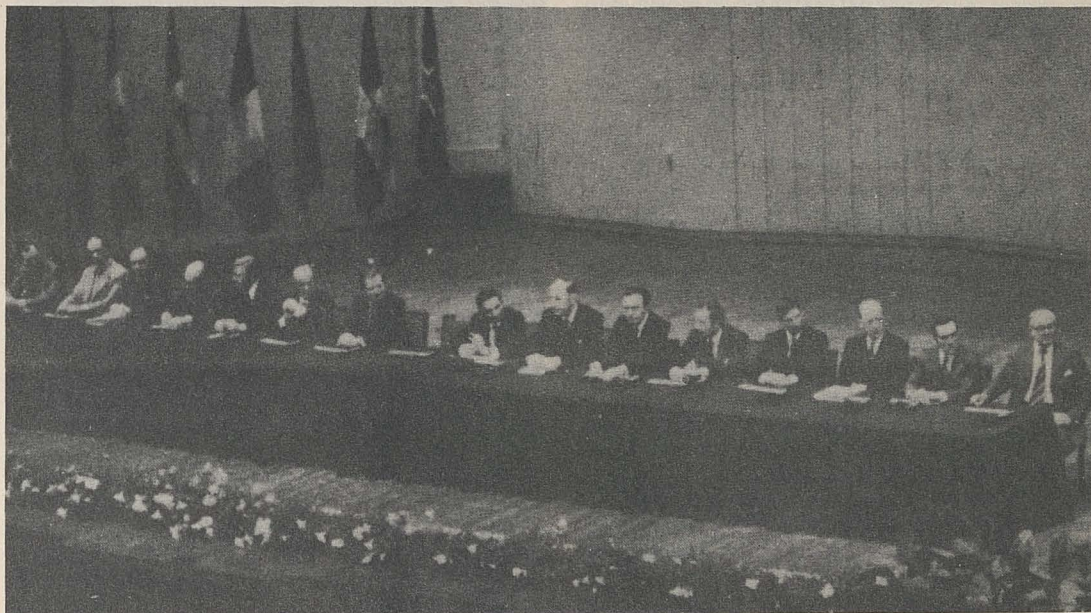
Os governos da Europa sentiram-se desmoralizados pela prepotência de Reagan e resistem à política belicista da Casa Branca

Marco Denegri

Há pouco mais de dois meses, os dirigentes políticos europeus não conseguiam disfarçar sinais de tensão sempre que era abordado o tema da bomba de nêutrons. Uns mais, outros

menos, eles reconheciam as dificuldades para vencer a opinião pública a aceitar a nova arma do arsenal Reagan. Nas últimas semanas, no entanto, começaram a surgir sinais de uma cautelosa descontração. A mudança de atitude foi encarada por vários analistas como um sintoma de que a administração norte-americana estaria estudando um abrandamento em sua posição belicista em relação à URSS.

Segundo as mesmas fontes, o recuo de Ronald Reagan estaria sendo provocado pelas reações ne-



Os governos europeus da Otan temem os riscos do belicismo de Reagan



Helmut Schmidt vacila diante dos pacifistas

gativas de vários dirigentes europeus que se sentiram relegados a um plano secundário nas questões estratégicas mundiais e pela extensão do movimento pacifista no Velho Mundo. Ambos os fatores estão ligados e se constituem numa limitação objetiva aos planos do Departamento de Estado, apesar da hegemonia dos EUA na Aliança Atlântica.

Os governos europeus se mostraram chocados desde o começo com a titude de Reagan que evitou consultas prévias aos aliados europeus, mesmo em questões de segurança internacional, como foi o caso da bomba de nêutrons. Os protestos destes governos evidenciaram o desejo de serem consultados previamente. Houve também uma pressão surda para que a Casa Branca retome o diálogo com o Kremlin e não abandone a distensão. Estas reações oficiais na Europa resultaram basicamente da mobilização da opinião pública, alarmada com a possibilidade de que seus governantes tomassem uma atitude submissa em relação aos EUA no caso de um aumento da tensão internacional.

Em vários países europeus, o pacifismo e o espírito de independência nacional estão implícitos nos programas dos grandes partidos de massa, como acontece na esquerda da Itália, Espanha e Grécia, bem como nos países escandinavos. Estes partidos têm forte influência sobre os respectivos governos.

Este sentimento pôde ser testemunhado pelo próprio secretário de Estado Alexander Haig durante sua visita à Alemanha Federal em setembro. Nas manifestações contra Haig, a juventude do Partido Social Democrata (SPD) teve um papel destacado contrariando totalmente a orientação da cúpula partidária.

Em outros países, estas posições não são levadas em conta a nível oficial pois são exclusivas da oposição, como acontece na Inglaterra. O governo conservador inglês é rigidamente pró-Reagan, enquanto o seu rival, o Partido Trabalhista, critica severamente esta orientação.

Ainda no contexto europeu, o grande paradoxo é a França, onde o presidente socialista François Mitterrand aderiu ao armamentismo e à inflexibilidade frente à URSS. Este fato, aliado às dificuldades do partido comunista para conter a linha presidencial (o PC é minoritário na coalizão governamental) acabaram reduzindo a expansão do movimento pacifista francês.

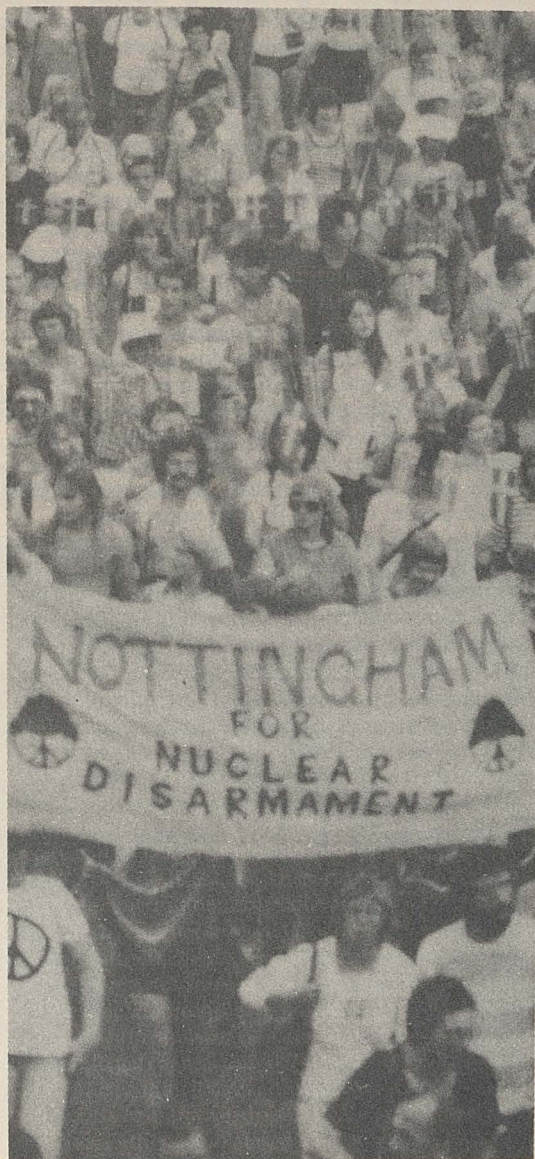
O caso mais notável ocorreu na Alemanha Federal. Nesse país as cúpulas partidárias não representam os ideais pacifistas. A poderosa oposição democrata-cristã assumiu integralmente a estratégia da Casa Branca e encurrala o governo social-democrata de Helmut Schmidt, acusando-o de debilidade frente à URSS, enquanto a esquerda do SPD (partido majoritário) pressiona no sentido contrário.

Esta situação provocou vacilações de Schmidt e evidenciou sua incapacidade de elaborar uma política que interprete o espírito de independência do povo alemão. A falta de canais partidários e governamentais deu lugar na República Federal da Alemanha ao movimento pacifista mais vigoroso em toda a Europa. É que o povo alemão tem ainda na memória o trágico resultado de duas guerras mundiais, e sabe que se houver uma terceira, ele será o primeiro a ser aniquilado. Na Alemanha Ocidental está hoje concentrado o maior arsenal bélico entre todos os países capitalistas, fora dos Estados Unidos.

A política ultradireitista de Reagan, se constitui numa ameaça à segurança européia por pretender um reforço da hegemonia ocidental em detrimento das aspirações nacionais. Esta é a opinião predominante nos meios socialistas e liberais da Europa e a causa direta do ressurgimento do pacifismo no Velho Mundo. Estas reações, bem como o desejo de alguns países de não aceitar a instalação de bases atômicas em seus territórios, não são encaradas como suficientes para mudar a política de Reagan. Mas já conseguiram pelo menos obrigar o presidente norte-americano a consultar os seus colegas europeus antes de tomar uma nova decisão beligerante em relação à URSS. □

O ressurgimento do pacifismo

□ Se existe uma coisa capaz de unir milhões de europeus em torno de um objetivo comum, esta coisa parece estar sendo o desejo de não serem envolvidos numa guerra nuclear contra a sua vontade. O movimento pacifista europeu estava semi-adormecido desde 1977, mas acordou surpre-



100 mil ingleses marcharam pela paz

endentemente disposto logo depois que o presidente Ronald Reagan anunciou sua intenção de fabricar as bombas de nêutrons. O espectro da guerra despertou desde os anarquistas, os hippies, até os desempregados e grupos religiosos. E, de repente, todos saíram às ruas tentando impedir que o Velho Mundo se transforme no campo de batalha de uma guerra onde os europeus serão os perdedores certos.

Na Noruega e Dinamarca, o movimento pacifista é liderado pelo grupo Mulheres pela Paz, que reúne quase meio milhão de adeptos, e pela organização Não às Armas Nucleares. Os dois grupos fizeram uma caminhada até Paris protestando contra a corrida armamentista. A influência destes dois movimentos é forte e os respectivos governos são partidários de uma desnuclearização da Escandinávia. Ambos os governos, apesar de serem membros da Otan, não querem estocar armas atômicas em tempos de paz e admitem que nem na hipótese de uma guerra estariam dispostos a recorrer ao armamento nuclear.

Na Grécia, o Movimento Socialista Pan-Helênico (Pasok) ganhou de forma esmagadora as eleições de outubro último, defendendo entre outras coisas a bandeira do pacifismo, contra as bases militares norte-americanas na península grega. Com isto está aberta a possibilidade de surgir no sudeste europeu uma zona desnuclearizada, parecida com a que está sendo defendida pelos países escandinavos, no extremo norte do Velho Continente. Na Itália e na Espanha, observa-se também um crescimento da tendência antimilitarista e anti-Otan. O PC italiano apóia a permanência dos laços com a Organização do Tratado do Atlântico Norte, mas sob pressão de suas bases está aumentando as críticas contra a instalação de bases de mísseis Cruise na Itália. Na Sicília, as cooperativas de agricultores se declararam em pé de guerra contra a transformação das pastagens de gado em reserva militar da Otan.

Na Bélgica, a Igreja Católica tomou a liderança do movimento pacifista, através do movimento



As mulheres lideraram os protestos na França

terceiro
mundo

Pax Christi, responsável pela montagem do Serviço Internacional de Informações para a Paz. No parlamento belga, o Partido Socialista Flamengo, que tem um quinto das cadeiras, quer proibir a montagem de bases de foguetes portadores de ogivas atômicas. As organizações religiosas também são ativas na Holanda, onde o grupo Conselho Ecumênico pela Paz passou a atuar junto com o movimento comunista "Contra a Bomba N", na liderança de mais de 400 organizações pacifistas em todo o país.

Na Alemanha Ocidental, o movimento contra as armas nucleares reúne desde os ecologistas até militares da ativa. É o caso do general Gert Bastian, comandante da 12ª Divisão Panzer baseada na cidade de Wurzburg e que numa entrevista à publi-

cação mensal Konkret qualificou de loucura a instalação de armas nucleares na Alemanha. O militar chegou a afirmar que "não pode concordar com a transformação da República Federal da Alemanha na Cuba da Europa". Os ecologistas da Alemanha Ocidental, embora com escassa representação no Parlamento, foram os organizadores de várias marchas pacifistas que chegaram a reunir quase 200 mil pessoas. O movimento antinuclear ganhou também adeptos dentro do Partido Social Democrata, no poder, obrigando o chefe do governo alemão Helmut Schmidt a admitir que está em minoria dentro de seu partido.

Mas o ressurgimento do pacifismo foi mais notável na Inglaterra, onde a oposição às armas nucleares ganhou um poderoso aliado: os três milhões de trabalhadores desempregados. O governo con-

Balcãs: depois da guerra, a vez da paz



A península balcânica

Tradicionalmente, a região balcânica tem sido uma das mais conflitivas do mundo, por causa do verdadeiro mosaico de povos, línguas, religiões e ideologias existentes na área. Agora, depois das tensões do passado, surgem as boas notícias: a paz pode explodir nos Balcãs.

Uma observação superficial do mapa indicaria que isto é impossível. Na região, coexistem o Pacto de Varsóvia (do qual são membros a Bulgária e a Romênia), a Otan (Grécia e Turquia), um membro do grupo dos Não-Alinhados (Iugoslávia) e finalmente a Albânia, provavelmente o único país do mundo que não tem nenhum aliado a nível inter-nacional. Os quatro governos socialistas defendem variantes diferentes do marxismo: a Bulgária é ortodoxalmente pró-soviética; a Iugoslávia adota um

modelo autogestionário; a Romênia se inclina para posições terceiro-mundistas; a Albânia aderiu ao stalinismo radical. Todos estes países têm alguns pontos em comum, mas também são frequentes as polémicas entre eles, como no recente caso entre Albânia e Iugoslávia.

No lado capitalista, as distâncias não são menores: o regime ultradireitista dos generais turcos forma um contraste violento com o regime socialista do recém-eleito primeiro-ministro grego Andreas Papandreu. Além disso, os dois países têm uma diferença diplomática grave na questão da ilha de Chipre, onde Atenas e Ancara já chegaram a um passo da guerra, em mais de uma oportunidade.

Mas a ascensão ao poder do Pasok, com seu programa contrário à Otan (ou pelo menos contra a permanência de bases norte-americanas na Grécia), abre novas perspectivas de paz. Dois dias após a posse de Papandreu, o presidente búlgaro Todor Zhivkov propôs a realização de uma reunião de cúpula dos países balcânicos em 1982, com o objetivo de estudar uma possível desnuclearização da área, mediante um tratado semelhante ao assinado pelos países latino-americanos em Tlatelolco. Ganha assim nova vida uma idéia lançada em 1957 pela Romênia, considerada agora como viável, depois que a Grécia anunciou sua disposição de livrar-se das ogivas nucleares norte-americanas instaladas em seu território. Segundo fontes da própria Otan, não há informações sobre a existência de ogivas nucleares do Pacto de Varsóvia na Bulgária e Romênia. Por outro lado, nem a Iugoslávia e nem a Albânia estão em condições de fabricar artefatos nucleares. Faltaria apenas que a Otan retirasse seus mísseis da Turquia (ou pelo menos da parte europeia do país) para transformar em realidade uma boa notícia aos aterrorizados europeus: a paz estourou nos Balcãs.

servador da senhora Margareth Thatcher apoia integralmente a política armamentista de Ronald Reagan, mas o Partido Trabalhista (na oposição) deixou claro que se voltar ao poder proibirá as bases nucleares na Grã-Bretanha. Desde 1958, os britânicos fornecem a liderança intelectual aos movimentos europeus contra as armas nucleares. Primeiro foi o filósofo Bertrand Russell. Agora é E. P. Thompson, dirigente do grupo END (Europeus pelo Desarme Nuclear). Thompson é irônico no julgamento da equipe de assessores de Reagan: "São quase todos gente muito perigosa. Têm mentes tipo sistema de distribuição de correspondência, um conhecimento mínimo dos problemas europeus, sempre muito ocupados para ler o que a Europa diz, e que só têm tempo para olhar superficialmente duas ou três páginas dos relatórios, enquanto vão de um encontro para outro. Esta gente precisa da guerra fria, necessitam intensificá-la".

No momento, os pacifistas europeus estão tentando ganhar o apoio da França, cujo governo socialista paradoxalmente se mostra um defensor do armamentismo e da confrontação com a URSS. É um resquício da política de orgulho nacional herdada de De Gaulle. Os vizinhos da França, e entre eles E. P. Thompson é talvez o porta-voz mais incisivo, acham que sem os franceses, o movimento pacifista europeu perde unidade e força. Ironicamente, foram os agricultores de Larzac que romperam a omissão francesa na questão nuclear. Responsáveis por um longo movimento que conseguiu impedir a instalação de bases subterrâneas de fo-

guetes perto de fazendas de ovelhas, eles voltam agora à carga prometendo outro boicote.

Mas é talvez a professora sueca Alva Myrdal, uma das principais teóricas do pacifismo europeu, quem melhor define o estado de espírito de boa parte dos habitantes do Velho Mundo: "Nós, europeus, já pagamos muito caro por duas guerras mundiais que nós próprios deflagramos por causa de estúpidas ambições de hegemonia. Não queremos agora participar de uma terceira tragédia, em que nós vamos morrer para que os norte-americanos e russos saibam quem é o mais forte".

Para André Jallon, articulista do jornal *Le Monde Diplomatique*, a oposição européia à bomba de nêutrons não é apenas uma questão de sobrevivência física. É também um problema econômico. Citando especialistas franceses e holandeses, ele garante que um clima de tensão militar ou de confrontação bélica com a URSS coloca os europeus sob a tutela econômica de Washington. Intensificando a "guerra fria", Reagan estaria mudando as regras do jogo financeiro, enfraquecendo o poderio das economias européias que conseguiram desafogar os seus problemas com a intensificação do comércio com os países do campo socialista. A distensão interessa economicamente ao capitalismo europeu, mas os republicanos de Reagan, segundo Jallon, não gostam disso, pois querem ser os senhores absolutos da economia mundial, sem tolerar competidores, de qualquer espécie. Por isto, para eles, entre outras coisas, a guerra seria um excelente negócio. □



As últimas manifestações pacifistas na RFA foram as maiores da história do país

As novas regras econômicas da confrontação bélica

O governo Reagan não aceita mais decisões tomadas em conjunto por organismos internacionais. Quer usar sozinho a arma da economia na estratégia da guerra fria

*Carlos A. Afonso**

Quase diariamente, nas últimas semanas, têm surgido na imprensa internacional informações sobre as recentes medidas propostas ou postas em prática pelo governo Reagan para tentar lograr o impossível: reduzir os gastos estatais, aumentar o ritmo de investimentos e produtividade do setor privado, e ao mesmo tempo acelerar significativamente a produção de armamentos sofisticados para "conter os russos". Em uma economia capitalista avançada, e especialmente no contexto de uma crise de realização do capital como a presente situação de recessão, o volume de gastos do Estado (o maior comprador nessas economias) influi diretamente na dinâmica econômica, de modo que uma redução drástica de gastos normalmente é incompatível com uma política de estímulo à reprodução do capital.

Isso é particularmente relevante na presente conjuntura de recessão com inflação, quando o desemprego nos EUA teima em não baixar de 7% e parece caminhar para a marca europeia de

10 a 12%, e quando quase todos os países capitalistas centrais enfrentam uma inflação acima de 10%.

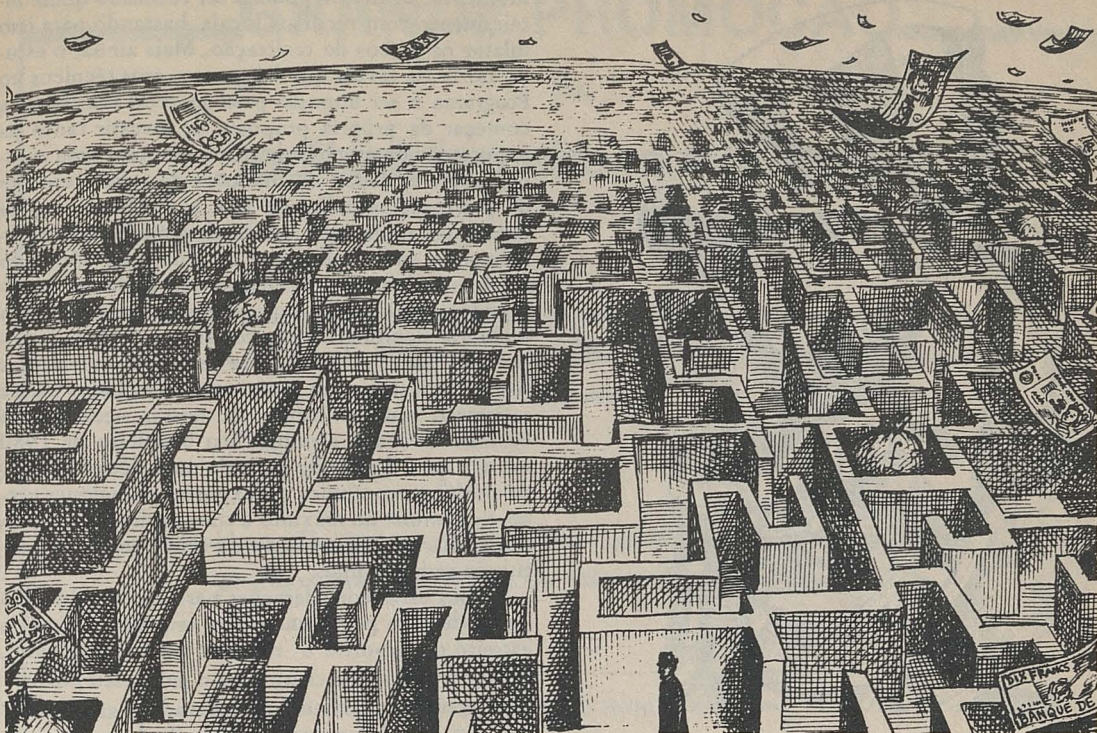
Esse aspecto da relação dos gastos estatais com a reprodução capitalista é essencial para uma interpretação do que os jornalistas norte-americanos chamam "reaganomia" (o planejamento econômico segundo o governo Reagan).

A julgar pelo teor da maior parte das informações da imprensa, Reagan pensa reduzir os custos do aparelho estatal, eliminando todos os itens considerados pelos seus planejadores como "não essenciais". No caso, e fazendo justiça aos princípios conservadores que o elegeram, o governo Reagan considera "não essenciais" muitos dos gastos de bem-estar social, ajuda aos desempregados etc. Ao nível internacional, todos os programas de ajuda nos quais os EUA participam são potenciais candidatos ao corte orçamentário.

Compromisso burlado

Devemos assinalar que restrições ao volume de gastos em ajuda a países do Terceiro Mundo não é uma exclusividade do governo Reagan. Historicamente, todos os países centrais têm burlado um compromisso que assumiram perante as Nações Unidas, de doar pelo menos 0,7% de seu Produto Nacional Bruto (PNB) às nações subdesenvolvidas. Mais de dez anos depois de assumido esse compromisso, as tendências indicam mais para a redução da ajuda do que para chegar perto dos 0,7% prometidos. A média dos países industrializados membros da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) em 1978 foi de 0,35% do PNB.

* Carlos A. Afonso é economista e coordenador de análise de dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Rio de Janeiro.



Mesmo assim, dos países-membros da OCDE (que abriga os países capitalistas mais avançados), os EUA teriam a menor porcentagem do PNB em termos de doações oficiais para o desenvolvimento do Terceiro Mundo. A ajuda oficial dos EUA para o desenvolvimento, por exemplo, caiu de 0,5% do PNB em 1960 para 0,23% em 1978.

É então o caso de perguntar que diferenças reais existem entre a política do governo Reagan e as dos governos anteriores em relação ao desenvolvimento internacional. Como podemos observar no caso recente da proposta de eliminação de créditos subsidiados do Bird (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, também chamado Banco Mundial) a certos países, as diferenças são mais de ênfase do que de linhas mestras.

É importante destacar que a "reaganomia" propõe não necessariamente cortes nos gastos estatais, mas sim uma redistribuição dos gastos; uma porcentagem muito pequena em certos itens seria efetivamente cortada para reduzir o déficit orçamentário e, possivelmente, reduzir o ritmo da inflação. Por outro lado, modificações na política tributária (tornando-a mais regressiva com a diminuição de impostos diretos que incidem sobre setores de alta renda) permitiriam desviar recursos para estimular certos setores da economia; estes recursos seriam desviados provavelmente para os mesmos setores se

fossem arrecadados primeiro pelo Estado e se a proposta de Reagan fosse integralmente aceita pelo Congresso.

Créditos de exportação

Ao nível internacional, o governo Reagan propõe não só uma aplicação mais rigorosa dos princípios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de apoio ao crescimento capitalista (princípios estes, tais como o de *graduation*, que sempre foram parte da ortodoxia econômica dessas duas instituições gêmeas). Propõe também um aumento drástico dos juros dos chamados "créditos de exportação", que são concedidos por bancos estatais em condições favoráveis para estimular as exportações dos países europeus e do Japão.

A proposta de Reagan é que os juros desses créditos sejam aumentados em até quatro por cento — o que tornaria a taxa de juros dos créditos de exportação da Europa e Japão aproximadamente iguais às do *Export-Import Bank* dos EUA.

Neste contexto, podemos entender melhor a origem da proposta "reaganômica" de fim aos créditos subsidiados do Banco Mundial (que seriam mantidos apenas em casos marginais, de países em extrema condição de pobreza e que, de qualquer modo, não são os principais usuários das linhas de crédito do Banco).



Os créditos do Bird para os países chamados “em fase de graduação” são usados para apoio a programas de crescimento econômico cuja meta final é aumentar as exportações (sejam quais forem as consequências para as maiorias das populações desses países). Um exemplo recente no caso do Brasil é a aprovação, em princípio, de um crédito do Bird de US\$ 350 milhões para o controverso Programa Grande Carajás, cuja meta inicial é exportar 35 milhões de toneladas de minério de ferro. O Programa, que envolve investimentos totais de US\$ 62 bilhões, em sua concepção atual, requer aplicações gigantescas de capital transnacional para que se cumpram os exíguos prazos de realização planejados. Essencialmente, o Programa inclui dezenas de projetos de exploração e produção mineral e agropecuária quase exclusivamente para exportação.

Carajás: erros técnicos e políticos

Um recente estudo realizado por especialistas do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) mostra que, se fosse necessário dar prioridade ao desenvolvimento de Carajás neste

momento, o mesmo poderia ser realizado quase inteiramente com recursos locais, bastando para isso dilatar os prazos de realização. Mais ainda, o estudo do Ibase revela que há graves erros técnicos no Programa a ser imposto pelo governo brasileiro, a começar da própria proposta de investir tanto na exportação de minério de ferro, que tem uma cotação baixa e, dadas as condições de crise crescente da produção mundial de aço, a tendência é para uma baixa ainda mais acentuada a médio prazo. Finalmente, tudo indica que os problemas sérios do subdesenvolvimento brasileiro não poderão ser resolvidos com Carajás, e que um grande passo para a melhoria significativa das condições de vida da população poderia ser dado se recursos equivalentes fossem investidos em projetos mais voltados para a satisfação auto-suficiente de nossas necessidades básicas. O Censo Demográfico brasileiro de 1980 mostra que, depois de mais de uma década e meia de política econômica de exportar a qualquer preço e estimular ao máximo a transnacionalização da economia, a concentração da renda tende a acentuar-se cada vez mais.

Todas essas considerações parecem ter sido deixadas de lado pelo Banco para favorecer o critério estreito de exportar o máximo no prazo mínimo, qualquer que seja o custo para o país e seu povo.

São tradicionalmente considerados “graduados” ou “em fase de graduação” pelo Bird, os países do Terceiro Mundo que já desenvolveram um certo nível de infra-estrutura física, de modernização do aparelho estatal, como também uma base industrial suficiente para satisfazer as condições do *take-off* ou desenvolvimento auto-sustentado da teoria neoclássica, da qual o Banco é fiel seguidor. Um mecanismo em uso por esses países (entre os quais estão o México, o Brasil, a Argentina, a Venezuela e outros) é obter créditos subsidiados do Bird para obras infra-estruturais de apoio e usar recursos estatais internos para subsidiar exportações. Portanto, pelo menos indiretamente, os créditos do Bird (e de outras agências de “ajuda” bilateral) estariam sendo na verdade usados como uma forma de “créditos de exportação”, no caso de países como o Brasil, o México, e outros que estariam prestes a “graduar-se”.

As restrições impostas ao Banco Mundial pelos EUA (que é o principal prestador de recursos ao Bird), em um momento em que o banco precisa de mais recursos para continuar emprestando (chegando mesmo a recorrer a créditos de bancos privados) explica-se assim por um endurecimento da política norte-americana de resistir à competição “desleal” de outros países exportadores no mercado internacional. Os EUA confrontam-se assim com todos seus principais aliados, na luta pela manutenção de uma hegemonia econômica e política em declínio. □

GRANDE PROMOÇÃO

DA

editora terceiro mundo Ltda.

Adquira a coleção encadernada da edição brasileira dos cadernos, do nº 24 ao 29, o guia do terceiro mundo edição 1981 e faça uma assinatura da nossa revista.

Envie-nos diretamente o seu pedido, preenchendo o cupom abaixo, acompanhado de cheque ou vale postal e endereçando-o à:

editora terceiro mundo Ltda

**Rua da Glória, 122 – Gr. 105
20241 – Rio de Janeiro – RJ**

cadernos do
**terceiro
mundo**

Remeto o: ☐ cheque no valor de Cr\$ referente a:
☐ vale postal

- ☐ Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.360,00
- ☐ Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 700,00
- ☐ Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- ☐ Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.200,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

comercio exterior

Banco Nacional de Comércio Exterior S.A.

Edições do BANCOMEXT

**Do centralismo
protecionista ao regime
liberal (1837 - 1872)**

**Nota, seleção e comentários
de Luís Córdova 350 pp. \$ 60.00**

***Jorge Witker e
Leonel Pereznieto
Aspectos jurídicos do
comércio exterior do
México 374 pp. \$ 150.00**

***Miguel Lerdo de Tejada
Comércio exterior do
México (desde a conquista
até hoje)**

**Edição fac-símile
350 pp. \$ 60.00**

**(edição em espanhol
esgotada) 488 pp.
135 ilustrações a cor
\$ 250.00**

**Envie correspondência, cheque ou ordem postal
em nome do:**

**Banco Nacional de Comércio Exterior S.A.
Departamento de Publicações
Av. Chapultepec 230 - 2.º And.
México 7, D.F.**

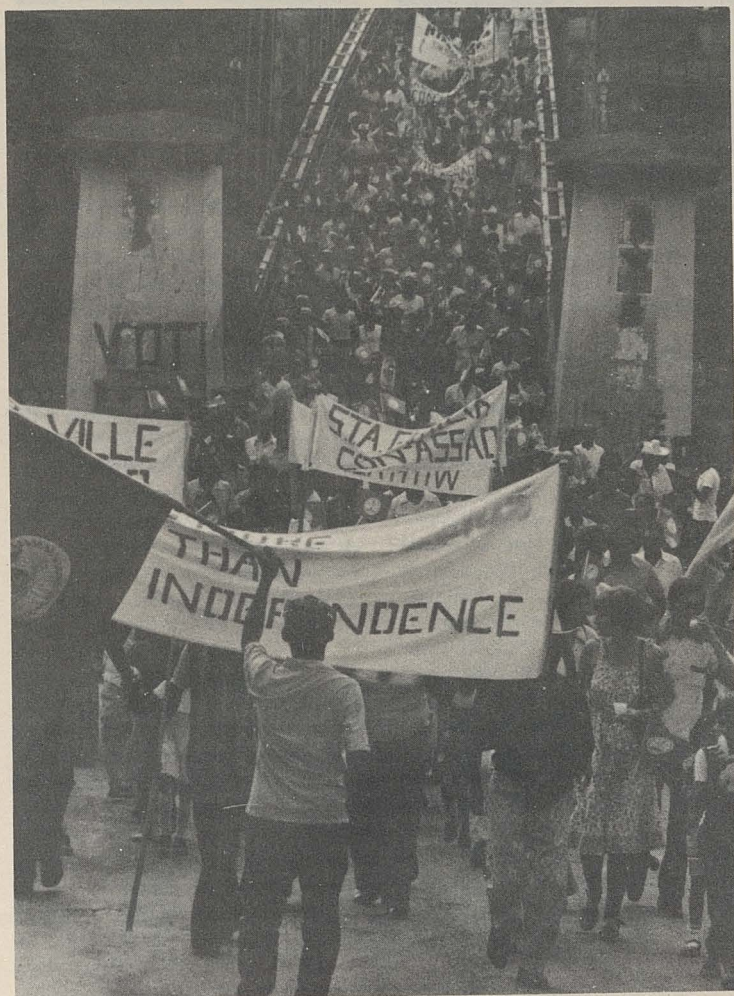
***Comércio Exterior
Órgão oficial do
Bancomext**

**Publicação mensal
Distribuição gratuita**

Enfim a independência, mas falta liberdade

A mais nova nação latino-americana
rompe os laços coloniais com a Inglaterra, mas começa a
sua vida independente em pé de guerra

Roberto Bardini



Passeata em favor da independência na cidade de São Inácio, próxima à fronteira da Guatemala

Na noite de 20 de setembro de 1981 — exatamente a zero hora do dia 21 — dentro de um solene silêncio, foi arriada a bandeira inglesa que durante quase três séculos ondulou sobre Belize, e em seu lugar foi içado o pavilhão belizenho. Logo após, 25 salvas de canhão saudaram a independência e o povo explodiu em vivas. Lágrimas de emoção deslizaram pelas faces do primeiro-ministro George Price, de 62 anos. Finalmente, a última colônia da América continental converteu-se em um Estado livre e soberano, o 45º membro da Comunidade Britânica (*Commonwealth*), a sétima república centro-americana.

E desatou-se então a loucura na cidade de Belize, de 10 mil habitantes: o povo invadiu as ruas num gigantesco carnaval caribenho, ao ritmo do *reggae* jamaicano, enquanto soavam buzinas de centenas de automóveis. Milhares de luzes coloridas, produzidas por fogos de artifício, iluminavam o céu escuro do mar do Caribe. Dezenas de faixas asseguravam: “Hoje a independência, amanhã a libertação”.

Em Belmopán, a capital, e nas principais povoações do pequeno país acontecia a mesma coisa. Desde 15 de setembro, ocorreram festivais artísticos, atos oficiais, comícios populares, durante as 24 horas do dia, com a

participação de grupos de baile, *mariachis* mexicanos, conjuntos musicais de Cuba, Nicarágua, Panamá, Honduras, El Salvador, Trindade, Jamaica, Guiana, e até uma equipe de pára-quedistas acrobatas vindos da Califórnia.

Nos últimos dias haviam chegado ao aeroporto internacional de Belize aviões vindos de diversos pontos do planeta. Convidados oficiais, políticos, delegações e enviados especiais da imprensa dos principais jornais do mundo, agências de notícias, rádio, cinema e televisão, totalizando centenas de pessoas que chegavam ininterruptamente. As instalações, os veículos e o pessoal da alfândega e migração, foram praticamente insuficientes para receber os representantes das 17 nações européias, 7 da Ásia, 3 da África, 21 da Comunidade Britânica, 12 da América Latina — 60 países no total —, mais de 18 organizações internacionais e movimentos de libertação nacional. Curiosamente, nesse mesmo aeroporto, há muito pouco tempo, foram rodadas algumas cenas do filme “Os cães de guerra”, baseado no romance de Frederick Forsyth, uma defesa dos mercenários que lutam contra as repúblicas livres da África.

A 19 de setembro havia se realizado, no quartel-general das tropas do Reino Unido, próximo à cidade de Belize, a última cerimônia montada pelo governador britânico em honra ao príncipe Michael de Kent, primo da rainha Elizabeth e o número 17 na hierarquia monárquica inglesa, que foi homenageado como representante da Coroa. Durante o ato, desfilou o Primeiro Batalhão Escocês, *The Gordon Highlanders* — criado em 1794 — ao ritmo de gaitas e tambores: era realmente estranho ver e escutar-se, em pleno Caribe, a banda militar de um batalhão cujo principal tambor e três de suas escoltas tinham sobre os ombros peles de tigre de Bengala, incluindo a cabeça da fera. A presença do príncipe Kent e o desfile do Primeiro Batalhão Escocês representavam um melancólico símbolo da antiga expansão do Império Britânico. Dois dias depois, o passado colonial ficava para trás.

Nasce uma nova nação

“Belize é um país caribenh e centro-americano que trabalha e vive uma revolução pacífica, construtiva e progressista, que constitui um povo e uma na-

ção com todos os seus atributos: uma Constituição, instituições e um processo democrático que tem em mira a justiça social”, afirmou o primeiro-ministro George Price durante o ato principal da independência, realizado em Belmopán, a 21 de setembro. O discurso do mandatário foi diplomático, porém enérgico. Reivindicou em duros termos os direitos do povo belizenho, condenou qualquer tentativa de agressão externa e foi respeitoso em relação à Grã-Bretanha, país ao qual se mostrou agradecido por “se despedirem sem violência”.

Quatro dias mais tarde, a colônia inglesa converteu-se no 156º membro da Organização das Nações Unidas, com 114 votos a favor e um contra, o da Guatemala. Nesse momento, vários governos — entre os quais se destacavam o México, URSS, Dinamarca, Cuba, Nicarágua, Japão, China, Líbia e Espanha — já haviam reconhecido a existência do novo Estado. No dia seguinte, o Movimento dos Países Não-Alinhados admitiu Belize — que contava com um status especial dentro do organismo — como o 97º integrante, com plenos direitos. Por outro lado, o Conselho Político da Organização dos



A Força Defensiva Voluntária: 1.500 homens e mulheres para defender Belize

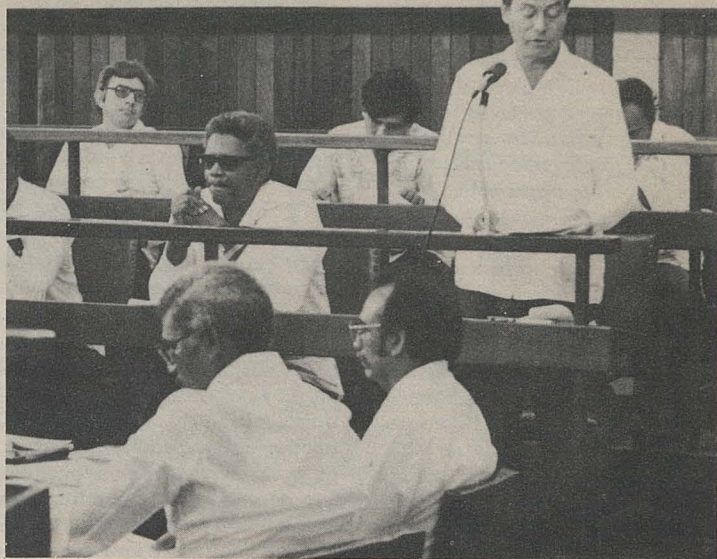
Estados Americanos — depois de um curto debate e uma votação onde o único voto negativo foi o do representante guatemalteco — convidou Belize a participar como observador na próxima Assembléia-Geral que será efetuada em princípios de dezembro em Santa Lúcia.

Anteriormente, a 19 de setembro, um grupo de parlamentares que representavam 18 países, reunidos em Havana, saudou a iminente emancipação de Belize. Delegados do Congo, Argélia, Cuba, Gana, Coréia Democrática, Guiana, Índia, Indonésia, Malásia, México, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue, Panamá, Vietnã, Iêmen Democrático, Iugoslávia e Nicarágua, emitiram um comunicado dirigido ao primeiro-ministro George Price que lhe transmitia “uma cálida saudação na história”, ao mesmo tempo em que manifestava a satisfação por assistirem “ao nascimento de um novo Estado caribenho, latino-americano e não-alinhado”.

A sucessão de reconhecimentos e admissões não fazia mais do que confirmar a resolução da 35ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, realizada em novembro de 1980, no sentido de que 1981 seria o ano da independência definitiva de Belize. Naquela ocasião, os únicos países que se abstiveram de votar foram Marrocos, Israel, Bolívia, Uruguai, Paraguai, El Salvador e Honduras.

A Guatemala muda de posição

Quando, a 11 de março de 1981, representantes da Inglaterra, Guatemala e Belize assinaram em Londres as “Bases de Entendimento” — um documento de 16 pontos que antecedia um acordo “honrado e definitivo” —, pareciam pôr fim aos 122 anos do litígio anglo-guatemalteco sobre o território belizenho. Os observadores ficaram surpreendidos com as palavras do presiden-



O primeiro-ministro George Price no Parlamento: o velho sonho da independência se tornou realidade

te guatemalteco, general Romeo Lucas García, que afirmou então que o problema de Belize “deve ser visto de forma realista e objetiva, e à luz das circunstâncias atuais do mundo, que luta para acabar com o colonialismo”. O assessor da chancelaria guatemalteca, Roberto Herrera Ibarburen, assegurou por seu lado que “as circunstâncias têm que ser mudadas, e hoje em dia a livre determinação dos povos é fundamental”.

Não obstante, ao ser conhecida a decisão britânico-belizenha de concretizar a independência, as autoridades da Guatemala mudaram de posição. No início de julho, Lucas García reiterou suas pretensões territoriais em uma mensagem dirigida ao Congresso: “Se as propostas apresentadas não seguirem estritamente o espírito e a letra das Bases de Entendimento, e se tentar regatear ou diminuir o seu sentido, estamos preparados para dar por terminada esta negociação e rechaçar tudo aquilo que consideramos seja inconveniente ao inte-

resse nacional”. O ditador guatemalteco foi mais longe ao advertir: “Se ocorresse uma independência unilateral, assinalamos de uma vez a ilegitimidade do ato e declaramos que não reconhecemos esse novo Estado, e para nós não serão fronteiras as linhas que nos separam”.

Por sua vez, em fins de julho, o ministro de Relações Exteriores da Guatemala, Rafael Castillo Valdez, deu uma entrevista à imprensa onde qualificou a questão como “um tremendo caso” e reiterou que seu país não reconheceria a independência “unilateralmente outorgada” pela Inglaterra a Belize. O chanceler expressou que “todos os problemas do subcontinente provêm na sua maioria das invasões inglesas”, e acrescentou que “quando os ingleses se retirarem poderão ser procuradas soluções tanto para os problemas de Belize como da América Central”.

Considerou-se, em círculos extra-oficiais, que a repentina mudança de atitude do regime guatemalteco obedecia a outras

razões. Em primeiro lugar, à modificação da posição de George Price — devida a fortes pressões políticas internas — em relação à entrega à Guatemala dos recifes Ranguana e Zapotillo para uso militar, assim como o livre acesso ao Atlântico através do território belizenho. “Não vamos hipotecar nossa soberania”, assegurou o *premier*. O outro fator foi a negativa guatemalteca — reconhecida pelo ministro Castillo Valdez — em firmar um tratado de não-agressão com Belize.

À medida em que se aproximava a data da independência, a posição dos porta-vozes oficiais da Guatemala endurecia consideravelmente. O general René Mendoza, ministro da Defesa, garantiu que Belize converter-se-ia em “um território comunista” e em “plataforma do marxismo”. Cabe mencionar que, em 1974, Mendoza — então coronel e ajudante presidencial do general Kjell Laugerud García — declarou:

“Não é que sejamos teimosos ou pouco razoáveis. (...) Quanto ao problema de absorver a população estrangeira, a solução será que ao menos os negros deverão ser deportados. Eles não são cidadãos guatemaltecos, mas descendentes daqueles que invadiram o território da Guatemala. Envia-los-emos simplesmente

para a terra dos seus antepassados”.

A questão chegou ao seu ponto mais crítico no começo de setembro, quando o regime militar guatemalteco rompeu relações consulares com a Grã-Bretanha e notificou oficialmente o cônsul inglês de que deveria abandonar o país. Através de um comunicado à imprensa, o governo da Guatemala informou que “não serão permitidos relacionamento ou comércio de nenhum tipo, de pessoas ou de bens com Belize, e dar-se-á tratamento de fronteiras absolutamente fechadas às linhas guarnecidas por forças militares britânicas”. Dessa forma, ficou proibido todo o tráfego de, ou para Belize, e nem se aceitava que embarcações marítimas ou aéreas fizessem escala ou cabotagem no pequeno país e em seguida passassem para a Guatemala.

Parecia que o governo guatemalteco, à medida em que perdia apoio e ficava internacionalmente isolado, provocava a sua própria marginalização.

Garantia militar para uma independência segura

Um dos principais problemas surgidos antes de 21 de setembro, era o relativo à garantia militar de assegurar uma independência diante das ameaças de

invasão guatemalteca (Belize conta atualmente com uma Força Defensiva Voluntária integrada por 1.500 homens e mulheres, sob o comando de um general inglês).

Representantes do governo de Belize, em várias ocasiões, manifestaram a **cadernos do terceiro mundo** que eram partidários da criação de uma “força multinacional de defesa”, integrada pelo Canadá, Panamá, México e países da Comunidade Britânica de Nações, especialmente os do Caribe, embora reconhecessem que este projeto exigiria certo tempo por ser um conceito novo na área das relações internacionais.

“A força multinacional de defesa torna-se cada vez mais necessária pelas ameaças da Guatemala”, afirmou George Price em uma entrevista à imprensa realizada um dia antes da proclamação da independência, enquanto o exército guatemalteco colocava cinco mil homens ao longo da fronteira. O líder belizenho manifestou: “Trabalhamos durante 20 anos e agora só nos resta a independência, mas desconfiamos da posição do governo da Guatemala, embora não seja assim em relação à do povo guatemalteco, que respeita a autodeterminação de Belize”.

As tropas inglesas permanecerão no pequeno país caribenho o

A CONSTITUIÇÃO

☐ Três semanas antes de ser proclamada a independência, o governo e a oposição de Belize aprovaram por unanimidade uma constituição monárquica de 107 artigos. Elizabeth da Inglaterra será a chefe de Estado, representada no território por um governador-geral (um belizenho designado pela rainha, depois de consultado o primeiro-ministro de Belize), e o país pertencerá à Comunidade Britânica (Commonwealth).

A Constituição reconhece a supremacia de Deus e fixa “as fronteiras tradicionais do território”. Por outro lado, dedica inúmeros itens aos

direitos humanos e às liberdades cívicas, estabelecendo claramente o direito à liberdade pessoal e à propriedade privada, proteção diante de tratamento vexatórios, liberdade de imprensa, de culto, de expansão e de associação. Não permite discriminação de raça, lugar de origem, critérios políticos, cor, credo ou sexo.

O documento regulamenta o funcionamento de uma Assembléia Legislativa que consta de uma Câmara de Representantes (18 membros eleitos por sufrágio universal) e um Senado (8 pessoas nomeadas pelo governador-geral), assim como o funcionamento do Poder Judiciário.

A Constituição conserva as figuras do primeiro-ministro e do chefe da oposição como principais eixos da política ativa.



"Nosso dever é defender a sangue e fogo este país", afirmou o comandante do destacamento de infantaria de selva, acantonado na fronteira de Belize com a Guatemala

tempo que for necessário para garantir a sua segurança. "Não cremos que o exército guatemalteco ataque o território belizeño. Mas, se o fizerem nosso dever é defender a ferro e fogo este país", declarou o comandante do destacamento de infantaria de selva acantonado na fronteira com a Guatemala. As forças inglesas contam com mísseis terra-ar, carros *Scimitar* (que desenvolvem uma velocidade de 60 milhas por hora e são de grande manevrabilidade nesse tipo de terreno), morteiros e peças de artilharia sem recuo, além dos aviões *Harrier*, de decolagem vertical. Cada soldado britânico está equipado com fuzis automáticos *AR-16* e armas pessoais anticarros (*light antitank weapon*) e avalia-se que — por seu armamento e adiestramento — equivalha a 3 soldados guatemaltecos.

Desta forma, Belize atinge sua independência protegida pelo exército que durante anos foi ocupante colonial. Mas outra realidade ganha também dimensão, como o expressa claramente o primeiro-ministro George Price:

"Agora, quando o povo tem liberdade de tomar suas decisões e de escolher os seus caminhos, empreenderemos, com dúvidas, vacilações, coragem e força, o nosso destino".

Dados básicos

Belize possui uma superfície de 22.962 quilômetros quadrados, incluídos 425 de ilhas. Sua extensão territorial é um pouco maior que a de El Salvador, o dobro da de Jamaica e quatro vezes a de Trindade-Tobago. Mede 280 quilômetros na sua parte mais larga e cerca de 80 na mais estreita. Tem 161 quilômetros de fronteira com o México e 223 com a Guatemala.

A capital é Belmopán (4 mil habitantes), construída no centro geográfico do país entre 1967 e 1970, mas Belize City (10 mil habitantes) continua sendo o principal centro comercial.

A população foi calculada, em 1979, em 160 mil pessoas. Mais da metade dos belizenhos são mestiços, um terço de negros e o resto de origem maia, árabe, chi-

nese ou indiana, com as misturas raciais derivadas dessas uniões. Também existem os "caraíbas negros" ou *garifunes* (fusão de indígenas caraíbas das ilhas e africanos procedentes da ilha de São Vicente, no mar do Caribe). O idioma oficial é o inglês, mas a terça parte da população fala espanhol.

Sob uma perspectiva global (levados em conta os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e raciais), Belize tem muito mais em comum com os países de língua inglesa do Caribe do que com os seus vizinhos da Guatemala ou de qualquer outro país centro-americano.

Noventa e dois por cento da população sabe ler e escrever. A pequena nação conta com 1.792 professores, 204 escolas primárias, 23 secundárias, 2 de educação pré-universitária e 1 instituto tecnológico. Sua população estudantil é de 35 mil crianças no primário e 6 mil no secundário. Circulam 3 jornais importantes. Há 560 aparelhos de rádio e 207 automóveis para cada mil habitantes.

Existem somente dois partidos: o *People's United Party* (Partido Unido do Povo), atualmente no governo, e o *United Democratic Party* (Partido Democrático Unido), uma coalizão de três agrupamentos de direita. No final do ano passado foi criada a Sociedade Anticomunista, que reúne comerciantes e homens de negócios de ambos os partidos, vin-

culada — segundo foi denunciado — ao Exército Secreto Anticomunista (ESA), da Guatemala. Outro agrupamento oposicionista de direita é o Movimento de Ação de Belize (MAB).

O Partido Unido do Povo foi criado em 1950 e seu líder é George Price, que pela terceira vez consecutiva exerce o cargo de primeiro-ministro.

O principal suporte econômico do país é a agricultura. Belize produz e exporta cana-de-açúcar, madeira, bananas, coco, cítricos, arroz, milho e carne. Sua plataforma marítima possui uma grande riqueza pesqueira. Nos últimos tempos correu fortemente a versão de que seu subsolo armazena grandes quantidades de petróleo. □

UMA HISTÓRIA DE 343 ANOS

Em 1638, corsários ingleses provenientes das Antilhas interessaram-se pela imensa riqueza madeireira que existia onde é hoje conhecido como Belize, e se estabeleceram na região que denominaram Baía de Honduras (e daí, posteriormente, o nome de Honduras Britânicas).

Segundo tudo indica, o nome de Belize deriva do sobrenome do bucaneiro escocês Peter Wallace, suposto lugar-tenente do pirata Sir Walter Raleigh. Com distorções do seu nome (Wallix ou Válix, inicialmente) foram batizados um rio e um povoado às suas margens, que posteriormente teria derivado em Balize e finalmente em Belize, que é como os ingleses e os próprios belizenhos chamam hoje o país. Outras fontes indicam que o nome proviria de um vocábulo maia que significa “terras lamacentas”.

A principal atividade dos corsários era o corte de madeira de Campeche e de “caoba”. O coronel Antonio de Alcedo comenta em seu *Diccionario Histórico-Geográfico de las Indias Occidentales o América* (Madrid, 1787): “Quando os marinheiros da Jamaica vêem-se perseguidos por dívidas ou por delitos, embarcam para a Baía de Honduras. (...) Sua ocupação é cortar madeira. (...) Muitas vezes juntam montes antes do tempo, e se

os deixam sós, ninguém se atreve a tocá-los. Este tráfico transformou o lugar em um ninho de piratas e num covil de ladrões. E os malfeteiros da Martinica, Jamaica e Curaçau costumavam recrutar homens na Baía, que eram atrevidos, habituados à ociosidade e bons marinheiros”.

Os espanhóis nunca ocuparam o território

Nunca existiu uma colônia espanhola na realidade, ou uma ocupação efetiva do território atualmente configurado por Belize, apesar deste ter sido incorporado às capitânias gerais da Guatemala e de Yucatã. Durante os séculos XVI e XVII, alguns colonizadores espanhóis — na sua maioria religiosos — fizeram visitas ocasionais, mas nunca chegaram a dominar os habitantes originais — os maias — cuja civilização começara a declinar alguns anos antes.

No fim do século XVII e durante todo o século XVIII, os residentes ingleses das feitorias madeireiras foram repetidamente atacados pelas tropas espanholas e, em algumas ocasiões, abandonaram a zona. Pode-se afirmar que o papel dos espanhóis consistiu em realizar ataques armados e se retirar em seguida, sem ocupar efetivamente o território.

Os tratados

As coroas espanhola e britânica firmaram vários acordos em relação à área de litígio. O Tratado de Paris (1763), por exemplo, estabelecia que “Sua Majestade Católica não permitirá que os vassallos de Sua Majestade Britânica ou seus trabalhadores sejam inquietados ou molestados em sua ocupação de cortar, carregar e transportar a madeira de tinta ou de Campeche”. O Tratado de Versalhes (1783) fixava os limites geográficos dos estabelecimentos madeireiros “no distrito compreendido entre os rios Wallix ou Belize e Fundo”. A Convenção de Londres (1786) ampliou o acordo anterior: os ingleses se beneficiaram com mais terras e a ocupação do Recife San Jorge e puderam, além disso, “estabelecer regulamentos policiais para manter a boa ordem e a tranquilidade”.

A cada guerra desencadeada no velho continente, sucedia um amistício e um novo acordo sobre as possessões coloniais. Em nenhuma ocasião a Espanha exerceu um poder real sobre a zona. Mas, apesar de não ocupar ou administrar nenhuma região do território, em todos os tratados assinados entre o Reino Unido e a Coroa Católica, esta reconhecia os direitos da ocupação britânica e até os ampliava... reservando a soberania para a Espanha.

Os colonos britânicos, entretanto, aproveitaram as vantagens dos tratados. Organizaram-se

com leis internas sob a direção de funcionários eleitos em assembleias populares, e não somente não reconheciam as autoridades espanholas, como em certas ocasiões desafiaram o mandato da Inglaterra. Em 1786, um enviado da Coroa britânica queixava-se diante do governador da Jamaica que esse estado de coisas não mudaria “enquanto não se mude a presente forma ‘democrática’ de governo”.

A batalha do Recife San Jorge: a Espanha retira-se precipitadamente

A 10 de setembro de 1798 teve lugar a batalha do Recife San Jorge: a frota espanhola, preparada durante um ano e meio em Havana e Yucatã com a intenção de “expulsar para sempre os ingleses”, foi derrotada e posta em fuga. Os espanhóis não regressaram nunca mais (a partir de então, o 10 de setembro é o dia nacional de Belize). A situação manteve-se calma até 1821, ano da independência centro-americana.

A partir da emancipação de 1821, as novas autoridades guatemaltecas começaram a reclamar Belize como parte do seu território e iniciaram gestões diplomáticas junto a Londres, sem resultados: os ingleses limitaram-se a ignorar a nova república. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que disputavam entre si o predomínio econômico na América Central, assinaram o tratado de Clayton-Bulwer (1850) e o de Dallas-Clarence (1856), perante os quais a União reconhecia o estabelecimento britânico; em troca, os norte-americanos ficavam com as mãos livres em relação à Nicarágua e punham seus olhos sobre o Panamá, que nessa época era um departamento da Colômbia.

Em 1859, por iniciativa guatemalteca, foi assinado com a Inglaterra um tratado de limites

que definia as fronteiras de Belize tal como são na atualidade. O convênio significava, na prática, um reconhecimento à soberania que, de fato, o Reino Unido exercera. A origem do convênio — que teve um importantíssimo papel na história do litígio anglo-guatemalteco — é eloquente. A partir de 1856 o flibusteiro norte-americano William Walker ameaçava, da Nicarágua, tornar-se o ditador do istmo centro-americano. De acordo com o historiador guatemalteco Francis Gall (“Belize, terra nossa”, Ministério da Educação Pública, Guatemala, 1962), um jornal de Nova Iorque publicara na época:

“Correu-nos tudo bem com a Louisiana, Flórida, Texas e Califórnia, e estamos dispostos a convir com o general Cass que Tio Sam pode engulir o México e a América Central, tendo Cuba e as ilhas da Índia Ocidental como sobremesa, sem indigestão”.

Era a época da “Doutrina Monroe”: “A América para os americanos”. Governava a Guatemala o ditador “vitalício” Rafael Carrera. Diante do perigo das hostes mercenárias de William Walker, as autoridades guatemaltecas decidiram solicitar a proteção armada da Inglaterra em troca do reconhecimento oficial de sua permanência em Belize.

O Tratado de 1859: “A conveniência de aceitar os fatos consumados”

Em julho de 1857, o representante da Guatemala em Londres entregou ao governo britânico o projeto do futuro tratado. Incluía uma nota que, entre outros conceitos, afirmava:

“O governo da Guatemala renuncia desde já à discussão de princípios que estes pontos suscitem, declara-se convencido de sua própria conveniência em aceitar os fatos consumados; sente-se honrado e satisfeito em ser vizinho de uma nação tão poderosa e ilustre; alegra-se em reco-

nhecer a comunidade de interesses que resulte da vizinhança entre a Inglaterra e a Guatemala, e congratula-se que por tão plausíveis motivos possa tirar vantagens”.

Em 30 de abril de 1859, Sir Charles Lennox Wyke, representante plenipotenciário da Coroa britânica, e o guatemalteco Pedro de Aycinena, secretário de Relações Exteriores, assinaram o tratado. Ambos os governos comprometeram-se a “estabelecer a comunicação mais fácil (seja através de uma rodovia ou utilizando os rios, ou ambas as coisas ao mesmo tempo) entre o lugar mais conveniente da costa atlântica próximo do estabelecimento de Belize e a capital da Guatemala”.

A “comunicação mais fácil”, ficou estabelecido, era uma rodovia cujo custo, calculado por Pedro de Aycinena em 80 mil libras esterlinas, seria financiado por ambas as partes. Quando foi feito um estudo sobre o terreno, o orçamento foi estimado entre 146 e 150 mil libras esterlinas e, segundo se soube mais tarde, a Guatemala não contava sequer com a metade das 80 mil libras calculadas anteriormente. Assim, por não cumprimento de ambas as partes (e não somente pela Inglaterra, como pretende a história oficial guatemalteca), a construção da estrada nunca foi realizada. Foram efetuados vários acordos sem nenhum resultado concreto e a questão caiu no esquecimento. Finalmente, em 1931, ambos os governos ratificaram as fronteiras tal como foram estabelecidas no tratado de 1859.

A Guatemala volta ao ataque

Mas a calma duraria pouco. Quando o ditador Jorge Ubico chegou ao poder, a Guatemala desarmou o caso em 1939, proclamando que os termos do acordo Aycinena-Wike tinham caducado por “não cumprimen-

to" da Inglaterra e que Belize lhe pertencia. Mais tarde, os governos de Juan José Arévalo (1945-51), Carlos Castillo Armas (1954-57) e Enrique Peralta Azurdia (1963-66), incorporaram a questão de Belize às respectivas constituições elaboradas sob seus mandatos, nas quais Belize era incluída como parte do território guatemalteco.

A Guatemala, historicamente, nunca exerceu soberania sobre o pequeno país. É bem verdade que, nos tempos da revolução democrática e nacionalista de 1944, encabeçada por Arévalo e pelo coronel Jacob Arbenz, a reivindicação territorial tinha um caráter anticolonialista e que Belize estava presente, além disso, em todas as exigências das forças progressistas e antiimperialistas centro-americanas. E também é verdade que nessa época muitos líderes belizenhos viam com simpatia a incorporação à Guatemala.

Mas a situação mudou consideravelmente com a queda de Arbenz, a instauração da ditadura de Castillo Armas e os posteriores regimes militares e, fundamentalmente, com a criação do Partido Único do Povo, que em 1964 — como corolário de uma luta constante — formou seu próprio governo. A reivindicação guatemalteca perdeu então o seu caráter anticolonial e, posteriormente, sobretudo na década de 70, converteu-se em aspiração expansionista que pretendia ignorar uma nova realidade: o nascimento de um povo com características políticas, culturais e raciais próprias, mais próximas aos países de língua inglesa do Caribe que aos da América Central. E essa aspiração injusta, extemporânea e anti-histórica foi o que levou a Guatemala ao isolamento internacional total e que possibilitou, de certa forma, o apoio quase unânime da comunidade internacional em favor da independência de Belize.

Roberto Bardini



CUBA

A guerra bacteriológica

Uma misteriosa sucessão de pragas agrícolas e doenças contagiosas inexistentes no país provoca a mobilização dos cubanos contra uma possível nova agressão dos EUA

Pablo Piacentini

Desde que o presidente Ronald Reagan assumiu o governo dos Estados Unidos em janeiro deste ano, as relações entre a superpotência e Cuba pioraram continuamente, até se encontrarem no seu pior nível desde o incidente de Playa Girón, em abril de 1961. Vive-se hoje um estado de extrema tensão que, do Caribe, projeta-se à América Central, e cujas consequências, no caso de uma eclosão, podem afetar a paz mundial.

Cuba está mobilizada na prevenção de um eventual ataque norte-americano, enquanto sua população incorporou-se num verdadeiro exército sanitário que combate as estranhas e graves pragas que surgiram recentemente. O governo de Havana tem a certeza de que elas são parte de uma guerra bacteriológica desencadeada pelos organismos de inteligência dos Estados Unidos, mas por não dispor de provas tangíveis não pode apresentar o caso, formalmente, às instâncias internacionais.

Esta situação não foi procurada por Cuba. É uma consequência direta da política ultraduradora instrumentada por Reagan, e então surge a comparação entre este e o governo anterior. Durante a administração Carter as relações bilaterais passaram por uma fase de relativa distensão. Considerou-se a possibilida-

de de ir normalizando os vínculos diplomáticos e foram suspensas algumas das práticas mais agressivas, como vôos de aviões de espionagem norte-americanos sobre território cubano. A distensão cessou no fim do governo Carter e a ascensão de Reagan assinalou uma escalada que definiu Cuba como um dos alvos principais. Como candidato, o atual presidente havia anunciado que estava disposto a impor um bloqueio militar à ilha e formulou um programa prenhe de ameaças.

Cerco total

Para a equipe da Casa Branca o chamado "expansionismo soviético-cubano" é, em termos geopolíticos, o inimigo número um. Segundo esta concepção, o aumento e o uso da força — incluída a força militar — são os meios apropriados para impedir que no cenário internacional surjam novas mudanças contrárias à hegemonia capitalista ocidental e favoráveis à libertação (não necessariamente de definição socialista ou pró-soviética).

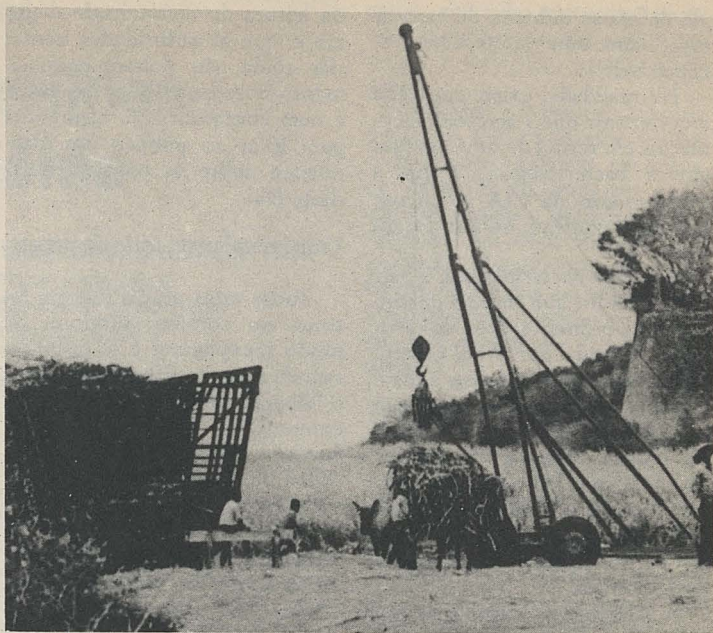
O secretário de Estado norte-americano, general Alexander Haig, foi o mais explícito nesta posição, dizendo, no mês de setembro, que teria que "eliminar a origem do problema". "A origem está em Cuba", afirmou. E



acrescentou que se deveria pôr a ilha em condições tais que não possa "enviar tropas a outros países".

A frase envolve uma ameaça que vai mais além da de bloqueio e sugere ações diretas que debilitem a ilha de tal maneira, que fique impossibilitada de cooperar militarmente com outras nações, como o faz com Angola e Etiópia.

Ainda em setembro, a administração norte-americana, depois que as tropas da África do Sul invadiram Angola, deu uma demonstração prática da sua concepção, negando-se a condenar o regime racista de Pretória no Conselho de Segurança das Nações Unidas e dando, portanto, uma aprovação indireta à agressão. A presença de tropas cubanas em apoio às Forças Armadas de Angola e às atividades da Swapo em busca de que seja reconhecida a autodeterminação da Namíbia — ocupada ilegalmente pela África do Sul — foi



Todas as pragas surgiram de modo inexplicável e se propagaram de maneira fulminante. Muitas delas figuram entre os agentes de guerra bacteriológica fabricados nos Estados Unidos

para a Casa Branca a justificativa da invasão de uma nação independente.

Outro foco de alta tensão é a América Central. O governo Reagan acusou Cuba de estar apoiando militarmente os insurretos de El Salvador sem apresentar um só indício que sustentasse esta afirmação.

A 3 de setembro, num documento oficial, o governo cubano desmentiu as acusações norte-americanas, declarando que nem uma só arma e nem um só soldado foram enviados a El Salvador, e convidou o general Haig a apresentar uma única prova de sua acusação. As autoridades norte-americanas não responderam ao desafio de Havana.

Na mesma declaração, o governo cubano revelou algumas das medidas adotadas para prevenir um possível ataque: "Cuba recebeu em 1980 consideráveis

quantidades de armas — isso não é nenhum segredo — mas são armas para nos defender dos proclamados planos agressivos dos Estados Unidos contra nosso país. Quando dizemos que estamos decididos a defender nossa pátria até a última gota de sangue, falamos a sério. Mais de meio milhão de homens e mulheres ingressaram nas milícias de tropas territoriais e todos já foram treinados e armados. Recebemos as armas da URSS para essas novas unidades e as tropas regulares de nossas Forças Armadas. Nem uma só dessas armas saiu de Cuba para a América Central. São armas exclusivamente para nossa defesa".

Um dado que chama a atenção sobre o recrutamento de meio milhão de milicianos é que foi realizado em poucos meses, numa operação executada em ritmo de preparação bélica. E dia a dia o governo cubano adverte seu povo que deve estar pronto para enfrentar um poderoso adversário, que em qualquer momento e de qualquer lugar pode atacá-los. Nas ruas de Havana pode-se comprovar que os comitês

de defesa se reúnem, de casa em casa, com uma intensidade excepcional.

Na realidade, existe em Cuba a certeza de que a agressão já começou em forma de uma profusa guerra bacteriológica, e que a programação da CIA inclui um próximo conflito militar localizado.

A guerra bacteriológica, a partir dos dados que Havana possui, data dos primeiros anos da revolução liderada por Fidel Castro, foi incrementada há dois anos e é levada a sua máxima expressão pelo governo Reagan. As primeiras pragas foram a "ferrugem" da cana, que afetou a produção de açúcar, e o "mofo azul", que atacou a colheita de fumo. Estes são os principais itens de exportação cubana.

A "ferrugem" danificou em 1980 um terço das plantações de cana, e reduziu sensivelmente a produção de açúcar. O "mofo azul" afetou a colheita de fumo em 25% em 1979 e quase 90% em 1980.

Em princípios de 1980 expandiu-se a febre suína africana, obrigando a matança de porcos, cuja carne constitui um dos alimentos básicos dos cubanos.

Em meados de junho deste ano surgiu o "dengue" hemorrágico, trazido pelo mosquito *aedes aegypti*. A 24 de julho, sete semanas depois, o mal atingia 273.404 pessoas, das quais 113 morreram. Os enormes esforços realizados conseguiram controlar a praga que, no final de agosto, encontrava-se em vias de desaparecimento. O momento de maior intensidade ocorreu em 6 de julho, quando se registraram 11.721 casos. A 7 de setembro surgiram somente 66 casos.

A 9 de setembro, quando ainda não haviam passado quatro meses do aparecimento do "dengue", uma declaração do governo anunciava a presença de uma nova epidemia: a conjuntivite hemorrágica. Nos primeiros dias foram atingidas 1.815 pessoas e

da leitura do comunicado deduzia-se que as autoridades sanitárias ainda não tinham conhecimento dos remédios apropriados e nem contavam com elementos para levar ao público um diagnóstico sobre as consequências deste mal.

Uma inexplicável série de pragas

Todas estas pragas tiveram fatores em comum: surgiram de modo inexplicável e se propagaram de maneira fulminante. Nem o "dengue" hemorrágico e nem a conjuntivite hemorrágica eram doenças conhecidas em Cuba. Sobre a conjuntivite, o Gabinete Sanitário Panamericano informou que esta epidemia fora registrada pela primeira vez numa região das Américas e que assolava simultaneamente o Suriname, Honduras e a costa norte da Colômbia (com os quais, segundo sublinhou o governo de Havana "Cuba não tem nenhum intercâmbio de pessoal").

Outro aspecto a destacar é a sequência como foram castigados os vegetais e os animais que formam o suporte da economia do país, para depois ser atingida a população.

Nos documentos oficiais norte-americanos desenterrados por Havana, lê-se que, tanto o "dengue" como a febre suína e o "mofo azul" constam entre os agentes de guerra bacteriológica fabricados nos Estados Unidos (citaram um texto da Subcomissão de Desarmamento do Senado norte-americano, datado de 29 de agosto de 1960).

O uso da guerra química e bacteriológica não é novo. Os Estados Unidos já empregaram este mesmo recurso em larga escala durante a guerra do Vietnã. Os cubanos estão certos de que o governo norte-americano é o causador destas pragas, pois os vírus podem ser facilmente introduzidos, usando aviões por exemplo, sendo muito difícil obter provas de tais operações.

Em 4 de julho passado um grupo de cinco contra-revolucionários desembarcou e infiltrou-se na província cubana de Matanzas. Foram capturados e, segundo anunciou Havana, propunham-se, entre outros atentados, ao assassinato de Fidel Castro.

Pouco depois, a 23 de julho, uma agência norte-americana informava de Miami: "Quarenta comandos que acabam de se infiltrar em Cuba tentarão matar o presidente Fidel Castro neste fim de semana, no decorrer das festividades do aniversário da Revolução Comunista, declarou hoje o advogado de um grupo de exilados cubanos".

"Se não puderem matar Castro, os comandos pelo menos perturbarão a manifestação em Las Tunas, a leste de Cuba", disse o advogado Ellis Rubin em entrevista à imprensa. O Birô da Organização de Exilados Alpha-66 declarou recentemente que "cinco comandos capturados há duas semanas a leste de Havana, pertencem aos seus quadros".

A impunidade dos ativistas anticastristas nos Estados Unidos é completa, já que podem montar e anunciar publicamente atentados contra o presidente cubano sem que as autoridades lhes oponham o menor obstáculo. Elas foram, no entanto, muito ativas para impedir, mal surgiu o "dengue", que se vendesse a Cuba os medicamentos de fabricação norte-americana necessários para deter a epidemia.

Em Cuba não existe somente a convicção de que é a CIA a introdutora das pragas misteriosas, como também que serão empregadas novas e, quem sabe, mais poderosas armas secretas, e que no campo militar deve ser esperada uma provocação e, talvez, uma agressão direta. Por isso Cuba, a somente 90 milhas dos Estados Unidos e com uma base norte-americana em seu território, está em pé-de-guerra para se defender da superpotência. □

As armadilhas do turismo

Uma indústria que fatura um bilhão de dólares anuais enfrenta o dilema: valorizar a paisagem e os hábitos locais, ou transformar-se numa cópia norte-americana em menor escala

Colin Campbell

“Mar, sol e areia”: estas palavras quase corporificam a indústria turística do Caribe que fatura hoje um bilhão de dólares por ano. De certa forma, também simbolizam a atitude das populações locais em relação àquilo que, em muitos países da região, já foi o meio mais importante de obtenção de divisas estrangeiras.

Porém, com a conscientização cada vez maior dos povos do Caribe, muitos começam a encarar o turismo sob um aspecto diferente, reconhecendo seu efeito desmoralizador sobre as populações locais, dado o seu caráter explorador e culturalmente pejorativo.

O turismo do Caribe teve início em fins do século XIX e começou do século XX, numa época em que os países da região estavam pondo um fim à escravidão e sendo cada vez mais submetidos à influência norte-americana. Estava ainda intimamente vinculado à indústria da banana, uma vez que os navios que iam apanhar suas cargas no Caribe traziam também visitantes. Isto levou à criação de uma infraestrutura hoteleira, construída principalmente pelas grandes companhias dos Estados Unidos.

Em sua maior parte, os visitantes que vinham ao Caribe eram europeus e norte-americanos ricos. Quase sempre racistas, muito contribuíram para refor-

çar a submissão das populações locais, resultante do passado colonial e da antiga posição de escravos. Os visitantes brancos eram, portanto, vistos como “bem-vindos” ou, talvez com maior frequência, como a personificação de um grande número de contradições sociais. Havia um quase antagonismo entre o turista e o “nativo”, decorrente do vasto abismo social entre a riqueza e a pobreza. A esquizofrenia era evidente, uma vez que, lado a lado com o antagonismo e coexistindo com ele, as populações locais tentavam imitar os turistas — desde a forma de vestir até a linguagem. O desejo era “agradar” o turista, imitando o

estilo de vida norte-americano nos locais de veraneio — na decoração, instalações, comida e diversões.

A atitude de alguns governos, dispostos a virtualmente vender o patrimônio público em troca do dólar do turismo, em nada contribuiu para amenizar essa situação. Nas Ilhas Virgens, por exemplo, grande parte do solo foi arrendada por um período de 99 anos às companhias estrangeiras que desejassem fomentar o turismo.

Alto grau de vulnerabilidade

Apesar de tudo, a indústria cresceu na maioria das ilhas, principalmente em virtude das condições oferecidas pelo clima tropical. Hoje em dia, parece óbvio dizer que o turismo é importante para o Caribe. É a fonte número um de divisas para Barbados, Baamas e grande parte das nações menos desenvolvidas, e é crucialmente importante para muitos dos países maiores, inclusive Jamaica, Trindade-Tobago, e Porto Rico. Embora muitos deles não forneçam atualmente dados detalhados e atualizados no tocante à indústria, sabe-se que esta gerou, no ano passado, milhões de dólares de lucro e milhares de empregos.



O turismo do Caribe atrai europeus e norte-americanos ricos

Apesar de suas impressionantes estatísticas, a indústria do turismo padece de alto grau de vulnerabilidade e incerteza. Está sujeita a fatores sobre os quais os países dependentes não exercem controle algum. O declínio das economias ocidentais nas décadas de 70 e 80 teve efeito desastroso para a indústria turística, que também se ressentiu da publicidade negativa no exterior.

Como nações em desenvolvimento, os países do Caribe têm todo tipo de problemas, frequentemente apresentados de maneira adversa e distorcida nos Estados Unidos, que constitui o maior mercado para o turismo local.

Na Jamaica, por exemplo, o turismo sofreu uma queda em 1976, ano em que o país atravessou um estado de emergência. Houve um decréscimo de 22,9% no número de visitantes em trânsito dos Estados Unidos para a Jamaica. Rude golpe, uma vez que os Estados Unidos são responsáveis por 70% dos passageiros em trânsito. O número de passageiros das companhias marítimas diminuiu também em 5,9%. O motivo foi a publicidade desfavorável em relação à Jamaica. Os visitantes em potencial — influenciados pela campanha dirigida — não se sentiam “seguros” quanto às condições que predominavam na ilha e, portanto, preferiam não incluí-la no seu roteiro. Essa publicidade adversa fez parte dos esforços da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos) para desestabilizar o governo Manley da Jamaica. O objetivo era que fosse derrotado — como foi — nas eleições previstas para o fim daquele ano.

Clima favorável ao imperialismo

Para a Jamaica, essa atitude foi uma clara advertência. O mercado norte-americano, tão próximo e tão importante, estava impondo aos governos locais

do Caribe a criação de um clima favorável ao imperialismo dos Estados Unidos. Era o preço exigido para evitar que a indústria do turismo fosse destruída.

Como resultado dessas pressões, naturalmente, o desenvolvimento político independente do Caribe se viu afetado. É mais difícil adotar um rumo condizente com as aspirações do povo para quem depende do turismo dos Estados Unidos.

Cuba, por exemplo, era antes da revolução um paraíso para todos os males sociais associados com o turismo: prostituição, jogo e corrupção. Após a revolução, quando tudo isto acabou e a ilha poderia oferecer aos turistas um produto mais responsável, cessaram as visitas de norte-americanos como consequência do bloqueio imposto pelos Estados Unidos ao governo de Fidel Castro.

As ilhas vizinhas, como a Jamaica, beneficiaram-se do fato de que os turistas já não procuravam Cuba e, na década de 60, aumentaram os investimentos norte-americanos em hotéis locais. Também se beneficiaram as Baamas, chegando a institucionalizar o jogo a fim de poderem oferecer aos turistas um “produto competitivo”. Isto, porém, teve efeito negativo sobre todos os aspectos locais da indústria.

Os dólares entram e voltam aos EUA

Assim, em fins da década de 60, embora recebendo investimentos de capital, o Caribe amoldava-se àquilo que os Estados Unidos desejavam. Tudo se destinava a satisfazer àquilo que os norte-americanos em férias queriam ver e fazer, e não a expor os valores locais, a cultura e a hospitalidade do Caribe. Os hotéis foram americanizados a um ponto em que, de cada dólar gasto pelos visitantes, 34 centavos voltavam aos Estados Unidos em pagamento de alimentos e outros serviços.

A utilização de serviços locais não era encorajada, embora fosse evidentemente mais lógica e adequada ao desenvolvimento da indústria. Pior ainda, a maioria dos hotéis era propriedade de transnacionais norte-americanas, incluindo Hilton, Sheraton, Hyatt e Intercontinental.

Essas companhias, naturalmente, desejavam receber um lucro sobre o capital investido, e os serviços administrativos tinham de ser remunerados. No final das contas, talvez mais da metade de cada dólar do turismo voltava aos Estados Unidos. Os países do Caribe recebiam apenas taxas modestas, e os trabalhadores locais, quase todos empregados como mão-de-obra não qualificada, recebiam salários insignificantes.

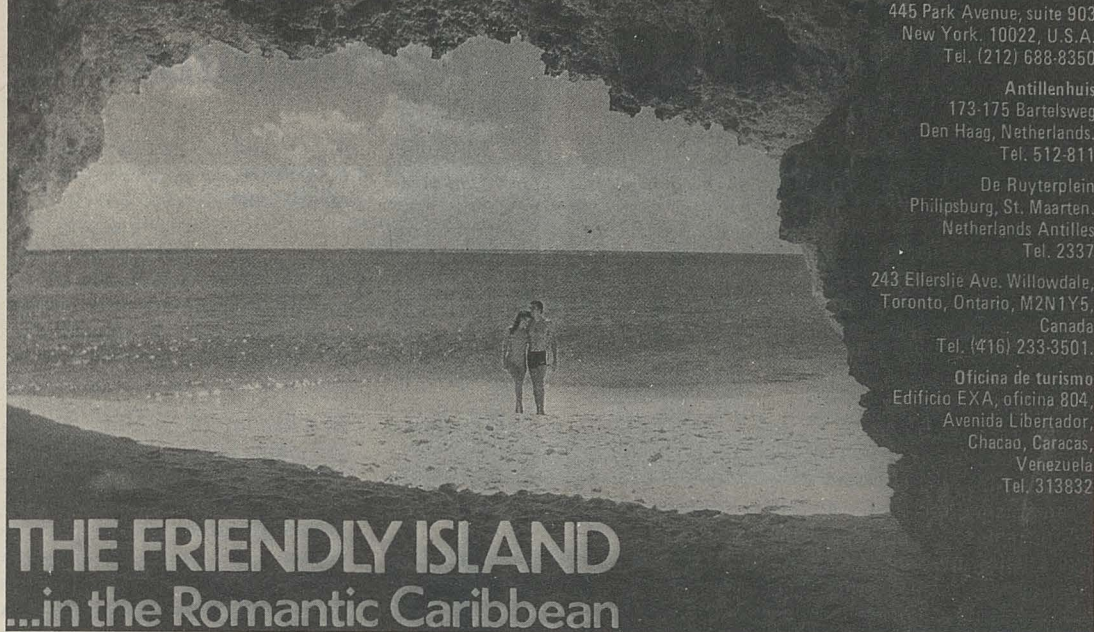
Novas orientações políticas

Na década de 70, o turismo do Caribe tomou novo impulso. Os países maiores eram agora quase todos independentes, e alguns deles procuraram oferecer um produto diferente, sob uma nova orientação política com ênfase na auto-suficiência. A Jamaica foi o principal exemplo desse novo estado de coisas.

Houve também tentativas de dar à indústria um caráter mais local. Em 1977, com o lançamento do programa “Descubra a Jamaica”, 131.000 jamaicanos passaram suas férias em locais de turismo que antes eram domínio exclusivo de estrangeiros. Esse programa teve um duplo efeito. Em meados da década de 70, a recessão norte-americana atingiu a indústria de maneira brutal, e os investidores estrangeiros começaram a abandonar o país. O governo foi forçado a agir rapidamente, comprando os hotéis para evitar que a indústria entrasse em colapso. Dessa forma, o programa “Descubra a Jamaica” teve também o efeito de enviar hóspedes para hotéis que, de

ST. MAARTEN

NETHERLANDS ANTILLES



SINT MAARTEN TOURIST OFFICES

445 Park Avenue, suite 903
New York, 10022, U.S.A.
Tel. (212) 688-8350

Antillenhuis
173-175 Bartelsweg
Den Haag, Netherlands.
Tel. 512-811

De Ruyterplein
Philipsburg, St. Maarten.
Netherlands Antilles
Tel. 2337

243 Ellerslie Ave. Willowdale,
Toronto, Ontario, M2N1Y5,
Canada
Tel. (416) 233-3501

Oficina de turismo
Edificio EXA, oficina 804,
Avenida Libertador,
Chacao, Caracas,
Venezuela
Tel. 313832

THE FRIENDLY ISLAND ...in the Romantic Caribbean

Na propaganda norte-americana o Caribe é apresentado como um paraíso romântico. Porém, a realidade dos países caribenhos por vezes está bem longe de ser idílica para os habitantes das ilhas

outra forma, teriam permanecido vazios.

Essa política foi reforçada pelo plano quinquenal de 1978-82, do qual um dos objetivos era proporcionar aos jamaicanos diversões em seu próprio país. Outra meta do plano era expandir a renda turística de 134 milhões de dólares para 276 milhões.

A reação norte-americana a essas novas diretrizes foi desfavorável, e teve início o programa de desestabilização. Foi necessário lançar rápidos apelos aos mercados escandinavos e da Europa Ocidental a fim de preencher a lacuna. Isto trouxe efeitos colaterais benignos para outros territórios do Caribe, uma vez que um maior número de europeus passou a visitar a região, e o baixo preço dos pacotes de turismo tornava-os acessíveis e populares. A experiência da década de 70 — ou seja, o declínio da economia ocidental e as técnicas de

desestabilização — mostraram o quanto era inconveniente à região basear seu desenvolvimento na indústria do turismo.

Guinada à direita

Na década de 80, o Caribe defronta-se ainda com o problema de determinar qual o tipo de estratégia turística que mais lhe convém, como desenvolver essa indústria em termos condizentes com os objetivos nacionais oferecendo oportunidades sociais e econômicas à população local.

Com a volta ao poder de certo número de partidos políticos conservadores e de direita (como no caso da Jamaica), o problema parece agravar-se. Esses partidos implementam uma política que põe o Caribe de joelhos diante do poderio norte-americano.

Mini-planos Marshall, contendo receitas específicas para o turismo e maior desmoralização

cultural, têm sido apresentados e defendidos. Criaram-se comitês presidenciais especiais, com a participação do poderoso chefe do Hotel Hilton, no momento em que o novo governo da Jamaica, liderado por Edward Seaga, afirma que sua solução para a indústria é vender o hotel que o governo anterior comprou em nome do povo na década de 70.

Mas, qualquer que seja o futuro, certas coisas são desde já evidentes. A esperança da indústria do turismo não está na redução da participação e aquisição locais, e sim na "indigenização" (nacionalização) e na reorientação da indústria para mercados fora dos Estados Unidos. Os governos do Caribe devem decidir qual a sua prioridade mais importante. Promover o desenvolvimento de seus países e ganhar dólares a qualquer custo — mesmo às custas do povo — são duas metas incompatíveis. □

Cresce o apoio internacional

Na sua viagem a países da África e da Europa, o presidente José Eduardo dos Santos pôde avaliar a extensão da solidariedade com o povo angolano e da repulsa aos agressores racistas da África do Sul

Luís Rodrigues dos Santos

A invasão sul-africana de Angola saiu do noticiário, mas isso não significa que a guerra esteja terminada. Ao sistema transnacional de comunicação não interessa informar sobre a agressão do regime racista da África do Sul pois não seria fácil ocultar a responsabilidade do governo Reagan e de alguns dos seus aliados europeus nessa aventura.

Os comunicados do Ministério angolano de Defesa têm mantido uma informação constante sobre a situação. O titular dessa pasta, coronel Pedalé, denunciou recentemente as reiteradas ofensivas sul-africanas, empregando não apenas infantaria mas também blindados e cavalaria, sempre precedidas de bombardeios aéreos e de artilharia. Na província do Cunene, a martirizada cidade de Ngiva, reconquistada pelo exército angolano, tem sido um objetivo permanente dos ataques inimigos.

As destruições não apenas de alvos militares, mas de toda a infra-estrutura econômica da região mostram que os racistas sul-africanos objetivam fazer das províncias fronteiriças uma terra arrasada. Pela segunda vez, a imensa ponte sobre o rio Cunene, ao sul, foi destruída pelos bombardeios, depois que os próprios sul-africanos a haviam arra-

sado em 1975, quando tentavam impedir a independência de Angola. Sua reconstrução custou quase um milhão e meio de dólares.

O número de pessoas deslocadas de suas habitações pela guerra cresce sem cessar. Perto de 150 mil estão sendo assistidas e necessitam de tudo. Além disso, cerca de meio milhão de habitantes do sul foram afetados pela seca, ampliando a gravidade dos problemas. Uma missão da ONU, enviada ao sul de Angola, estimou em mais de 12 milhões de dólares os recursos que esse país necessita com urgência para atender a esses problemas.

No campo diplomático

Mas se no campo de batalha o novo exército angolano luta sem cessar pela reconquista das áreas ocupadas pelos racistas, demonstrando alta capacidade operacional e bravura, se o povo em geral realiza novos sacrifícios para manter o ritmo de desenvolvimento do país e alimentar a frente de luta, Angola se lança a uma contra-ofensiva diplomática que se desenvolve com êxito. E dizemos contra-ofensiva, pois coube a Pretória e a seus aliados ocidentais a iniciativa da ofensiva, deturpando as razões da guer-

ra e dando, do conflito, uma visão muito distante da verdade.

O povo angolano tem contado nessa dura guerra com a solidariedade internacional, particularmente do campo socialista, da África e dos setores progressistas do mundo árabe. O que se passa na África nesse campo, desde a última agressão sul-africana, é expressivo de um novo tempo.

Logo que se conheceu a extensão do ataque racista, uma intensa atividade diplomática agitou as chancelarias afro-árabes, na busca de meios de apoiar Angola. Moçambique, Argélia, Líbia, Tanzânia e Nigéria apressaram-se em oferecer apoio militar, ponto de vista também adotado pelos países da Linha de Frente, na recente reunião de Lagos. O presidente da Organização de Unidade Africana, o presidente do Quênia, Arap Moi, exortou os Estados africanos a apoiarem militarmente Angola, pois a "agressão contra um Estado africano deve ser considerada como uma agressão a todos".

Angola não usou ainda do seu direito, reconhecido inclusive pela Carta das Nações Unidas, de reivindicar esse apoio, mas o fato em si mesmo é significativo, pois alguns dos países que defenderam essa atitude tinham posições vacilantes e eram até pouco

tempo muito propensos a um diálogo com Pretória. Isso traduz o avanço da unidade e da consciência do que é a luta contra o regime sul-africano.

O apoio internacional

Nas Nações Unidas, Angola recebeu respaldo quase unânime e ao nível dos Países Não-Alinhados tem sido constante a reiteração dessa solidariedade.

Enfim, Angola conta com um apoio internacional muito amplo. Mesmo nos Estados Unidos, onde o governo de Reagan é o laboratório e o cérebro operacional da agressão sul-africana, começa a se estruturar um movimento de repulsa a essa política e de apoio ao povo angolano.

No mês passado, em Nova Iorque, realizou-se uma conferência que reuniu operários, comunidades religiosas, negros e latino-americanos, de apoio à luta dos povos da África Austral e de repulsa ao *apartheid*. A assembleia, que durou três dias, teve lugar na igreja de Riverside e o presidente da mesma, Lennox Hinds (ver matéria "A Síndrome do Vietnã", nesta edição) disse que era aquele "o primeiro passo para organizar ao longo de todo o país a resistência contra a política externa de Reagan e seus efeitos na África Austral".

Esse sentimento de solidariedade foi constatado agora pelo presidente do MPLA-Partido do Trabalho e do governo de Angola, o dr. José Eduardo dos Santos, em uma visita a vários países da Europa e da África. A viagem político-diplomática do mandatário angolano foi saudada nesses países como um fato relevante, destinado a consolidar as relações entre os mesmos e a esclarecer, em definitivo, o que representam as agressões racistas a Angola.

Seja na Hungria, na Alemanha Oriental, na Bulgária, o presiden-



O presidente José Eduardo dos Santos exortou os povos africanos a se unirem contra o *apartheid*



As destruições dos sul-africanos não visavam somente alvos militares mas toda a infra-estrutura econômica da região

te José Eduardo foi enfático em assinalar a identidade de princípios e ações na luta pela edificação do socialismo. Na Líbia, o presidente angolano formulou declarações muito importantes sobre a situação africana e os deveres da solidariedade internacional na luta contra o racismo.

"Não bastam as intenções"

"É necessário — disse o presidente José Eduardo dos Santos

— que os povos africanos se unam para combater o *apartheid*. Mas não bastam as intenções. É necessária agora a ação, tanto no plano militar como no plano político e diplomático". "O governo norte-americano deve assumir suas responsabilidades no continente africano e o que se deve apoiar na África não é o regime de Pretória. Os dias do regime da África do Sul estão contados. Os povos da África Austral que lutam por sua libertação triunfa-

rão", acentuou o estadista angolano.

Muito significativa foi a visita do presidente José Eduardo dos Santos à França, onde pôs de relevo as "posições muito positivas desse país em relação ao problema da libertação dos povos".

O governo Reagan está exultando um velho projeto colonialista de instalar no sul de Angola uma espécie de Estado-tampão, dominado pelos grupos fantoches da Unita e que teria o objetivo de isolar política e militarmente a Namíbia e o seu movimento de libertação, e de ser um fator permanente de desestabilização do governo revolucionário de Angola.

É evidente que Angola e nenhum Estado africano soberano podem aceitar essa implantação, mesmo ao preço da resistência armada, como ocorre presentemente na fronteira sul angolana.

O presidente José Eduardo dos Santos conhece bem, pela experiência do seu país, o preço dessa luta. Por isso mesmo seu apelo ao governo do presidente Mitterrand para que exerça "sua influência para favorecer uma solução adequada da grave situação reinante na África Austral, como consequência do *apartheid* e do conflito namibiano", encontrou eco não só na França mas internacionalmente.

"Esta situação — concluiu o presidente angolano — nos obriga à confrontação armada, porém essa confrontação é desastrosa não só para os países africanos implicados como para os países que têm investimentos nessa região. Somos favoráveis a todas as gestões que permitam uma solução pacífica", acentuou.

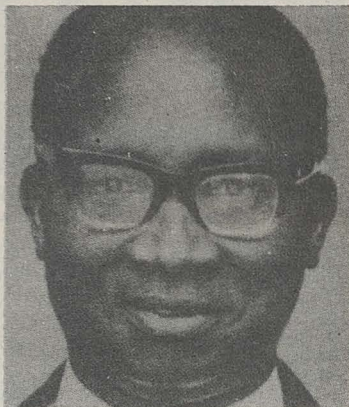
Quase simultaneamente, Sam Nujoma, presidente da Swapo (Organização dos Povos do Sudoeste Africano-Namíbia), proclamou em Washington: "A administração Reagan é o inimigo número um do povo namibiano, devido à sua colaboração com o regime racista de Pretória". □

SENEGAL/GÂMBIA

Senegâmbia, versão 81?

A força militar e política acabou prevalecendo na união de Senegal e Gâmbia, quando o mesmo objetivo poderia ser alcançado com base na igualdade e soberania

Alice Nicolau



Sir Dauda Jawara

Nos últimos meses de 81 ou no começo do ano que vem, deve surgir na África Ocidental um novo país, e dois outros deixarão de existir. Senegal e Gâmbia devem desaparecer dando lugar à nova República de Senegâmbia, consumando uma união territorial que ficou em suspenso durante 20 anos e que se concretiza agora, ao que tudo indica, não com base num consenso, mas sim na força. A união dos dois países deve ser ainda aprovada pelos respectivos parlamentos. Mas todos os preparativos que estão sendo feitos indicam que a nova nação vai nascer com um mal congênito: a violência.

Teoricamente, a solução natural seria a integração de Gâmbia ao território senegalês. Pela geografia, pela população e pela economia, Gâmbia é parte de um conjunto territorial mais vasto

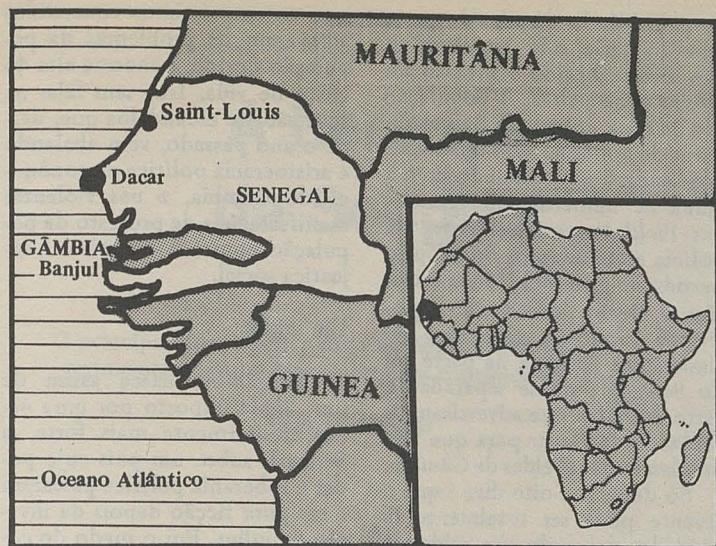
que forma o Estado do Senegal. Mas oito décadas de domínio colonial britânico criaram na estreita língua de terra uma realidade histórica que diferenciou Gâmbia do Senegal. Nos seus 12 mil quilômetros quadrados de superfície existem profundas divisões internas entre os habitantes. Há uma zona rural, continental, onde vive o grosso da população que mantém até hoje inalteradas as estruturas sociais tradicionais, apesar do "protetorado britânico". Do outro lado existe o setor urbano, insular, que foi o mais violentamente atingido pela penetração cultural e econômica da metrópole colonial. Daí resultou a grande diferença em relação ao Senegal, um país de influência francesa.

Em Gâmbia, o poder político se concentra na capital, Banjul, localizada na ilha de Santa Maria. Os habitantes da ilha são mestiços ocidentalizados da etnia *akus*, que vieram da Serra Leoa no século passado, como resultado de uma breve ligação entre estas duas ex-colônias inglesas.

Os *akus* dominam a administração e os negócios formando uma elite político-empresarial que serve de base de apoio para o regime do Presidente gambiano Sir Dauda Jawara.

Sobreviver como nação independente

Diante das diferenças lingüís-



Gâmbia

área – 11.295 km²
população – 600 mil
PNB – US\$ 120 milhões
94% de analfabetos
renda per capita – US\$ 215

Senegal

área – 196.192 km²
população – 5,5 milhões
PNB – US\$ 2.236 milhões
94% de analfabetos
renda per capita – US\$ 430

ticas, étnicas e culturais, os habitantes de Gâmbia sempre se opuseram à unificação com o Senegal tentando explorar em proveito próprio as vantagens de existirem como nação independente. Para sobreviver, Gâmbia orientou-se politicamente segundo duas linhas fundamentais: 1) a grande ameaça externa à soberania só poderia vir do Senegal, país no qual Gâmbia está encravada, como consequência dos arranjos feitos por colonialistas franceses e ingleses na partilha da África; portanto, foi ao Senegal que os gambianos confiaram a sua defesa militar, através de um tratado assinado em 1966; 2) no plano econômico, Gâmbia aproveitou a sua posição geográfica para criar um porto franco, com tarifas alfandegárias mais baixas que o país vizinho, com o objetivo de facilitar a penetração de capitais estrangeiros.

Cerca de 80% da população do país vive da agricultura. Além disso, o fato de dispor de uma excelente via navegável, o rio Gâmbia, e de ter herdado facilidades portuárias deixadas pela administração colonial, fez com que o porto franco de Banjul se transformasse num entreposto de contrabando da África Oci-

dental. Isto criou condições para escancarar a porta aos interesses econômicos internacionais e aliar a própria soberania aos interesses capitalistas europeus.

Aproveitando-se do *boom* turístico, Gâmbia tornou-se um paraíso para os veranistas do norte da Europa e dos Estados Unidos, depois que o escritor norte-americano Alex Haley colocou Gâmbia nas manchetes internacionais graças ao livro "Raízes".

Assim, o país se tornou viável economicamente, chegando mesmo a conhecer uma relativa prosperidade, que segundo alguns dados estatísticos, logrou superar até mesmo a do Senegal. A riqueza do amendoim, os lucros do contrabando e as receitas do turismo foram os três pilares da "autonomia" econômica de Gâmbia. Até o mês de agosto de 1981, o país não mostrou qualquer pressa em se ligar ao Senegal, apesar das proclamações em contrário. Os senegaleses, por seu lado, também não fizeram pressões mais fortes para que a confederação se consumasse.

No ano passado, o assassinato de um oficial superior das *Field Forces* (força militar de Gâmbia, composta de 500 homens, 300 dos quais operacionais) deu ao

governo de Banjul um pretexto para acusar a Líbia de tentar um golpe de Estado contra o regime de Dauda Jawara. O episódio proporcionou ao Senegal a primeira desculpa para uma intervenção militar direta no país vizinho. Com o auxílio das *Field Forces*, cerca de 400 pára-quedistas do Senegal entraram em Gâmbia com o pretexto de restabelecer a ordem, regressando a suas bases uma semana depois. O rompimento de relações diplomáticas com a Líbia, uma reformulação ministerial, o enforcamento do responsável pelo assassinato do oficial e a ilegalização do grupo opositorista Movimento pela Justiça na África, acabaram se transformando nas consequências mais evidentes dessa tentativa de golpe de Estado.

Nesta altura dos acontecimentos, o Senegal voltou a insistir na velha tese da formação de um único país, mas o regime de Banjul não deu seguimento à idéia. Apesar das divergências, o Senegal intensificou suas relações econômicas com o Estado vizinho acelerando as obras de aproveitamento do rio Gâmbia e a construção de duas barragens, que contam também com o apoio

financeiro da Guiné-Conacri e da Guiné-Bissau.

A ruptura

Este equilíbrio rompeu-se bruscamente na noite de 29 para 30 de julho passado quando um Conselho Supremo da Revolução, formado por nove civis e três militares, derrubou o presidente Jawara e anunciou que iria implantar um regime socialista, depois de acusar o governo deposto de nepotismo, tribalismo e corrupção. A liderança do movimento rebelde estava nas mãos de Kuli Samba Sanyang, dirigente de um grupo clandestino chamado Partido Socialista Revolucionário de Gâmbia.

Na época da rebelião, Sir Dauda Jawara estava em Londres assistindo as festas do casamento do Príncipe Charles. Tão logo soube da crise em Banjul, o presidente de Gâmbia telefonou para o seu colega do Senegal pedindo que mandasse tropas para sufocar a tentativa de golpe de Estado. Sir Dauda viajou logo em seguida para Dacar, acompanhado de dois agentes do SAS (*Special Air Service*) — a tropa de elite do exército inglês, encarregada de missões suicidas e que desempenha um papel sinistro na repressão à Irlanda do Norte.

Enquanto os soldados senegaleses desembarcavam em Bajul e exterminavam os rebeldes, os dois agentes britânicos libertaram a mulher de Jawara, que estava sequestrada pelos rebeldes, e garantiram a saída de 850 assustados turistas britânicos que haviam se refugiado nos hotéis de luxo de Banjul.

Durante as 200 horas em que o Conselho da Revolução resistiu às tropas invasoras do Senegal, a confusão foi enorme e pouco se sabe até agora sobre o que aconteceu. Depois de tudo acabado, as próprias autoridades gambianas reconheceram que o levante teve um grande apoio popular e consequências profundas na vida

do país. Não há dúvidas de que a rebelião teria sido vitoriosa se não tivesse havido a invasão de tropas estrangeiras. A população dos bairros pobres de Banjul resistiu de armas na mão aos soldados senegaleses, contando com a ajuda de numerosos integrantes das *Field Forces*, elementos da polícia e até adeptos do próprio partido do governo. Houve inclusive a adesão dos chefes religiosos da província senegalesa de Casamance (situada na parte sul do Senegal e quase separada do resto do país), que advertiram os soldados de Dacar para que não atacassem os rebeldes de Gâmbia.

Só depois de oito dias é que o levante pôde ser totalmente liquidado, deixando um saldo de mais de 500 mortos. Na capital, os combates provocaram uma grande destruição material, principalmente nas zonas mais pobres da cidade. Pouco se sabe sobre o destino de Sanyang, que provavelmente foi morto junto com Pintou Georges, outro dirigente do Partido Socialista Revolucionário, e Cora Sali, chefe do Movimento pela Justiça na África. O líder do Partido Convenção Nacional, Sherif Diba, possuidor de uma grande influência junto às populações da etnia *mandinga*, foi preso e não se sabe o seu destino.

Origens econômicas

A rebelião teve, no entanto, origens econômicas mais profundas. A colheita do amendoim caiu de 175 mil toneladas em 1976, para apenas 80 mil toneladas em 1978. Por outro lado, o turismo europeu, atingido pela crise econômica mundial, sofreu uma queda violenta. A soma destes dois fatores criou uma situação de graves dificuldades para a população pobre, enquanto os altos funcionários oficiais aumentavam os seus lucros graças ao contrabando. De nada adiantou pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI), por

que os empréstimos concedidos agravaram os problemas da população devido à enorme alta do custo de vida. Isto sem falar na sucessão de escândalos que, desde o ano passado, vem abalando a aristocracia política e econômica de Gâmbia, e nas violentas manifestações de protesto da população contra a carestia e a injustiça social.

Um diktat

Senegâmbia nasce assim de um *diktat* imposto por uma nação militarmente mais forte, o Senegal, sobre um país cujo poder e soberania política passaram a ser pura ficção depois da invasão de julho. Foi o medo do governo gambiano que criou as condições para o surgimento do novo Estado. Isto foi mais forte do que o desejo compartilhado por dois governos, em condições de igualdade, para unir forças capazes de, num lento processo de integração, ultrapassarem diferenças causadas pela herança colonial tanto na geografia, como na economia e na questão étnica.

Para o Senegal, também atingido por graves problemas econômicos e sociais, causadores de um profundo descontentamento popular contra a corrupção, a existência de um clima hostil em Gâmbia será uma ameaça intolerável. Resta saber se a anexação que se prepara, mesmo condenada por oito dos nove partidos de oposição no Senegal, não irá agravar ainda mais as dificuldades com que se defronta o regime de Abdou Diouf, o herdeiro político de Leopold Senghor. Fica ainda no ar a dúvida se a burguesia gambiana, depois de anexada ao Senegal, não passará a estimular um "micronacionalismo" na tentativa de manter os privilégios do contrabando, que obviamente passará a ser controlado pelos senegaleses. Por estes motivos é que há um clima geral de pessimismo sobre a "Senegâmbia, versão 81". □

A herança de Senghor

O principal líder oposicionista do Senegal mostra como o regime atual imitou Maquiavel para continuar no poder

Micaela Ramada

A invasão da Gâmbia e a sua "unificação" com o Senegal, imposta de cima para baixo, atraíram novamente a atenção internacional sobre a política de Dakar. Senghor rodeou o Senegal de uma auréola social-democrata, definiu-se pelo socialismo e deixou um sucessor formado em sua escola. Não é fácil conciliar esses postulados com a ocupação militar de um país vizinho para esmagar um levante de jovens oficiais nacionalistas com amplo apoio popular.

Mas a cada dia fica mais claro que a denúncia da fachada democrática que esconderia uma espécie de ditadura institucionalizada não eram simples elucubrações de grupos opositores a Senghor. E a partida inesperada do velho líder e poeta senegalês explica-se, assim, como uma medida destinada a evitar um previsível fracasso político.

A oposição senegalesa, submetida durante longos anos a todo tipo de armadilhas legais e eleitorais, mesmo com essas condições adversas, demonstrou seu vigor nas eleições de 1978, quando somente a fraude e a legislação cheia de casuísmos deram a vitória a Senghor. Nessa oportunidade, o líder individualmente mais votado foi Abdulaye Wade,

secretário-geral do Partido Democrático Senegalês (PDS), um intelectual que desenvolveu intenso trabalho junto à população camponesa do país.

Quando Senghor decidiu deixar a Presidência a Abdou Diouf, Wade acusou Senghor de "dar um golpe de Estado constitucional", e comparou a situação à de Marrocos: "Lá, o rei entrega o trono a seu filho, e aqui Senghor entrega a Presidência a seu filho espiritual", afirmou Wade.

Um processo em etapas

Numa longa conversa com **cadernos do terceiro mundo**, Wade analisou a política de seu país desde os primeiros tempos posteriores à independência, ocorrida em 1960. Naquele momento (1960-1965), foi adotada uma Constituição pluripartidária. Porém, em pouco tempo Senghor dissolveu os partidos de oposição. Wade estabeleceu um segundo período na vida institucional de seu país, que iria de 1965 a 1974, período este em que havia um partido único, apesar de que, constitucionalmente, houvesse a possibilidade de existência de vários partidos.

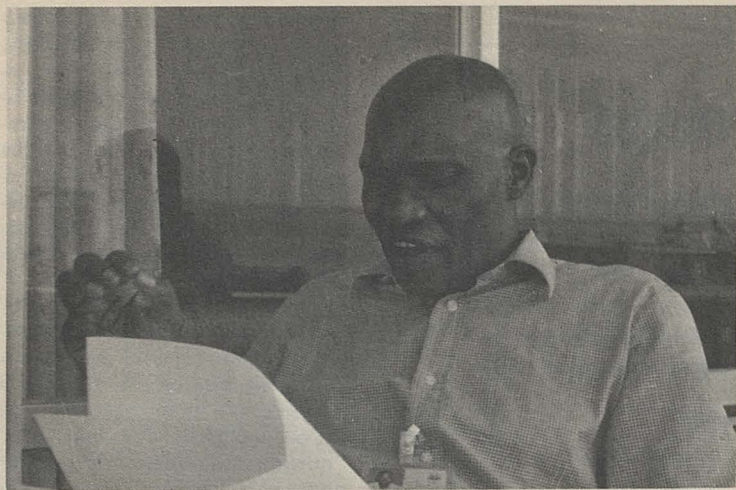
Em 1974, por motivos de ordem interna e externa, Senghor

abre um terceiro período, autorizando a reorganização partidária. "O governo atravessava uma situação difícil, o Senegal havia sido o último país africano a romper relações com Israel e tinha muito má reputação no continente", afirma Wade. "Internamente, com 95% de muçulmanos, a situação tampouco lhe era favorável", acrescenta.

Durante uma viagem a Portugal, Senghor reconhece pela primeira vez que estaria disposto a permitir a reorganização dos partidos, inclusive dos marxistas, "porque não poderiam prosperar num país muçulmano". Nessa época, Wade era membro da Equipe de Especialistas Econômicos da Organização da Unidade Africana (OUA), exercendo suas funções na Somália. Alentado pela promessa de Senghor, que o presidente senegalês reiterou numa reunião da OUA, ele começa a questionar a sua própria ausência do país. Decide então regressar e criar um novo partido. "Senghor considerava-me um grande intelectual, mas não acreditava que eu tivesse a capacidade de ir trabalhar junto aos camponeses", acrescenta Wade.

A primeira decisão de Abdulaye Wade — conhecido em seu país pelo apelido de "Laye Bazin" — foi começar pelo trabalho junto aos camponeses. E estabelece-se no interior do país. Era o ano de 1974. Naquela época, já passados 14 anos da independência, os camponeses continuavam vivendo do cultivo de amendoim, vendendo toda a colheita ao governo através do Gabinete Nacional de Comercialização, criado com a finalidade de "ajudar a implantar o socialismo". "Mas o preço pago pelo amendoim, mantinha-se na situação anterior à de 1960, apesar do aumento sofrido no preço internacional".

"Esta exploração permitiu o desenvolvimento urbano do país, embora os camponeses conti-



Abdulaye Wade (foto acima) foi chamado duas vezes por Senghor (foto à esquerda) para conversações. Porém o ex-presidente não cumpriu o prometido, que era deixar o poder caso perdesse as eleições

nuem vivendo nas mesmas condições que no século XIX”, assinala Wade. “Se, por causa das chuvas, ou de qualquer outro problema climático, os camponeses não podiam devolver ao governo o equivalente em grão daquilo que haviam recebido, eram presos. Começamos a denunciar esta situação pelo rádio e essa medida foi suprimida”.

Outra das reivindicações camponesas que Wade conseguiu arrancar do governo foi cessar o pagamento em vales. Antes os camponeses nunca recebiam dinheiro, e sim vales para as compras. Depois de insistentes denúncias a medida foi suspensa.

Em meio deste trabalho, chegam as eleições de 1978, para a Câmara e para a Presidência. Apesar da evidente popularidade do Partido Democrático Senegalês (PDS), de Wade, Senghor confiava que ganharia as eleições com tranquilidade. Mas, em fun-

ção da avassaladora campanha do PDS, o presidente viu-se obrigado a desenvolver uma campanha presidencial mais ativa. “Pouco antes das eleições, Senghor me chamou para perguntar o que eu pensava. ‘Você está derrotado’, foi a minha resposta. E Senghor comprometeu-se a aceitar os resultados. Se o povo não me quer, saio, foram as palavras de Senghor”, assinala Wade.

Derrota e negociação

As eleições deram, “apesar de todas as fraudes”, 48% de votos para o PDS. Senghor tinha que aceitar uma segunda volta. Wade é novamente chamado pelo presidente para conversações. A proposta de Senghor era dar apenas 25 deputados ao PDS numa Câmara de 100. “Fiz então apelos à Corte Internacional de Justiça e a Kurt Waldheim. Tínhamos apoio popular, mas carecíamos de uma sólida organiza-

ção partidária, porque nosso partido estava começando, com quatro anos de vida”. Wade sentiu que a correlação de forças estava a favor do governo, que poderia utilizar toda sua máquina para fraudar ainda mais uma eventual segunda volta. “Depois de muitas reflexões aceitamos que não houvesse uma segunda volta. Mas o governo, em vez de nos dar 25% dos votos, como havíamos combinado, reconheceu-nos 20% (dos 48% reais), o que depois, pelas leis eleitorais, traduziu-se em 18 deputados”.

Além disso, Senghor podia fraudar os resultados, mas conhecia bem a verdadeira situação. “Convencido de que o movimento popular era irreversível, Senghor compreende que não pode pensar em apresentar-se para outras eleições, e começa a planejar sua saída”.

Mas antes de se retirar, Senghor decide “limpar o terreno”. Assim, para bloquear a evolução do PDS, estabelece por lei que poderão existir somente três correntes políticas: a socialista, a liberal-democrática e a marxista. A lei estabelece também que o partido mais antigo escolherá em primeiro lugar qual das correntes pretende adotar. O partido do governo, chamado União Progressista Senegalesa (UPS), escolhe a corrente socialista e muda seu nome para Partido Socialista.

“Os comunistas escolhem a corrente marxista e assim, quando chega o meu momento de escolher, somente restava a opção liberal-democrática”, afirma Wade. “Alguns setores do partido julgavam que era a hora de se passar a outros métodos de luta. Mas eu os convenci de que tínhamos de aceitar. A lei nos obrigou a modificar o primeiro artigo de nossos estatutos, que definia nosso partido como socialista. Agora tínhamos que dizer que adotávamos a linha liberal-democrática. Se Maquiavel não houvesse existido, seria Senghor”, exclamou Wade.



“Temos a maioria do Senegal do nosso lado”, afirma Wade, secretário-geral do Partido Democrático Senegalês

Na “democracia” senegalesa, o artigo L-144 da lei eleitoral estabelece que o Presidente da Mesa de Votos é o único que poderá exercer o controle da votação. Como a polícia é reduzida, uns 50 militares saem de seus quartéis no dia das eleições e ajudam os policiais. Estão todos à disposição do presidente da mesa, que admite observadores da oposição. “Mas quem protesta, vai preso”, assinala o Presidente do PDS.

“Outro artigo constitucional, modelado segundo as necessidades do regime, estabelece que, em caso de renúncia do Presidente, o Primeiro-Ministro assuma até completar o mandato. Quando Senghor renunciou, o poder passou automaticamente a seu Primeiro-Ministro, Abdou Diouf, até fevereiro de 1983, quando ha-

verá novas eleições”, diz Wade, que qualifica o presidente atual como “um novo Maquiavel”.

Segundo Wade, a pressão do partido do governo e a pressão popular juntaram-se ao interesse da França, que apoiou a partida de Senghor. “Giscard d’Estaing ajudou a apressar a renúncia”, afirma.

Atualmente uma nova lei sobre organizações partidárias permitiu ao PDS voltar à sua verdadeira corrente ideológica. Com a reorganização, já surgiram 11 partidos políticos. Entre eles foi autorizado a se registrar legalmente o Agrupamento Nacional Democrático, de Cheikh Anta Diop, que não tinha existência legal.

“Os jovens radicais não estavam conosco”, afirma Wade. “Apoiavam Diop por suas posi-

ções extremistas. Diziam que no dia em que seu grupo fosse reconhecido, nosso partido acabaria. Quando deu suas primeiras declarações públicas, ao sair da ilegalidade, o fiasco foi total. Diop afirmou que a crise energética seria superada com a substituição do petróleo por hidrogênio e que devia-se desenvolver as línguas nativas. Essa foi toda sua mensagem à nação”. Wade assinala que o Agrupamento Nacional Democrático atravessa hoje uma crise, agravada pelo apoio de Diop à invasão senegalesa da Gâmbia. Para Wade, uma vez terminado o mito de Diop, que atraía parte da juventude, ninguém duvida no Senegal de que o Partido Democrático Senegalês é o mais importante do país. “Temos a maioria do Senegal do nosso lado”, afirma.

A situação atual

Na opinião do presidente do Partido Democrático, há atualmente três pólos políticos no Senegal: o Partido Socialista, de Abdou Diouf, o PDS e as correntes marxistas. Os marxistas estão trabalhando com o PDS.

“Reivindicamos eleições verdadeiras. Agora ou em 1983, mas com uma nova legislação eleitoral”, afirma Wade.

A plataforma do PDS tem cinco pontos centrais: 1) estabelecimento da democracia; 2) alcançar a verdadeira independência nacional; 3) exploração dos recursos naturais por capitais nacionais (80% da indústria senegalesa está em mãos de capitais estrangeiros); 4) prioridade para a unidade africana; 5) apoio incondicional a todos os movimentos de libertação.

O Partido Democrático Senegalês foi, depois da Frente de Libertação da Argélia, o segundo grupo político que reconheceu a Frente Polisario, coerente com esse último postulado.

Para Wade, a situação do Senegal é crítica: “O país está endividado até o pescoço”, assinala. “O Parlamento pede 20 anos para pagar a dívida, mas isso equivale a uma moratória. De uma produção de um milhão de toneladas de amendoim passamos a duzentas mil toneladas. As empresas estão fechando suas portas e aumenta a cada dia o desemprego”.

Em relação ao Exército, o dirigente do Partido Democrático Senegalês calcula que, ainda que os militares não estejam politizados, não é provável que haja um golpe de Estado. “Não há tradição de golpe no Senegal”, disse. “O Exército respeitará o resultado eleitoral se nós ganharmos. Temos muitos simpatizantes na Gendarmeria”.

Quando Wade acusou Senghor de dar um “golpe constitucional” ao entregar o poder a Diouf, o governo acusou-o de “fomentar um golpe de Estado”. Diouf apressou-se em dizer que não se deveria misturar os milita-

res na política porque poderia aparecer “um tenente Rawlings”. Diouf referia-se à situação de Gana, onde o tenente Rawlings deu um golpe de Estado, derrotou o regime corrupto do general Akuffo, fuzilou todos os implicados em casos de corrupção, e convocou eleições livres.

Consultado sobre a intervenção do Senegal na Gâmbia e sobre a anexação daquele país, Abdulaye Wade respondeu que, desde 1977, quando houve eleições fraudulentas, a população da Gâmbia está frustrada, especialmente os jovens. Reconhece que os oficiais rebeldes cometeram erros (o mais grave para Wade, foi afirmarem que implantariam a ditadura do proletariado). Mas afirma que, apesar de tudo, o golpe teve apoio popular. Condena a intervenção do Senegal e avalia que, se a união dos países é um sentimento majoritário na população senegalesa e gambiana, isto não pode ser imposto de cima para baixo, sem uma consulta popular sobre as formas da unificação. □

DETENÇÃO DE MILITANTES DO PDS

□ Nos últimos dias de setembro o governo do Senegal desencadeou uma campanha de detenção de militantes do Partido Democrático Senegalês que, segundo opinião dos observadores, — reproduzidas no “Jornal de Angola” — estaria implicitamente ligada à condenação proferida pelo PDS quando da intervenção das tropas senegalesas na Gâmbia.

“O PDS foi a única organização da oposição que condenou o envolvimento direto do exército senegalês num país onde a independência nacional não estava em causa, nem seu povo ameaçado por qualquer força externa. O PDS está a ser vítima de uma caça ao homem”, afirma o jornal. As fontes mencionadas pela publicação acreditam que a campanha visa os mais influentes membros do Partido, em particular o seu secretário-geral, Abdulaye Wade.

A acusação do governo é de “prática subversiva”, tentando fazer crer que o PDS tenta se apoderar do poder pela força. Contra essa acusação o próprio secretário-geral Abdulaye Wade afirmou que o seu partido “sempre previu a conquista do poder no Senegal pela via democrática”.



A oposição impõe condições

O vice-presidente do maior partido de oposição, a Liga Awami, garante que a anistia e o fim do estado de emergência permitem a normalização política do país

Mohamed Salem

Depois do assassinato do presidente Ziaur Rahman, a fórmula encontrada para colocar o país nas vias legais e evitar levantes ou novas tentativas de golpe, foi nomear Abdus Sattar para a Presidência, um magistrado de 75 anos, e convocar eleições num prazo de seis meses. O prazo está vencendo e as eleições foram marcadas para novembro. Se as promessas do regime forem cumpridas, Bangladesh poderá entrar num período de governo civil com livre funcionamento dos partidos políticos. Caso as promessas de redemocratização não sejam respeitadas, é incerto o futuro deste país que figura entre os mais pobres do planeta.

Mesmo não sendo as eleições em si mesmas a solução de fundo para a crise institucional e estrutural de Bangladesh, um pleito eleitoral, com garantias democráticas, poderá propiciar uma discussão proveitosa sobre as soluções dos problemas mais angustiantes.

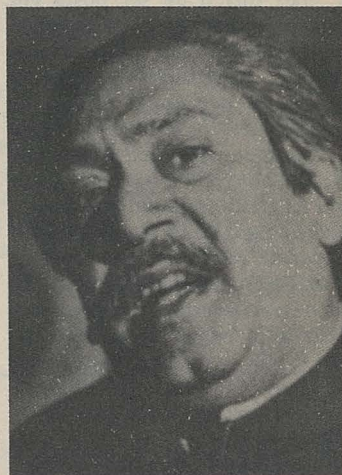
Para ser realmente democrático o pleito eleitoral em Bangladesh, ele deve contar com liberdade de expressão para todos os partidos, e dentre eles para a Liga Awami. Fundada pelo "pai da

Pátria", Mujibur Rahman, que proclamou a República Popular de Bangladesh (Bengala Livre), a Liga Awami é o principal agrupamento político do país. Seu presidente de honra é atualmente Hasina Wased, filha de Mujibur Rahman e única sobrevivente do massacre desencadeado contra sua família pelos militares que deram o golpe de Estado em 1975, pondo fim à experiência populista do governo da Liga Awami.

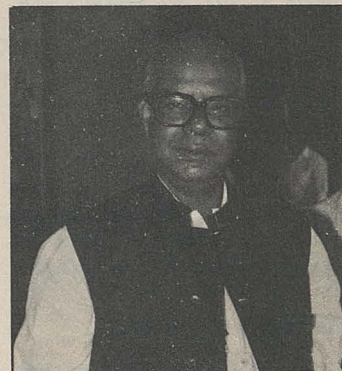
Ela esteve exilada na Índia desde a morte de seu pai, mãe e irmãos, e aceitou voltar a Bangladesh no princípio de 1981, quando o presidente Ziaur Rahman parecia querer encaminhar o país à redemocratização.

Até o regresso de Hasina Wased, a presidência da Liga Awami (1977 — fevereiro de 1981) foi exercida por Abdul Malek Ukil, hoje vice-presidente, um militante e combatente da luta pela independência, que foi Ministro da Saúde Pública (1972), Ministro do Interior (1973-74) e presidente do Parlamento (1974-75) durante o governo do presidente Mujibur Rahman.

Entrevistado pelos cadernos do terceiro mundo, Abdul Malek



Mujibur Rahman



Abdul Malek Ukil

Ukil afirmou que a meta principal da Liga Awami é, atualmente, a suspensão da lei de emergência, a libertação dos presos políticos e a possibilidade de apelação diante da Suprema Corte de Justiça para aqueles que foram condenados durante a vigência da lei marcial. Quanto às eleições, para Abdul Malek, seu agrupamento político aceita o pleito eleitoral com a condição de que todos os candidatos tenham iguais possibilidades e que seja atualizada a lista de votantes; durante os anos de regime militar muitos jovens alcançaram a maioria. Nas últimas eleições havia 40 milhões de votantes inscritos (a população total do país é de 81 milhões).

De todas essas reivindicações, a mais difícil de ser posta em prática talvez seja a de igualdade de condições para todos os candidatos. Bangladesh tem somente 7% de população urbana. A maior parte dos habitantes (85%) é de camponeses, que estão espalhados por todo o país numas 68 mil aldeias. Os candidatos do oficialismo gozam de todas as facilidades de acesso aos meios de comunicação, particularmente o rádio e a televisão — importantes pelo alto índice de analfabetismo (75%) — e ainda dispõem de pequenos aviões e helicópteros para se locomoverem pelo interior do país.

Realista e experiente, Malek não aspira sequer a gozar do privilégio do uso dos aviões e helicópteros. “Mas exigimos no mínimo igualdade no uso do rádio, da televisão e dos quatro jornais do país, todos em mãos do governo. Sem esse requisito negamo-nos a participar das eleições, e com isso se desvirtuaria completamente o projeto do governo, que é mudar a cara de um regime desgastado”, afirma Malek.

Tirar lições do passado

A Liga Awami defende o parlamentarismo para Bangladesh.

Em sua interpretação, a instabilidade política do país — que já lhe custou a vida de dois presidentes — deriva da concentração de poderes. O Presidente é simultaneamente Chefe de Estado, Chefe de Governo e presidente de um partido.

“Temos que tirar lições do passado. Já pagamos um alto preço pela concentração do poder. Temos que transferir poderes para o Parlamento. Precisamos de um Legislativo com capacidade de julgar politicamente o Presidente (com capacidade de *impeachment*) e que ainda possa nomear os ministros. A supremacia do Parlamento é a supremacia do povo. O Poder Judiciário também tem que ser independente, e não subserviente, como até agora, ao Executivo. As penas de morte, por exemplo, teriam que ir à Suprema Corte de Justiça para serem ou não ratificadas.”

A Liga Awami é um partido basicamente nacionalista, e durante seu governo o socialismo era uma meta estabelecida na Constituição. Possui boas relações com o mundo socialista, identifica-se com o Movimento Não-Alinhado e, internamente, estabeleceu uma aliança com o Partido Comunista (na clandestinidade) e com pequenos grupos marxistas. Durante os anos do seu governo foram nacionalizados os bancos e as grandes indústrias.

Perguntado sobre uma eventual aliança eleitoral da oposição para concorrer com candidatos únicos ao pleito eleitoral, Malek afirmou que o trabalho em conjunto tem caminhado muito bem nos últimos três anos, e que há possibilidades de se chegar a uma posição de unidade em relação aos candidatos. Os grupos de direita e alguns agrupamentos marxistas não fazem parte da aliança.

Para o vice-presidente da Liga Awami, uma das características

mais destacadas do seu partido é a obrigatoriedade do trabalho de massas para todo militante. “Os membros do partido devem desenvolver um trabalho de massas, seja qual for sua responsabilidade interna e o tempo que possam lhe dedicar.”

A Liga Awami tem uma ala de camponeses e outras de muçulmanes, juventude e estudantes, e tem representantes legais nos sindicatos. As principais definições do partido são: 1) secularismo (muito importante num país onde o peso da religião muçulmana imprime características próprias à vida política; 2) nacionalismo; 3) socialismo; 4) democracia (“Mas democracia popular, não a democracia dos exploradores”, afirma Malek).

O exército e as eleições

Consultado sobre a reação do Exército às exigências eleitorais da Liga Awami e diante da eventualidade de uma vitória da oposição, afirmou Abdul Malek: “Na minha opinião pessoal, não haveria razão para que os militares convocassem eleições e depois não respeitassem os resultados. Já temos dois presidentes assassinados. Eles respeitarão o mandato popular, isto é, adotarão uma atitude neutra. Creio que sentem necessidade de voltar às suas funções normais, à defesa da soberania nacional. Sabem que a estabilidade política é necessária para a ajuda externa. Setenta por cento do programa de desenvolvimento de nosso país (plano quinquenal) depende da ajuda externa. Somente 30% é de capital nacional.”

Por outro lado, a situação do país é explosiva. O custo de vida aumentou 400% nos últimos anos (1975-80). Segundo dados do Banco Mundial, o Produto Nacional Bruto (per capita) não aumentou nos últimos anos. Os camponeses sem terra e sem casa passaram de 40% em 1975 para

60% em 1980. "No campo da educação as cifras também são alarmantes: permanece estático o número de alunos, o que na verdade significa um retrocesso, visto o aumento populacional. O desemprego está aumentando."

"Nós estabelecemos no nosso programa — disse Malek — a educação primária gratuita e obrigatória (atualmente não é obrigatória) e a reforma agrária: toda terra deverá ser cultivada, por indivíduos ou por cooperativas. As terras improdutivas serão expor-

priadas para serem postas a produzir. Os cultivos serão orientados através de subsídios. Daremos subsídios máximos para fertilizantes, sementes, irrigação e maquinarias".

Sobre a política regional e as relações com os Estados vizinhos, o dirigente bengalês afirmou que seu partido tem boas relações com a Índia. "Não podemos ter más relações com um vizinho tão poderoso, mas estas baseiam-se no respeito mútuo. A Índia alimentou e deu proteção a 10 mi-

lhões de bengaleses que tiveram que se refugiar no seu território durante a guerra de libertação, tendo criado um imposto especial para poder enfrentar a situação. E esse é um dado que não podemos esquecer."

Sobre outro grande Estado da região, a China, afirmou Malek: "Atualmente é muito difícil separar a política chinesa da norte-americana. Está muito clara a posição chinesa no Campuchea, Vietnã e Paquistão, fazendo o jogo dos Estados Unidos". □

Assine

BARRICADA
INTERNACIONAL



| | |
|-----------------------|------------|
| Assinatura semestral: | |
| América Central | US\$ 4.80 |
| EUA, América do Sul, | |
| Caribe e México | US\$ 6.00 |
| Nicarágua | C\$ 36.00 |
| Europa e Canadá | US\$ 9.60 |
| Outros países | US\$ 12.00 |

Órgão de difusão para o exterior da Frente Sandinista de Libertação Nacional — FSLN

Nome: _____
 Endereço: _____ CEP: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____
 Estado: _____ País: _____

Vale Postal

Cheque nº _____ em nome do Diário Barricada

Endereço: **BARRICADA Internacional**
Apdo. No. 576 Manágua
Nicarágua
Telex: 1705 BARR Telf: 748-85

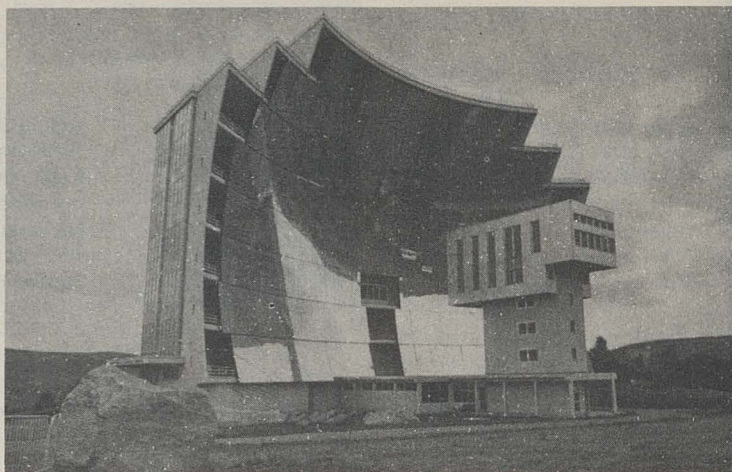
A energia, eixo do conflito Norte-Sul

Os países do Terceiro Mundo descobrem que existe tecnologia barata para resolver a crise de energia. Só que ela está nas mãos das empresas transnacionais e custa mais caro que o petróleo

Após a celebração da Primeira Conferência Mundial sobre Energia, realizada pelas Nações Unidas, surgiram interpretações contraditórias sobre os resultados da reunião. Para alguns representantes do Terceiro Mundo, como o presidente do Grupo dos 77, a Conferência foi um êxito porque resultou na aprovação de "um documento histórico". Para outros, no entanto, ela foi um fracasso categórico, já que os Estados Unidos conseguiram impor a sua vontade nos assuntos que lhes interessavam, sem ter empenhado sua participação financeira nos projetos aprovados.

Como sempre acontece, a Conferência teve, na realidade, tanto aspectos positivos como negativos. Mas as omissões verificadas acabaram deixando uma margem muito escassa de otimismo. Senão vejamos:

— Em primeiro lugar, a Conferência não chegou a discutir a questão energética de uma forma global. Como não há acordo entre os países industrializados e os membros da Opep sobre o petróleo e a cooperação com o Terceiro Mundo, as Nações Unidas não estão em condições para convocar uma conferência capaz de discutir sobre todos os aspectos



Os países pobres têm muito sol, mas falta dinheiro para aproveitá-lo

da questão energética, incluindo o petróleo. Por esta razão, optou-se por um debate parcial, realizado durante a "Conferência sobre as fontes de energia novas e renováveis", em agosto, em Nairóbi. Parcial, porque estas fontes renováveis representam no momento apenas 15% da energia consumida no mundo inteiro.

— Em segundo lugar, os Estados Unidos e os países que o acompanham impediram que fosse aprovada a criação de uma filial do Banco Mundial dedicada

especificamente à energia. É evidente que, sem um organismo especializado e de caráter multilateral, não é possível financiar os projetos que a Conferência Mundial de Energia aprovou.

Como resultado destas posições antagônicas, chegou-se a uma solução de compromisso: foi criado um comitê intergovernamental que se reunirá uma única vez em 1982 e que deverá apresentar um relatório ao Secretário-Geral da ONU. Não haverá portanto um organismo, mas sim uma nova instância para a con-

cretização dos resultados da reunião de Nairóbi.

O documento aprovado consiste num "Programa de Ação" que, tomando como base as novas fontes alternativas, enumera as fórmulas que deveriam ser postas em prática nas nações subdesenvolvidas para que elas passassem a depender menos dos suprimentos de petróleo. Trata-se de uma transição para a era do pós-petróleo. O fato de que a comunidade mundial tenha conseguido este tipo de consenso é evidentemente algo de grande importância.

Mas como não tem havido nenhum empenho concreto para o financiamento deste programa de transição, surgem dúvidas se as metas estabelecidas poderão ser atingidas. Afirmou-se no texto que serão necessários 54 bilhões de dólares para o desenvolvimento de fontes alternativas no Terceiro Mundo, até o fim do século. Mas não sabemos quando e quem dará as contribuições necessárias. Houve países que anunciaram contribuições adicionais neste sentido, mas a ausência de compromissos de outros países, especialmente dos Estados Unidos, deixa por enquanto o futuro deste ambicioso programa na base apenas das intenções.

Os esforços para que sejam conseguidas fontes alternativas ao petróleo já vêm sendo feitos há alguns anos, mas foram intensificados depois que os combustíveis à base de hidrocarbonetos começaram a aumentar de preço desde 1972. O encarecimento do petróleo fez com que as pesquisas sobre produtos substitutos passassem a ser rentáveis.

Os países industrializados e as empresas petrolíferas transnacionais lançaram-se então numa corrida para se apossarem dos substitutos do petróleo. Os governos adotaram medidas para economizar as suas reservas, enquanto realizavam grandes investimentos no carvão e na energia nuclear.

Segundo os programas elaborados pelos governos membros da Agência Internacional de Energia (AIE) — integrada por países industrializados capitalistas e contrários à Opep — a produção de carvão deverá ser triplicada e a de energia nuclear deverá ser quintuplicada até o final deste século.

Quanto às maiores empresas petrolíferas transnacionais, seus lucros se multiplicaram desde 1972, como consequência dos sucessivos aumentos dos combustíveis. Estas transnacionais são, de longe, o setor de negócios que maiores lucros apresentou nos últimos oito anos. Em 1979 elas conseguiram seu melhor índice de vendas e lucros. Em 80 este índice foi ainda melhorado, com uma média de 25% a mais nos lucros.

Uma parte desses excedentes multimilionários foi investida na compra de reservas carboníferas e no desenvolvimento das fontes alternativas mais rentáveis. No caso da energia solar, as companhias petrolíferas já controlam nos Estados Unidos mais de 80% da produção de células fotovoltaicas, o meio mais vantajoso de transformar luz solar em energia. Ao mesmo tempo, absorvem quase a totalidade das verbas (em 79, foram 500 milhões de dólares) que o Estado norte-americano dedica à pesquisa e à tecnologia.

Esta enorme disponibilidade financeira está fazendo com que um pequeno grupo de empresas meramente petrolíferas esteja se transformando em grandes transnacionais da energia. Este fenômeno reveste-se da maior importância. Durante todo este século, essas empresas petrolíferas mantiveram o Terceiro Mundo e o próprio Ocidente numa situação de dependência quase total em relação ao petróleo. Agora, ao aproximar-se o século XXI, elas possivelmente se tornarão ainda mais fortes, controlando as prin-

cipais e mais lucrativas atividades energéticas, ampliando o domínio das transnacionais sobre os países subdesenvolvidos.

O Terceiro Mundo, que não possui petróleo, consome hoje uma energia muito cara e numa quantidade muito inferior às suas reais necessidades. Um habitante do Primeiro Mundo consome em média dez vezes mais energia do que um do Terceiro Mundo. A Índia deve usar um terço do valor de todas as suas exportações só para pagar o petróleo que importa. No caso do Brasil e da Turquia este total sobe para 40 e 60%, respectivamente.

Um dos indicadores mais claros dessa grave situação foi ilustrado da seguinte maneira pelas organizações não governamentais em Nairóbi: hoje, necessita-se de 250% a mais de juta, 180% a mais de açúcar e 101% a mais de cobre que em 1975, para comprar um barril de petróleo.

O que foi dito anteriormente, junto com a curva ascendente das reservas petrolíferas, exige que os países do Terceiro Mundo passem a buscar seus suprimentos em outras fontes além do petróleo, sob pena de ficarem sem energia num futuro muito próximo.

Esta ameaça já começa a aparecer em alguns países mais atrasados. Se levarmos em conta que quase a metade da população mundial usa a lenha como fonte de energia básica para a cozinha e aquecimento doméstico e que 4/5 dos habitantes dos países pobres dependem totalmente da lenha e do carvão, pode-se verificar facilmente a importância enorme que a madeira adquire na economia destas nações.

E parece uma cruel ironia que neste mundo de constantes avanços tecnológicos, com recursos crescentes para ampliar o reflorestamento, a desertificação não pare de crescer. Os especialistas afirmam que no ritmo



Quatro quintos da população do Terceiro Mundo depende da lenha para sobreviver

atual um terço das florestas estará destruído em 20 anos, e que o total de pessoas que não tem lenha para cozinhar e se aquecer, passará de 90 milhões para 140 milhões no final do século.

Se encaramos esse assunto a nível global, teremos uma pirâmide em cujo vértice se encontram os países capitalistas industrializados desperdiçando uma energia que representa 75% das reservas mundiais, além de se apropriarem dos substitutos do petróleo e monopolizarem os recursos financeiros disponíveis. Na base da pirâmide encontra-se o Terceiro Mundo, com dificuldades crescentes para ter até mesmo acesso a fontes primárias de energia como a lenha, impos-

sibilitado de pagar os altos preços do petróleo e tendo pela frente um futuro totalmente incerto.

Este quadro dramático não é, como frequentemente se pretende fazer crer, uma fatalidade da natureza. Ele é o resultado direto da exploração capitalista e do intercâmbio desigual entre o Ocidente e o Terceiro Mundo. A verdade é que a Terra conta com recursos abundantes e bastaria distribuí-los com equidade para que os problemas de carência fossem resolvidos. Mas para que esta afirmação não seja taxada de lírica, vejamos outros dados.

O Terceiro Mundo utiliza menos de dez por cento de seu potencial hidrelétrico, que é uma

fonte renovável. Outro exemplo: o Terceiro Mundo é a zona mais rica do planeta em potencial de energia solar, uma energia que em vez de ser usada para o progresso está servindo para a desertificação. O sol é outra fonte não esgotável.

O assunto é, portanto, basicamente financeiro. Os países do Terceiro Mundo não têm à sua disposição os recursos financeiros necessários para investir na construção de represas e no reflorestamento, para não falar de reatores nucleares e painéis solares. Por essa razão, a responsabilidade recai sobre os governos que dispõem de excedentes financeiros, mas que se recusam a colocá-los nos programas e proje-

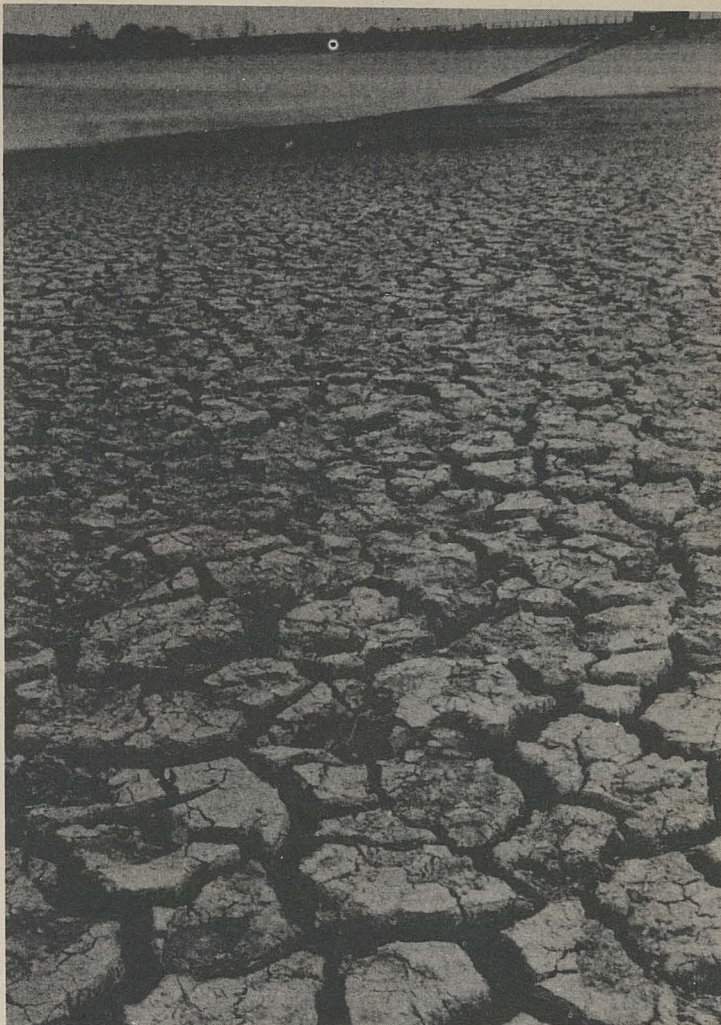
tos nacionais e internacionais destinados a superar o subdesenvolvimento.

São responsáveis com nome e sobrenome. Uns são os governos membros da Opep, com grandes excedentes de petróleo, que, salvo raras exceções, negam suas contribuições à luta contra a pobreza. E não serve a desculpa de que não há um acordo na comunidade internacional entre eles e os países ricos. Se a cooperação multilateral é preferível à bilateral, quando a primeira não é possível, a vontade solidária real torna facilmente possível a utilização da segunda.

E é fácil comprovar que nem uma nem outra estão à altura das necessidades atuais do Terceiro Mundo. Maior ainda é a responsabilidade dos governos de países industrializados, exceto a minoria de nações que cumpre com os percentuais de ajuda estabelecidos pela ONU e que se mostra disposta a contribuições adicionais, como aconteceu durante a conferência de Nairóbi. A responsabilidade é maior não só porque são países ricos, mas também porque são os que têm a tecnologia e os especialistas apropriados.

Mas há ainda um agravante na postura dos Estados Unidos. Assim como no geral, o governo do presidente Reagan favorece a expansão das empresas transnacionais em detrimento da cooperação multilateral, e no caso crítico da energia ele pretende reforçar o papel destas mesmas empresas. Trata-se de um despropósito, porque se de um lado existe a tecnologia barata ao alcance dos países pobres, de outro, esta tecnologia não é produzida pelas transnacionais simplesmente porque não dá lucros elevados. Por isto, somente à margem dessas empresas é que se poderia encontrar a solução para programas energéticos cruciais para o Terceiro Mundo.

E além disso, o reforço das empresas traria consigo uma



Um terço das florestas se transformará em desertos

maior concentração financeira, aumento de dependência e trocas desiguais. Justamente aquilo que o governo Reagan está procurando, com o objetivo de que sejam garantidos os instrumentos de exploração e de dependência impostos aos países subdesenvolvidos.

Esse condicionamento foi um dos elementos que pesou na concessão de fundos ao programa de ação de Nairóbi. Nos problemas do mundo moderno, e em particular na dramática questão da energia, esse pequeno grupo de empresas transnacionais empe-

nha-se na manutenção do status quo para maximizar seus ganhos financeiros e obstruir soluções que não passem pelos seus próprios canais.

O presidente Reagan, partidário de um armamentismo que lhe garanta uma superioridade esmagadora sobre o campo socialista no plano militar, erigiu-se num implacável defensor dos interesses transnacionais, dentro do seu projeto global de recuperar a hegemonia mundial para os Estados Unidos. Trata-se da insensatez mais perigosa desde o pós-guerra. *Pablo Piacentini* □

Ricos negam ajuda e pobres ficam ainda mais miseráveis

Os países mais pobres do mundo pediram que os ricos dediquem 10% do que gastam em armas para salvar 800 milhões de pessoas da fome. Resposta: um não irritado

Agustín Castaño

Os trinta e um países mais pobres do mundo devem continuar tão miseráveis quanto se encontram no momento. Esta é a opinião unânime dos especialistas mundiais em desenvolvimento econômico, depois do fracasso da Conferência sobre os Países Menos Desenvolvidos (PMD), realizada em setembro em Paris.

O pessimismo generalizado é uma consequência da negativa dos principais países industrializados, como Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão e Alemanha Federal em se comprometerem com as propostas feitas pela Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico (Unctad). Esta Conferência sugeriu que os países ricos destinassem, de agora até 1985, 0,15% do seu Produto Nacional Bruto (PNB) para a ajuda pública ao desenvolvimento dos PMD, elevando esta contribuição para 20% até 1990.

Em termos quantitativos, a ajuda pública para o desenvolvimento dos PMD deveria passar dos três bilhões de dólares fixados em 1977 — e que hoje já de-

veriam ser seis bilhões se for levada em conta a inflação mundial — para um total de 14 bilhões de dólares em 1990. Além disso, a Unctad sugeriu na Conferência em Paris que 30% da ajuda global aos países do Terceiro Mundo fosse destinada aos Menos Desenvolvidos até o final do século.

A denominação Menos Desenvolvidos é um eufemismo clássico da ONU para classificar os países mais miseráveis do mundo, onde está concentrada uma população de aproximadamente 270 milhões de pessoas. Estas nações têm as seguintes características em comum: renda média per capita inferior a 200 dólares anuais; mais de 80% de analfabetos; esperança média de vida no máximo de 45 anos; população rural superior a 80%; as exportações só conseguem pagar metade das importações; nível de industrialização inferior a 10% e consumo per capita de energia equivalente a 1/130 do consumo de um habitante de país industrializado.

Estes dados refletem o quadro sub-humano em que vivem aproximadamente 800 milhões

de seres humanos, ou quase 20% da população do globo terrestre, onde uma percentagem ínfima tem acesso aos programas de saúde pública. Entre estes países encontram-se: na África — Benin, Botsuana, Guiné-Bissau, Alto Volta, Lesoto, Cabo Verde, República Centro-Africana, Comores, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Malawi, Mali, Nigéria, Uganda, Tanzânia, Ruanda, Somália, Sudão, Chade, Suazilândia, Madagascar e Níger; na Ásia — Afeganistão, Bangladesh, Butão, Laos, Maldivas, Nepal, Samoa Ocidental, República Popular Democrática do Iêmen e República Árabe do Iêmen; na América Latina — Haiti, El Salvador, Suriname, Guiana Francesa, entre outros.

No seio das Nações Unidas, foi adotada como meta de ajuda pública global dos países industrializados para as nações do Terceiro Mundo, a de ceder o equivalente ao 0,70% dos seus PNBs. Só os países escandinavos e a Holanda têm respeitado esse compromisso.

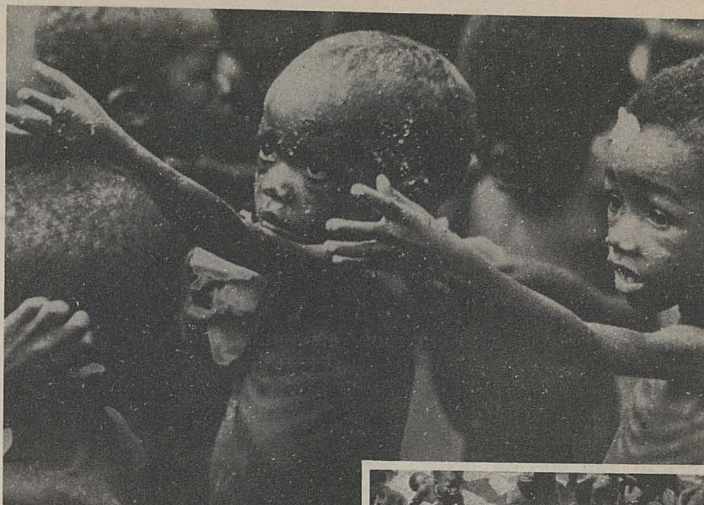
Dentro da ajuda global, as porcentagens desses países para os PMD são de: Noruega — 0,30% —, Suécia — 0,29% —, Holanda — 0,24% — e Dinamarca — 0,23%. Todos estes países estão acima da meta fixada na reunião — 0,15% — para os Menos Desenvolvidos (PMD), ao contrário dos restantes: Grã-Bretanha (0,14%), Alemanha Federal (0,11%), Japão (0,06%). Os Estados Unidos só contribuem com 0,02% e a França que antes dava 0,08% se comprometeu agora, durante o novo governo Mitterrand, a dar 0,15% do seu PNB para ajuda aos PMD. Os países da Opep contribuem com uma ajuda três vezes maior do que a dos países industrializados, com uma percentagem de aproximadamente 0,18%. Além disso, o fundo da Opep assumiu o custo total da contribuição dos PMD ao Fundo Comum para produtos de base, que funciona nos quadros da Unctad.

Ainda na reunião de Paris foi pedida a extensão das preferências comerciais e outras facilidades aos PMD por parte das nações mais avançadas. Mas nem neste ponto e nem na exigência de que este grupo de nações fosse incluído no sistema de garantia de preços mínimos vigente na Comunidade Econômica Européia, foram atendidos na sua totalidade.

Após longas e difíceis negociações, os países industrializados recusaram a meta de chegar a 14 bilhões de dólares de ajuda em 1990, da mesma forma que foi rejeitada a quota de 30% de toda a ajuda dada ao Terceiro Mundo a ser destinada aos PMD. Apenas as nações escandinavas concordaram em linhas gerais com a proposta da Unctad apresentada em Paris. É importante notar que os totais de ajuda pedidos durante a reunião dos Menos Desenvolvidos não garantem a eliminação real das desigualdades econômicas. A inflação mundial retira grande parte do poder aquisitivo que os receptadores da ajuda poderiam usar para romper o círculo vicioso de miséria em que se encontram.

Em vez de decisões obrigatórias, a Conferência de Paris aprovou apenas recomendações que deixam aos doadores a possibilidade de escolher as formas de ajuda que preferirem. Podem chegar até os 0,15% dos seus respectivos PNBs ou duplicar, nos "próximos anos", a quantia que atualmente dedicam aos países menos desenvolvidos. O fato destas resoluções terem sido muito vagas deixa uma série de dúvidas sobre as esperanças reais desses países. A isto se soma o fato de que os Estados Unidos — a nação mais rica do mundo — não assumiram qualquer compromisso mais definido com a ajuda.

Os países socialistas industrializados dedicam 0,003% do seus PNBs para ajuda aos PMD. Porém a União Soviética e seus aliados alegam com alguma razão



Só 10% dos gastos em armamento (...)

que não são responsáveis pela situação de miséria em que se encontram as nações menos desenvolvidas, porque não são causadores da dependência colonial, nem da exploração dos recursos econômicos destas nações. O grosso da ajuda do bloco socialista se destina a países socialistas subdesenvolvidos como Afeganistão, Laos e República Democrática do Iêmen, por exemplo.

Herança colonial

Para se ter uma idéia da insuficiência dos resultados alcançados na reunião de Paris, basta mencionar o fato de que a maior parte dos PMD sobrevive na base da exportação de produtos agrários e minerais, cujas cotações vêm caindo continuamente nos mercados internacionais. Esta é considerada pela maior parte dos especialistas como a razão principal para o retrocesso econômico que o grupo dos PMD experimentou nas últimas décadas (ver quadro). Nos últimos três anos, a queda do valor real das exportações tornou-se particularmente crítica diante do contínuo aumento das cotações dos produtos importados. Calcula-se que cada habitante dos PMD consome por ano 53 quilos de carvão,



acabariam com a fome

enquanto nos países industrializados este número sobe para 6.329 quilos, usados na produção de energia. Pelo que foi dito, percebe-se que o consumo de combustíveis nos PMD é baixíssimo. Mesmo assim, esses combustíveis representam cerca de 75% das importações.

Estas nações não têm nenhum futuro econômico à vista, se não receberem no mínimo uma remuneração justa pelo que exportam. É o que elas pediram em Paris foi apenas a soma de 63 bilhões de dólares no quinquênio 1981-1985 para resolver problemas urgentes como fome em massa, epidemias e desemprego. Esta soma equivale a 10% do que o mundo gasta hoje em armamentos por ano. Mas o que se verifica é que a ajuda aos países pobres diminui enquanto as verbas para a corrida armamentista se multiplicam.

Os PMD não têm culpa da situação em que se encontram. Todos eles sofrem as consequências diretas do colonialismo e do neocolonialismo, que implantaram a monocultura orientada para a exportação e liquidaram a estrutura tradicional de auto-suficiência alimentar. O caso mais típico pode ser visto na África, onde antes da era colonial não havia problema de fome e desnutrição. Depois que o sistema de monocultivo foi imposto ao continente, visando a exportação, surgiu o fenômeno da mortandade em massa. E tal situação dificilmente poderá ser agora resolvida com os recursos próprios de cada nação. Os estragos foram tão profundos que não há possibilidade de recuperação imediata.

Os países desenvolvidos se comprometeram a melhorar as preferências comerciais generalizadas para os produtos exportados pelos PMD, mas não há previsão concreta. O projeto, por exemplo, de estender até eles as garantias do sistema de estabilização de preços vigente na CEE deve ser discutido em 1983 por um grupo de estudo. Os europeus vêm com bons olhos esta possibilidade, que deverá beneficiar especialmente países como Bangladesh, que exporta juta.

Mas o que mais choca é que os países que implantaram a exploração colonial e que deveriam se sentir obrigados a conceder uma compensação justa a nações em vias de colapso, acham que, ao contrário, não devem ser pressionados e nem serem forçados a qualquer compromisso. O caso típico desta conduta pode ser julgado pelos Estados Unidos, a nação mais rica do mundo, a que mais gasta em armamentos e que ao mesmo tempo é a que menos ajuda dedica aos países mais pobres do mundo. E pior ainda, reage violentamente, sempre que alguém tenta lembrar Washington de suas responsabilidades. □

AS CIFRAS

| Os Países Menos Desenvolvidos | População em 1979 (milhões) | PIB por habitante em dólares em 1978 | Índice de crescimento econômico anual – média entre 1960 e 1979 |
|---------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|---|
| Afeganistão | 15,5 | 241 | 0,7 |
| Alto Volta | 6,7 | 447 | 1,9 |
| Bangladesh | 86,6 | 118 | 1,4 |
| Benin | 3,5 | 224 | 0,8 |
| Butão | 1,4 | 103 | — |
| Botsuana | 0,8 | 632 | -3,6 |
| Burundi | 4,4 | 146 | 1,6 |
| Cabo Verde | 0,3 | 150 | -1,6 |
| Rep. Centro-Africana | 2 | 248 | -0,9 |
| Chade | 4,4 | 188 | -1,4 |
| Comores | 0,3 | 248 | 1 |
| Iêmen | | | |
| Democrático | 1,8 | 316 | -3 |
| Etiópia | 30,4 | 143 | 0,6 |
| Gâmbia | 0,6 | 244 | 1,1 |
| Guiné | 4,9 | 262 | -0,3 |
| Guiné-Bissau | 0,6 | 201 | 0,7 |
| Haiti | 4,9 | 278 | 0,5 |
| Laos | 3,6 | 83 | 0,1 |
| Lesoto | 1,3 | 145 | 0,1 |
| Malawi | 5,8 | 175 | 2,9 |
| Maldivas | 0,2 | 150 | — |
| Mali | 6,5 | 131 | -1,2 |
| Nepal | 13,7 | 119 | 0,3 |
| Níger | 5,2 | 220 | 1,8 |
| Ruanda | 4,7 | 188 | 1,5 |
| Samoa | 0,2 | 520 | — |
| Somália | 3,5 | 130 | 0,3 |
| Sudão | 17,9 | 320 | -0,1 |
| Uganda | 13,2 | 280 | -0,8 |
| Tanzânia | 18,6 | 263 | 2,9 |
| Total de Países Menos Desenvolvidos | 268,5 | 201 | 0,7 |
| Total dos Países Subdesenvolvidos | 2.164,6 | 661 | 2,9 |
| Países Socialistas da Europa Oriental | 375,7 | 3.681 | 5,4 |
| Países Capitalistas Desenvolvidos | 780,5 | 7.992 | 3,4 |

Fonte: Unctad

A lama vermelha ameaça a Jamaica

As consequências da falta de planejamento físico de uma indústria
altamente poluente como a da bauxita criam sérios
problemas na fauna, flora e águas fluviais da ilha caribenha

*Beverley Newell**

Embora seja responsável por 60% das divisas estrangeiras que entram no país, a indústria jamaicana de bauxita/alumina não passa de um rebento novo quando comparada a outras áreas fundamentais da atividade econômica — as indústrias do turismo, do açúcar e da banana, por exemplo.

A bauxita foi descoberta na Jamaica em 1827 por Sir Thomas de La Beche, o primeiro geólogo do Estado, mas somente um século depois o país fez seu primeiro embarque de minério. De 240 mil toneladas em 1952, as exportações passaram a pouco mais de 6 milhões de toneladas no ano passado. As exportações de alumina datam de 1953, quando 29 mil toneladas foram despachadas para o exterior. No ano passado, 2,3 milhões de toneladas foram exportadas. A indústria vem proporcionando ao governo uma renda que passou de 436 mil dólares em 1954 para um recorde de 209 milhões em *royalties* e impostos pagos pelas companhias no ano passado.

Estas estatísticas demonstram a importância da indústria de bauxita/alumina, especialmente para os milhares de trabalhadores e seus dependentes que se beneficiam diretamente da operação local de cinco transnacionais

— *Alpart, Alcan, Alcoa, Kaiser e Reynolds*. Atualmente, vastas extensões de terra no centro, sul e, em menor escala, no norte da Jamaica fazem parte do âmbito das operações de mineração e processamento dessas companhias.

Mas, enquanto se dá ênfase às vantagens econômicas proporcionadas pela indústria, seus efeitos sobre a ecologia — sobre o ar, a água, a flora e fauna, a terra e, em última análise, o próprio bem-estar nacional — vêm sendo tradicionalmente relegados à posição secundária, principalmente em decorrência da ignorância das autoridades, no início da década de 50, quanto às relações mútuas entre desenvolvimento e controle ecológico. De fato, somente em meados da década de 70 foram dados os primeiros passos na direção do reconhecimento da importância deste último, com a publicação de um Plano Físico Nacional.

Problemas ecológicos

Em primeiro lugar, deve-se levar em conta que a geografia aci-

*O autor é *expert* em problemas industriais e ecológicos. Ele escreve de Kingston, capital da Jamaica.

dentada do país restringiu as atividades agrícolas, industriais e outras formas de desenvolvimento a um limitado número de regiões, gerando acirrada concorrência para a obtenção de terras. Não é de se admirar, portanto, que, através dos anos, valiosas terras de cultivo tenham sido arrendadas e compradas para mineração de bauxita — em detrimento do país, como se percebe agora, quando a ênfase da economia jamaicana é colocada sobre a produção nacional de alimentos, cujas importações custam ao país cerca de 30 milhões de dólares por mês. A recuperação, restauração e reabilitação de terras exploradas para mineração, necessárias para devolvê-las ao cultivo, constituem um processo lento e demorado.

Diante de tal desafio, uma alta autoridade do governo explicou que era "muito difícil escolher entre a bauxita e a agricultura". Trata-se, realmente, de um exemplo em que o desenvolvimento é contra-produtivo e revela falta de visão em relação ao problema, pois grande parte da renda gerada pela indústria de bauxita/alumina é gasta na aquisição de alimentos, ao invés de servir para melhorar o padrão de vida do povo.

Outros problemas incluem as incômodas nuvens de poeira levantadas pelos caminhões que transportam o minério ao longo de estradas de terra, inconveniente facilmente aliviado pela aplicação de água ou cloreto de cálcio, que endurece o leito das estradas. Contudo, há indícios de que o manuseio de bauxita nos portos do país pode vir a ter graves consequências. Já se verificou que a fauna de coral, peixes e tartarugas no balneário de Oito Rios está sendo destruída pela bauxita derramada durante o carregamento dos navios — situação que ameaça o futuro da pesca naquela região, bem como o do turismo, que é a segunda maior fonte de divisas do país.

Cinco milhões de toneladas de lama

Mas o efeito das quatro fábricas de alumina sobre o ambiente, a curto e longo prazos, é motivo de preocupações ainda mais sérias. O problema é duplo — a colocação de detritos industriais em poços de lama e a incômoda poeira nas vizinhanças das fábricas.

Em 1977, cerca de cinco milhões de toneladas de lama seca foram bombeadas para poços de armazenamento, juntamente com a água necessária, o que representa 80% dos resíduos, constituídos principalmente por soda cáustica e barrilha. Como muitos desses poços são localizados em vales caracterizados por falhas geológicas, e como grande parte do solo da Jamaica é calcáreo, é difícil vedar os poços e evitar infiltrações. O resultado é a constante ameaça da intrusão de uma solução afetada pela lama vermelha no sistema subterrâneo de água.

Os índices locais de poluição da água pela lama vermelha pas-

saram a apresentar: a) um aumento da concentração de sódio, enquanto o conteúdo de cloro permanece normal; b) o nível de acidez aumenta 10% ou mais; c) o teor de cálcio na água diminui e ocorre uma calcinação dos poços de água nas regiões afetadas.

O Rio Cobre, que desempenha papel vital na irrigação dos canaviais e propriedades agrícolas de St. Catherine, além de fornecer água para a capital do país, Kingston, já foi ameaçado pelas operações da *Alcan* na fábrica de Ewarton.

Tal ameaça pode passar despercebida para o cidadão comum, mas o mesmo não se pode dizer do poço de lama daquela fábrica. Seu enorme vulto vermelho pode ser visto da estrada tortuosa, usada frequentemente para o transporte entre Kingston e a costa norte. A vegetação da região, estiolada, tem uma coloração amarelada e, mesmo sem se conhecer o cheiro de soda cáustica, sente-se ali um penetrante odor de produtos químicos. Embora lentas, as infiltrações provenientes desse poço já afetaram partes do sistema subterrâneo de água da região Linstead/Ewarton.

Antes do fechamento da *Revere Alumina Limited* em 1975, os rios Maggotty e Negro, no município de St. Elizabeth, tinham também sofrido sérios danos. As implicações da poluição da água pelos poços de lama vermelha assumem dimensões assustadoras quando se considera que o sistema subterrâneo de água na Jamaica é interligado por canais, tornando possível a extensão dos danos até mesmo a pessoas que residam a uma distância de milhas da fonte de poluição. Isto foi reconhecido por um perito da indústria local, dr. V. G. Hill, num estudo publicado em 1977, que observou que um projeto de

abastecimento de água que estava sendo planejado na época para servir aos residentes de três paróquias, poderia ser ameaçado pela poluição produzida pela fábrica da *Alpart* em Nain, St. Elizabeth.

O fato ainda mais alarmante é que a infiltração é passível de persistir muito tempo depois que os poços tenham sido abandonados. Outra constante ameaça num país onde os terremotos não são raros é que um desses poços venha a romper-se, inundando as vizinhanças com milhões de toneladas de lama vermelha nociva.

As alternativas possíveis

A eliminação do resíduo de lama vermelha é um problema que afeta a indústria de bauxita/alumina no mundo inteiro, e a Jamaica, como outros países produtores, estuda atualmente outras alternativas. No caso do despejo em alto mar, solução que tem sido tão defendida ultimamente, deve-se considerar seriamente o possível impacto sobre a fauna marinha e sobre as praias, numa região em que o turismo é de fundamental importância. Por outro lado, alega-se que são proibitivos os investimentos e a tecnologia necessários à utilização da lama vermelha para fins industriais.

Atualmente, a *Alcoa Minerals* é a única companhia cujo poço de lama não cria problemas ecológicos notáveis, mas o sistema empregado pela firma, que recicla a fase líquida da lama em seu processo de produção, requer perto de 100 acres de valiosas terras de cultivo a cada cinco anos. Hoje não restam dúvidas de que o sistema normal de fiscalização por parte das companhias e do governo é incapaz de resolver o problema.

Outra causa de preocupação para as regiões habitadas nas pro-



ximidades das fábricas é o problema da poeira, criado pela operação de processamento de alumina. Há ocasiões em que os tetos, plantas, animais, a superfície da água dos tanques e até mesmo a mobília ficam submersos por uma espessa camada de pó branco de alumina. Membros dessas comunidades rurais, muitos dos quais vivem de suas plantações, queixam-se de que a poeira prejudica o crescimento das plantas e mata animais. Outros ainda mencionam distúrbios físicos como hemorragias nasais, rinite e tosse excessiva. Além disso, dizem que a soda cáustica e outros produtos químicos contidos na poeira provocam a corrosão dos tetos.

O que é desesperador é que, após muitos anos de queixas e de instauração de várias investigações promovidas pelo governo, os residentes das áreas afetadas continuam submetidos às mesmas condições. Embora reconhecendo que a poeira é um sério inconveniente, as companhias negam que ela prejudique a saúde. Alegam que grande parte do problema decorre do emprego de técnicas inadequadas de cultivo e de materiais de construção de má qualidade.

Até hoje, os testes científicos não trouxeram resultados concludentes, o que não contribui para aliviar a situação e deixa a maioria das vítimas sem outra opção senão aceitar qualquer indenização que lhe for oferecida — geralmente insuficiente.

O papel do governo

Cabe ao governo a tarefa de tomar as medidas necessárias para que o desenvolvimento não seja realizado às custas do meio ambiente e, em última análise, do bem-estar nacional.

No entanto, até pouco tempo, o governo mal participava do desenvolvimento da indústria de bauxita/alumina. As companhias eram autorizadas a instalar operações nas proximidades de cidades habitadas; e, na ausência de padrões ecológicos estabelecidos pelo governo, sua única responsabilidade era atingir as metas de produção. A atividade econômica gerada pela indústria de bauxita/alumina levou ao estabelecimento de núcleos habitacionais e áreas de lazer demasiadamente próximos das fábricas, sem a permissão das autoridades competentes. Hoje, essas comunidades e a própria indústria já estão tão

implantadas que a relocação deixa de ser viável.

A Jamaica começa a aprender a importância do planejamento ambiental, agora que se defronta com a difícil implementação técnica de medidas corretivas contra a poluição.

No momento em que o governo promove a pesquisa de novas formas de investimento industrial no país, a necessidade de uma clara regulamentação ecológica e respectivas sanções legais se torna ainda mais crucial e é reclamada pela opinião pública. Somente neste contexto deve-se cogitar a expansão da indústria de bauxita/alumina. Além disso, o governo deve exigir que a tecnologia e as verbas à disposição da indústria sejam canalizadas para a pesquisa de métodos adequados de eliminação da lama vermelha e de instalação de equipamentos para o controle eficaz da emissão de poeira, como medidas preliminares.

O potencial econômico e os benefícios decorrentes deste setor da economia são inegáveis, mas devem servir para melhorar e não para destruir outros aspectos do meio ambiente, vitais para a sobrevivência da Jamaica como nação.



Moçambique reforma jornais

O governo da Frelimo promove uma mudança profunda nos meios de comunicação para enfrentar o bloqueio das transnacionais e aumentar o nível de informação popular

Etevaldo Hipólito

O governo de Moçambique realizou importantes modificações nos órgãos de informação existentes no país, com vistas a fazer frente às pressões que a região vem sofrendo por parte dos meios de comunicação estrangeiros. No contato que manteve com a imprensa para anunciar as medidas a serem introduzidas, o ministro José Luís Cabaço acentuou que desta forma era dado mais um passo no sentido da imprensa local participar na criação de uma nova ordem internacional de informação.

"Atravessamos uma fase em que a tônica dominante é a agressão descarada do imperialismo contra as novas nações independentes" — disse o Ministro, que sublinhou as pressões feitas para criar a divisão no seio dos países africanos, particularmente os da África Austral, que procuram alcançar o desenvolvimento sem a participação do imperialismo. Neste momento, segundo o Ministro, verifica-se uma agudização do conflito com os centros de poder do capitalismo mundial, que desencadearam uma verdadeira guerra de propaganda através das suas agências. Ela é outro aspecto da luta que se desenvolve na área econômica e no campo militar.

No editorial do primeiro número da nova etapa, o diário "Notícias", publicado em Ma-



O novo jornal circula só aos domingos

puto, relembra aos seus leitores o papel reservado pelo partido Frelimo aos meios de comunicação social em Moçambique. Assinalava que a organização revolucionária exige que os veículos de informação não devam andar a reboque, mas ser um destacamento avançado no combate ideológico. Os jornalistas, em consequência, não podem se automarginalizar no processo de construção do socialismo. Não há lugar para observadores, para um "juiz exterior ao processo revolucionário, árbitro que no final do combate contabiliza os danos e os anuncia a um público que imagina tão distante". Estes profissionais são parte atuante do processo político.

Com as alterações introduzidas, foi modificada a feição gráfica do jornal "Notícias", que deixou de circular aos domingos. Neste dia se edita o semanário "Domingo", em formato tablóide e que, ao mesmo tempo que é informativo, tem um cunho marcadamente recreativo. O ex-"Notícias da Beira" cedeu lugar para o "Diário de Moçambique", que também adotou o formato pequeno. A sua denominação é uma homenagem ao jornal que circulou com esse nome antes da independência de Moçambique até ser fechado pelas autoridades coloniais.

A direção do "Domingo" foi entregue ao conhecido fotógrafo Ricardo Rangel, que tem uma larga trajetória na informação em Moçambique. Mia Couto, que vinha dirigindo o "Notícias" foi confirmado no seu cargo, enquanto que Botelho Muniz assumiu o "Diário de Moçambique".

No mesmo dia que saíram as novas publicações, voltou a circular "O Combate", órgão oficial das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). Também começou a ser emitido o programa radiofônico das FPLM, depois de uma ano de interrupção. A data escolhida marca o 17º aniversário do braço armado da Frelimo, que conduziu a luta contra o regime colonial português.

O ministro José Luís Cabaço indicou, no seu encontro com a imprensa nacional e estrangeira, que proximamente serão remodelados outros órgãos de informação. Algumas modificações já se encontram em curso, como é o caso do documentário cinematográfico "Kuxa-Kanema" que passou a ser semanal e produzido por uma equipe constituída por moçambicanos. Neste momento está a ser concluída a segunda etapa do projeto de instalação de uma televisão experimental. □

A inteligência contra a força

Trezentos intelectuais latino-americanos decidem em Havana que a defesa do patrimônio cultural do continente também é uma forma de resistir à beligerância dos EUA

Argemiro Ferreira*

“Nossa América” foi a expressão cunhada ainda no século passado pelo poeta José Martí em oposição à “América que não é nossa”, na qual ele incluía essencialmente os Estados Unidos e o que considerava “América Européia”. O conceito tem hoje a vantagem de abarcar tanto a América Latina — de língua espanhola, portuguesa e francesa — como os países do Caribe que falam inglês, holandês ou dialetos resultantes de línguas impostas pelos antigos colonizadores.

Entre 4 e 7 de setembro deste ano, ante uma convocação inspirada pelo romancista colombiano Gabriel García Márquez, em defesa dos direitos soberanos e democráticos dos povos da América Nova cantada por Martí, quase três centenas de intelectuais estiveram reunidos no Palácio das Convenções de Havana, Cuba. E na declaração final desse Encontro de Intelectuais pela Soberania dos Povos da Nossa América, eles advertiram para a ameaça de uma agressão aberta dos Estados Unidos contra Cuba, Nicarágua e Granada. Proclamaram ainda a necessidade de uma união, acima das naturais divergências secundárias, em favor dos povos ameaçados do continente.

Para consagrar essa unidade, os escritores, músicos, sociólogos, cineastas, artistas plásticos, teatrólogos, historiadores, jornalistas, compositores, críticos e teóricos da cultura que participaram do Encontro — o maior já realizado pela *Casa de las Américas* em seus 20 anos de existência — também decidiram criar um Comitê Permanente de Intelectuais pela Soberania dos Povos da Nossa América, integrado por 12 personalidades de diferentes países: Mario Benedetti (Uruguai), Juan Bosch (República Dominicana), Chico Buarque de Hollanda (Brasil), Ernesto Cardenal (Nicarágua), Suzy Castor (Haiti), Julio Cortázar (Argentina), García Márquez (Colômbia), Pablo González Casanova (México), George Lamming (Barbados), Roberto Matta (Chile), Miguel Otero Silva (Venezuela) e Mariano Rodríguez (Cuba).

Encarregado de dar continuidade às tarefas do Encontro, o Comitê Permanente deverá reunir-se com a frequência necessária, manter-se em estreito contato e garantir uma resposta rápida ante qualquer ameaça à soberania dos povos do continente. No

* Jornalista brasileiro, membro da direção do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro

discurso de encerramento da reunião, o poeta nicaraguense Ernesto Cardenal, ministro da Cultura do governo sandinista, propôs a realização de um Segundo Encontro na Nicarágua — proposta que o Comitê Permanente trabalhará agora para tornar realidade.

Na reunião de Havana, a presença de um número expressivo de representantes da vida cultural e política do continente foi apenas um dos fatores de relevo. Os 59 trabalhos apresentados pelos participantes foram discutidos, algumas vezes acaloradamente, nas três comissões de trabalho, instaladas de acordo com os itens fixados para o temário: 1) fatores econômicos e sociais que afetam a soberania de nossos povos; 2) fatores culturais que limitam a soberania; 3) problemas e situações atuais na luta pela soberania.

Riqueza de criação

A variedade de pontos de vista, que a Declaração Final fez questão de ressaltar, contribuiu para enriquecer o debate, na busca de posições comuns. “Viemos de terras muito diversas e nossos pontos de vista não são unânimes. Mas essas diferenças estão

muito longe de serem antagonistas e são, ao contrário, uma prova a mais de nossa riqueza de criação", diz o documento.

De fato, durante os quatro dias do Encontro, inaugurado numa sessão solene que contou com a presença do presidente Fidel Castro, essa diversidade permitia um intercâmbio singular de impressões e experiências. E para complementar esse quadro, cumpriu-se um programa suficientemente eclético para incluir a inauguração de uma mostra da Coleção Permanente da Casa das Américas (172 obras de quase 100 artistas da maioria dos países da América Latina e Caribe), a exibição de documentários de cineastas do porte do cubano Santiago Alvarez (um dos presentes ao Encontro, juntamente com o argentino Fernando Birri,

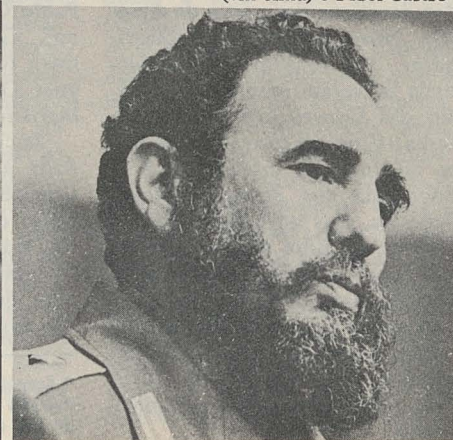
o chileno Patricio Guzmán, o uruguaio Mario Handler, o brasileiro Geraldo Sarno e vários outros), e uma homenagem especial ao brasileiro Glauber Rocha, recentemente falecido. Houve também lançamentos diários de livros na presença dos próprios autores — entre eles García Márquez (*Crônica de una muerte anunciada*), o chileno Fernando Alegría (*Caballo de copas*), o dominicano Juan Bosch (*De Cristóbal Colón a Fidel Castro*, uma documentada história do Caribe) e o guatemalteco Guillermo Toriello Garrido (*Guatemala, más de 20 años de traición*).

Entre duas sessões de trabalho das comissões, era perfeitamente possível falar com Eduardo Galeano sobre as experiências que resultaram no seu "As Veias Abertas da América Lati-

na", recordar com Bosch a intervenção de 1965 em São Domingos e o episódio constitucionalista, inquirir o artista equatoriano Oswaldo Guayasamin sobre a fase mais recente de seu talento criador ou esclarecer com Guillermo Toriello detalhes em torno de seu desafio solitário em 1954 — como chanceler da Guatemala de Jacobo Arbenz — a arrogância devastadora do então secretário de Estado John Foster Dulles na



O escritor uruguaio Mário Benedetti (à esquerda) denunciou o belicismo na reunião em que Cuba esteve representada por Armando Hart (em cima) e Fidel Castro



Conferência Interamericana de Caracas. Brasileiros como Frei Beto, sacerdote e escritor, Fernando Morais, escritor e deputado, Mário Schemberg, físico e crítico de arte, Ruth Escobar, teatróloga, tinham alguma coisa a dizer, nas comissões ou fora delas.

No ônibus, a caminho do Palácio das Convenções, o companheiro do lado poderia ser o escritor, professor, jornalista e diplomata panamenho Moisés Torrijos Herrera, para quem há boas razões para considerar pelo menos estranho o recente acidente aéreo que matou seu irmão, general Omar Torrijos, o líder que na última década mudou a história do Panamá. No mesmo dia em que uma entrevista sua sobre o assunto era publicada no México pelo *Excelsior*, Moisés Torri-

jos me falou de suas dúvidas: há algum tempo, segundo contou, dois ex-agentes da CIA tinham revelado ao general que a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos planejava o seu assassinato em 1973. Por isso e em virtude de detalhes contraditórios e pouco claros em torno do acidente, alguns amigos do líder panamenho estão empenhados numa investigação particular, paralela à que vem sendo conduzida pelo governo do Panamá.

No aprofundamento das discussões do temário nas comissões, ganharam destaque problemas relacionados com a transnacionalização e descaracterização da cultura, o desequilíbrio no fluxo da informação mundial, as ameaças à identidade cultural dos povos da Nossa América e, de

modo especial, a necessidade de uma frente ampla latino-americana e caribenha para resistir às ações decorrentes do acesso de grupos abertamente reacionários ao governo dos EUA.

Já na abertura do Encontro, por exemplo, o ministro cubano da Cultura, Armando Hart, referiu-se aos dados contundentes contidos no relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação — a chamada Comissão MacBride, da Unesco. “Os Estados Unidos controlam 75% do fluxo internacional de televisão e 50% dos filmes exibidos no mundo. Nos países latino-americanos, 60% ou 70% da programação de televisão provém dos Estados Unidos. Há alguns anos, os Estados Unidos tinham 62% do orçamento publicitário mundial. As

Fórmula explosiva

□ Em Cuba, antes, durante e depois do encontro dos intelectuais, houve um claro esforço de repensar, sem preconceitos, a realidade latino-americana e, em especial, o relacionamento entre os militantes de origem cristã e de adesão marxista. Essa preocupação, aliás, vem de longe. Mais precisamente: vem do balanço de 15 anos de revolução que foi dado no I Congresso do Partido Comunista de Cuba, em 1975. O relatório das vitórias alcançadas feito por Fidel não deixou de lado os erros cometidos, quer na gestão da economia, quer nos campos ideológico e cultural. Em consequência disso, foram tomadas medidas que abalaram profundamente a sociedade cubana, uma das quais foi a criação de um Ministério da Cultura. Colocou-se à sua frente Armando Hart, um homem que reunia o que por lá se chamava de “rango histórico”, ou seja, hierarquia na luta militar contra a ditadura, a autoridade de ser membro do Birô Político e a de ser um intelectual respeitado.

Armando Hart conseguiu abrir de par em par as portas do mundo intelectual cubano. Em primeiro lugar, teve influência suficiente para requi-

sitar onde entendeu os seus colaboradores. Transformou Alfredo Guevara, criador do cinema cubano e Antonio Núñez Jiménez, comandante da Sierra Maestra e embaixador no Peru, em vice-ministros. Requisitou o ex-embaixador na Argélia, Rafael Moya, para o seu setor de relações internacionais. Confiou a María Leyseca, outra combatente histórica, responsabilidades na estruturação interna do ministério. Mas, o que de mais importante fez, foi romper antigos preconceitos e receios, trazendo de volta ao primeiro plano da vida cultural do país homens que dela haviam sido afastados por burocratas temerosos de incorrer em censuras políticas. O poeta Pablo Armando Fernández, o romancista Miguel Barnet, o poeta católico Eliseo Diego e o pintor Wilfred Lam, que nunca se enquadraram no processo cubano.

Mas a mais notável mudança foi comunicada, como de hábito, através de um discurso de Fidel:

— Quando estive na Nicarágua, disseram-se que já não se trata mais de fazer uma aliança entre comunistas e católicos nas lutas revolucionárias da América Latina. Trata-se, agora, de fazer-se a unidade. Não sei o que o imperialismo pensará disso. O que sei é que a fórmula é altamente explosiva.

Márcio Moreira Alves

10 empresas que dominam o mercado internacional da publicidade operam sob bandeira norte-americana. (...) Os computadores e telex via satélite mediante circuito periférico ultra-rápido facilitam às agências norte-americanas UPI e AP processar e transmitir 8 milhões de palavras por dia. Enquanto isso, 7 agências do mundo subdesenvolvido, entre as mais dinâmicas, mal superam as 50 mil palavras diárias. A AP e a UPI dominam quase 70% da informação internacional.”

Vários estudos discutidos no Encontro buscavam analisar essa

ofensiva permanente e descobrir os meios capazes de detê-la. Outros se concentravam nos próprios esforços de afirmação da identidade cultural e na sua capacidade de resistência à penetração dos meios de comunicação de massa e dos modelos e padrões impostos ao Terceiro Mundo.

Carta aberta aos intelectuais norte-americanos

Também motivo da preocupação de muitos trabalhos, a decisão norte-americana de fabricar

a bomba de nêutrons e de intensificar a corrida armamentista, acabou por merecer denúncia vigorosa tanto na Declaração Final — lida por García Márquez — como na Carta Aberta que os intelectuais presentes decidiram enviar aos seus colegas dos Estados Unidos.

“Sabemos que há assuntos em torno dos quais podemos estar em desacordo”, observa a Carta, cuja leitura ficou a cargo da escritora salvadorenha Claribel Alegria. “Mas este não é o momento de dirimir nossas discrepâncias. A decisão do governo

Declaração de Havana

☐ É o seguinte, o texto da declaração final do Primeiro Encontro de Intelectuais Latino-Americanos:

— Os participantes do Primeiro Encontro de Intelectuais pela Soberania dos Povos de Nossa América, reafirmam o caráter essencial de nossa unidade e fixam o sentido de nossas responsabilidades neste momento difícil. Para dar continuidade a esta ação, decidimos criar um Comitê Permanente integrado por personalidades representativas de nossa cultura. Agora, quando o governo dos Estados Unidos ameaça não só reimplantar em nosso continente a anacrônica política do garrote (big stick), como também prepara suas armas para uma nova guerra de destruição mundial, os intelectuais de nossa América estão obrigados a tornar mais intenso o compromisso com nossos povos e em especial com os que enfrentam a opressão, mais com heroísmo do que com recursos materiais.

Faz muito tempo que nosso Continente deixou de ser submisso aos impérios metropolitanos. Os povos estão agora conquistando seu direito à palavra, e a nós cabe a importantíssima responsabilidade de articulá-lo e defendê-lo. O inimigo já sabe disto, razão pela qual colocou todo o poder de sua imaginação repressiva a serviço de uma desalmada operação de genocídio cultural. É este o sentido da sistemática campanha de tergiversações com que os

monopólios imperiais, com a ajuda de oligarquias locais e seus próprios meios de imposição informativa, estão tratando de desvirtuar a identidade cultural de nossos países para facilitar seu domínio.

Frente a esta conjuntura, nós defenderemos a verdade, a justiça e o belo, não de um modo abstrato, mas com a decisão e a lucidez que a personalidade original de nossas nações está a exigir. Somente o pleno exercício de nossa soberania permitirá que nossos povos usem em proveito próprio suas riquezas humanas, ao mesmo tempo em que a nossa potencialidade cultural dará uma base sólida e uma razão válida de ser para nossas vidas.

Com este espírito criador saudamos a independência de Belize e nos comprometemos a lutar para que os interesses populares que a tornaram possível não sejam desvirtuados por outros alheios ao seu destino. Com este mesmo espírito repudiamos também, do modo mais enérgico possível, o apoio que a administração dos Estados Unidos está fornecendo aos regimes mais bárbaros do continente, e denunciaremos com indignação que os autores dos atos mais atrozes de terrorismo pretendem acusar de terroristas os patriotas que lutam pela felicidade, cultura e identidade nacional de seus povos. Tal é o caso de El Salvador e Guatemala, cujos melhores filhos se propuseram, ao preço de sacrifícios muito duros, a conquistar definitivamente o direito de serem livres.

Não são os desígnios de uma maquinação internacional como se tenta fazer crer, mas sim as condições internas de obscurantismo e miséria que submeteram estes povos durante anos à opressão imperialista. A mentirosa acusação de terroristas feita aos patriotas destes países tem, entre outros

dos Estados Unidos de fabricar a bomba de nêutrons causou justificado alarme em toda parte. Conhecemos e compartilhamos essa inquietação e os protestos manifestados publicamente por alguns destacados cientistas norte-americanos. A estratégia de uma guerra nuclear 'limitada' é hoje enganosa e impossível. Não importa onde estoure a primeira bomba, o povo dos Estados Unidos pode ser inclusive uma de suas primeiras vítimas. E a agressão militar àqueles de nossos povos que lutam heroicamente por conquistar e consolidar sua inde-

pendência pode ter consequências imprevisíveis. (...) Acima de qualquer diferença de critérios, nossa ação conjunta é necessária neste momento para preservar a paz, a cultura, os direitos humanos e a soberania nacional."

Aprovados pelos 294 intelectuais participantes do Encontro, os dois documentos permanecem abertos à adesão dos que ali não estiveram. E com o seu conteúdo já se solidarizaram, em mensagens enviadas ao Encontro, destacados intelectuais como o mexicano Juan Rulfo, o peruano Manuel Scorza, o paraguaio Au-

gusto Roa Bastos, o chileno Ariel Dorfman e os brasileiros Antônio Cândido, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro todos impossibilitados de viajar na ocasião.

O momento final do Encontro foi a recepção oferecida por Fidel Castro no Palácio da Revolução. Mas antes, o presidente cubano condecorou com a Ordem José Martí uma das figuras festejadas com mais carinho e entusiasmo pelos intelectuais presentes — Nicolás Guillén, Poeta Nacional de Cuba, patrimônio de Nossa América. □

objetivos, o de justificar a intervenção dos Estados Unidos e preparar uma agressão aberta contra Cuba, Nicarágua e Granada usando os mais diabólicos métodos de propaganda. Até mesmo o México está sujeito a este tipo de pressão contra a sua política externa independente, que merece nosso reconhecimento.

O imperialismo não é um fator externo, alheio à essência do subdesenvolvimento. É a exploração dos nossos recursos e nossos povos, é a intervenção ilegal em nossos assuntos internos, são as dívidas externas enormes que hipotecam a soberania nacional, a inflação, o controle monopolista da produção, dos mercados e dos meios de informação. Contra estes fatores e mais os intentos de nos dividir, é que nossa unidade passa a ser uma condição indispensável para fazer valer os nossos direitos fundamentais. Tudo isto já é do conhecimento dos patriotas, desde os da colonizada ilha de Porto Rico, até os da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Haiti, cujos povos padecem do genocídio sob ditaduras militares, como também o sabem os últimos enclaves coloniais que ainda existem no Caribe.

Mas a atual política agressiva do Império revela sua debilidade e não sua força. O mundo de hoje não é o que ele deseja, por isto está fracassando no seu objetivo de impedir pela força a libertação dos povos. Assim o demonstram as guerras que, nos últimos tempos, o Império provocou e perdeu. Os povos começam a trilhar novos caminhos e reescrever sua própria história. A repressão e a violência não os deterão. Viemos de terras muito diversas e nossos pontos de vista não são unânimes. Mas estas divergências estão longe de serem antagônicas. São,

ao contrário, uma prova a mais de nossa riqueza de criação. Abrimos mão de nossas diferenças secundárias, e proclamamos o que nos leva a unir-nos em favor dos povos de nossa América.

De nossa trincheira de idéias, à qual milhões de homens e mulheres deram o seu próprio sangue, nós condenamos energeticamente a corrida armamentista — que está alcançando o limite do delírio — e nos juntamos a todos os povos do planeta, incluindo o dos Estados Unidos, que deu provas tão admiráveis de solidariedade e valor quando se opôs à agressão criminosa de seu próprio governo contra o Vietnã.

A decisão de fabricar a bomba de nêutrons, anunciada no mesmo dia em que o mundo lembrava mais uma vez a catástrofe atômica de Hiroshima, fez aumentar o pessimismo de muitos setores da opinião pública internacional sobre os destinos da humanidade. Nós — intelectuais, escritores e artistas de nossa América —, face ao risco de um novo holocausto, assumimos nossa opção pela vida. Lutaremos com todas as nossas forças para que a paz surja como a única vitória possível contra a morte. Nem a bomba de nêutrons, nem qualquer outro artefato de extermínio coletivo são disparados sozinhos. São os homens que decidem o seu uso mortal. Mas estes homens, mesmo dispondo de meios totalitários, podem ser controlados pelo clamor dos povos. É agora, portanto, que a palavra e a imagem devem usar sua capacidade máxima de persuasão, seu poder de recrutamento das forças criadoras, sua lucidez, para convencer-nos de que o extermínio do ser humano pode ser evitado, e que isto será alcançado com o poder invencível da inteligência.

Angolanos aplaudem o "Olho Vivo"



Após 12 anos de trabalho, o grupo "Olho Vivo" consegue agora prestígio internacional com uma nova concepção de teatro político para o grande público



□ "O Grupo União e Olho Vivo veio demonstrar com o seu exemplo vivo que é possível fazer um teatro político, atuante e popular sem recorrer à demagogia fácil, ao panfletário, ao esquematismo e à chateza de processos. O grupo brasileiro apostou forte na comunicação e conseguiu um grande resultado positivo em Angola. De comunicabilidade fácil e exuberante, de sorriso verdadeiro, o Olho Vivo pegou numa festa do povo e mostrou o povo em festa."

"É da visão de grupos como o União e Olho Vivo, sem luxos nem pretensões aristocratizantes, que se aprende a humildade de contar com as próprias forças, com os materiais disponíveis e se aprende a grande riqueza que jaz adormecida no seio do povo, à espera de quem a faça explodir."

E que essa explosão terá sempre a alegria, a vivacidade e a profundidade de um gesto de amor, de uma mão dada a outra mão, numa corrente que derrotará toda as opressões que existem dentro e fora de nós."

Foi com essa crítica que José Mena Abrantes descreveu no Jornal de Angola de 14 de julho último, a temporada que o "Teatro Popular União e Olho Vivo" (de São Paulo, Brasil) realizou em Angola, apresentando o espetáculo "Bumba, Meu Queixada", de César Vieira.

Com 12 anos de vida e mais de dois mil espetáculos a preços simbólicos e seguidos de debates apresentados para operários e subempregados na Grande São Paulo, o "Teatro União e Olho Vivo" compareceu à República Popular de Angola mostrando-se para cerca de 20.000 pessoas em Luanda, Cabinda e Kwanza Norte.

A receptividade do público angolano foi das mais entusiásticas e a troca de experiências entre o grupo brasileiro e entidades artísticas africanas foi das mais produtivas.

A encenação do "Bumba, Meu Queixada" tem por base uma autêntica manifestação da arte popular brasileira: o "Bumba, Meu Boi". Seu tema central é a história das mais importantes greves operárias ocorridas no Brasil nos últimos tempos.

O "Teatro União e Olho Vivo" — que conta entre seus méritos o de ter sido detido algumas vezes pelo regime brasileiro — tem um calendário fixo de mais de 100 apresentações a serem realizadas até janeiro de 1983 na periferia da Grande São Paulo.

Em julho de 1982, o grupo participará dos festejos comemorativos do 26 de julho, em Havana (Cuba), e a seguir estará se apresentando na mostra mundial de teatro de Nova Iorque, Estados Unidos.

MAIS UMA NAÇÃO INDEPENDENTE NO CARIBE

☐ Com 75 mil habitantes, em sua maioria descendentes de escravos, Antígua é o mais novo país do Caribe e do mundo. Com 441,5 quilômetros quadrados, Antígua é formada pelas ilhas Barbuda, Antígua e Redonda (essa desabitada) e viveu mais de três séculos sob soberania britânica. Desde 1967, quando passou à condição de Estado Britânico Associado, Antígua já dirigia sua administração e agora, com a independência, o novo Estado caribenho deverá também gerir as suas Pastas de Relações Exteriores e Defesa.

Em seu primeiro dia como país independente, Antígua fez um apelo às nações industrializadas para que intensifiquem os laços econômicos com o seu governo. O primeiro-ministro Vere Bird recebeu nos primeiros minutos após a declaração da independência os cumprimentos de numerosas delegações estrangeiras que participaram das comemorações.

Antígua passou a fazer parte da Comunidade Britânica e já recebeu do governo inglês um presente de dez milhões de libras esterlinas para ajudar ao desenvolvimento.

NICARÁGUA

☐ Um velho sonho do general Augusto César Sandino começou a se tornar realidade nas últimas semanas na Nicarágua. Na mesma região em que há 50 anos o militar tentou criar cooperativas agrícolas, o governo sandinista começou a distribuir títulos de propriedade da terra para camponeses que se inscreveram nos planos de reforma agrária.

A primeira região a ser beneficiada pelos projetos oficiais foi a de Wiwili, um povoado no norte da Nicarágua, com longa tradição de luta guerrilheira contra a ditadura de Somoza. A reforma agrária nicaragüense deve ser estendida a quase meio milhão de agricultores sem terra, e tem como

grande objetivo alcançar a auto-suficiência alimentar do país, notadamente nos produtos básicos.

Além dos títulos de propriedade, o governo sandinista colocou em operação os tribunais agrários e a lei de incentivo às cooperativas. Os tribunais agrários julgarão todos os casos em que agricultores considerem injustas as normas administrativas que os privaram de terras. No se refere às cooperativas, os primeiros grupos oficialmente reconhecidos pelo governo foram os formados durante a luta contra Somoza.

Até o momento, a maior parte das cooperativas que funcionavam legalmente na Nicarágua eram inspiradas no modelo norte-americano e foram criadas por assessores enviados pelos EUA antes da derrubada de Somoza. A nova lei de cooperativas dá a elas um caráter comunitário e socializado.

O lançamento da reforma agrária na Nicarágua coincidiu com o Dia Mundial da Alimentação. Na mesma oportunidade, o governo anunciou que os incentivos aos pequenos e médios produtores rurais permitirá que o Programa Nacional de Alimentação torne o país auto-suficiente em arroz, feijão e milho, os alimentos básicos da população nicaragüense.

PASCAL ALLENDE

☐ Andrés Pascal Allende, o mais importante dirigente do Movimento de Esquerda Revolucionária do Chile (MIR) rompeu em outubro um longo silêncio de quase sete anos para conceder uma entrevista clandestina à revista mexicana *Por Esto*. O sobrinho do falecido presidente Salvador Allende conversou com os jornalistas dentro de uma base guerrilheira secreta, em território chileno.

Andrés Pascal Allende disse a *Por Esto* que "os partidos da esquerda chilena acham necessário empregar todas as formas de luta para combater o regime ditatorial". O dirigente do MIR garantiu também que "entre as formas de luta, a rebelião armada é um recurso legítimo, que não deve ser posto de lado".

Na entrevista aos jornalistas mexicanos, Pascal Allende revelou que oito partidos da esquerda chilena encontram-se num adiantado estágio de "convergência política", tendo realizado já duas reu-

niões no exterior para acertar uma plataforma comum de luta. A primeira reunião foi em dezembro passado em Havana, e a outra, em setembro último, na capital mexicana.

Ele deu importância especial à reaproximação do MIR com o Partido Comunista Chileno. No passado, as duas organizações tiveram ásperas divergências, mas agora Pascal Allende afirma que o "PC e o MIR são os porta-vozes mais diretos dos sentimentos unitários e combativos das organizações populares chilenas".

A reportagem publicada pela revista *Por Esto* mostra fotografias de Allende dentro do acampamento guerrilheiro do MIR e também grupos armados que pertencem às milícias do movimento. No dia 23 de setembro, o governo chileno admitiu a existência de focos insurrecionais na província de Valdivia, no sul do país, ao anunciar um combate entre guerrilheiros e soldados do exército.

Andrés Pascal Allende regressou clandestinamente ao Chile em 1974, depois da morte do dirigente máximo do MIR, Miguel Enríquez num choque com o exército. Além de dirigir o MIR, Allende comanda também as Milícias de Resistência Popular, o braço armado do Movimento de Esquerda Revolucionária.

A COPPAL APÓIA EL SALVADOR

□ A recente reunião da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal) concluiu com a aprovação de uma declaração em que se dá pleno apoio aos setores da oposição de El Salvador e à decisão franco-mexicana, reconhecendo a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e a Frente Democrática Revolucionária (FDR) como representantes autênticas do povo salvadorenho. A delegação desse país estava encabeçada por Guillermo Ungo, presidente da FDR. A Conferência também exprimiu seu apoio à iniciativa de paz para El Salvador apresentada às Nações Unidas pelo governo da Nicarágua.

Foram admitidos como membros plenos na Coppal quatro novos grupos políticos: o Movimento *New Jewel* (Nova Jóia) de Granada, o Partido Radical do Chile, o Movimento de Esquerda

Revolucionária, da Bolívia, e a Convergência Democrática do Uruguai. A Coppal decidiu solicitar à ONU que inclua em sua agenda de discussões de 1982 a análise do problema colonial de Porto Rico e declare que a "independência porto-riquenha é a única solução autenticamente descolonizadora para esse povo irmão latino-americano".

Os dirigentes reunidos no México renderam uma homenagem especial a Jaime Roldós e ao general Omar Torrijos "mortos em circunstâncias ainda não esclarecidas" e fizeram um minuto de silêncio em memória do ex-presidente da Venezuela, Rómulo Betancourt. Também decidiram enviar um telegrama ao general Gregório Álvarez, presidente do Uruguai, para exigir a liberdade do general Líber Seregni, líder da oposição daquele país, preso há vários anos. Da reunião participaram 22 partidos políticos latino-americanos.

A Coppal se reunirá no Panamá no fim de novembro, para analisar a solução pacífica para os problemas da América Central e para avaliar os resultados da Reunião sobre Cooperação e Desenvolvimento (Diálogo Norte-Sul), de Cancún.

Roberto Bardini

OS POVOS INDÍGENAS QUEREM TERRAS

□ Num recente giro pela Europa, o primeiro vice-presidente do Conselho Mundial de Povos Indígenas, Melillan Painemal — pertencente ao povo *mapuche* do Chile — afirmou que sua organização "tomou uma clara definição ao lado dos explorados e humilhados de todas as raças e povos".

A Organização, fundada em 1977, está integrada por cinco Conselhos Regionais: América do Sul, América Central, América do Norte, Austrália e Europa (que inclui os lapões, povos originários dos países nórdicos). São observadores o Japão, a Índia, a África e as ilhas do Pacífico, "que serão proximamente integrados como representantes plenos", conforme afirmou Melillan Painemal. Seu atual presidente é o costarriquenho Carlos Novales, da tribo dos *baroca*.

O Conselho Mundial dos Povos Indígenas tem a sua sede em Lethbridge, no Canadá, mas segundo o primeiro vice-presidente, pensa-se em transferir sua representação para Nova Iorque a fim de que esteja mais próxima dos organismos internacionais. O

Conselho é reconhecido pelas Nações Unidas como uma organização não-governamental.

A reivindicação mais urgente dos povos indígenas representados no organismo é o direito à terra, "já que tentam eliminar os nativos reduzindo-lhes o espaço vital, através do roubo de suas terras primitivas".

O Conselho também luta pela "plena autonomia e autogestão dos povos indígenas naqueles países em que são minoria", e para "chegar ao poder naqueles em que são a maioria, como a Bolívia, Peru, Equador", afirmou Painemal. "Os indígenas são capazes de decidir sobre seu próprio destino", acrescentou ainda. "O Conselho não tem somente a missão de defender as reivindicações dos indígenas, mas também a de elaborar projetos de desenvolvimento que serão postos em prática nos diversos continentes, ocupando-se da capacitação dos nativos".

Referindo-se a casos concretos, Painemal criticou a legislação brasileira que "para todo efeito legal, considera os indígenas menores de idade, tendo estes de ser acompanhados por tutores quando viajam ou têm que fazer qualquer tramitação, o que constitui caso único no mundo", afirmou.

SRI LANKA

☐ Generalizou-se numa profunda controvérsia a decisão do governo de Sri Lanka em aceitar o projeto de uma corporação transnacional norte-americana para instalar um depósito de petróleo em Tricomalee, China Bay. A medida causou surpresa e desagrado, principalmente porque, segundo transpirou nos meios políticos e diplomáticos, a transnacional tem obrigações contratuais para abastecer de combustível as forças navais norte-americanas.

O terminal petrolífero, considerado como o maior do sul da Ásia, armazenará petróleo, produtos refinados, hidrocarburetos, petroquímicos, solventes, óleos e outros derivados, segundo um memorando do Ministério de Indústria e Assuntos Científicos. Na opinião do ministro, trata-se de converter Tricomalee no maior terminal petrolífero da Ásia, a exemplo de Singapura, para obter divisas.

O acordo assinado — que não foi submetido à consideração do Parlamento — estabelece que a firma norte-americana poderá utilizar os 100 tanques de armazenamento da antiga base naval britânica de Tricomalee, muitos dos quais serão reparados e limpos, já que não são usados desde que foram bombardeados pelos japoneses na Segunda Guerra Mundial. O porto deverá ser dragado para permitir a operação de super-petroleiros. O convênio terá vigência por 25 anos.

O oposicionista Partido da Libertação, numa intervenção no Congresso, denunciou que a assinatura do acordo poderia comprometer a política não-alinhada da ilha e a reivindicação de fazer do Oceano Índico uma zona de paz. Sri Lanka, como se sabe, foi o país-sede da V Conferência de Cúpula dos Não-Alinhados e exerceu a presidência do movimento de 1976 a 1979.

Segundo os comentaristas, o acordo criou um clima de inquietação na Índia, que já havia formulado algumas exigências ao governo de Colombo quando começou-se a falar do possível acordo com a transnacional, há vários meses atrás.

Resistir é preciso

ALIPIO DE FREITAS

**Impossível ser o mesmo
após a leitura
deste depoimento
de um tempo brasileiro
de opressão e arbítrio.**



*Em todas
as livrarias ou pelo
Reembolso Postal.
Pedidos à*



DISTRIBUIDORA RECORD
DE SERVIÇOS DE IMPRENSA S.A.
Rua Argentina, 171 São Cristóvão
20.921 — RIO DE JANEIRO — RJ

TELEX

● Malária versus armas

Segundo relatórios elaborados por um grupo de peritos das Nações Unidas, com o dinheiro gasto em armamentos em 12 horas poder-se-ia erradicar a malária. Um desses relatórios informa que as despesas em armamentos atingem a quantia de 450 bilhões de dólares anuais enquanto a assistência oficial para o desenvolvimento mal supera os 20 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, morrem anualmente no mundo 75 milhões de crianças vitimadas por doenças de fácil prevenção.

● Pesca e desenvolvimento

A principal decisão da reunião do Sela foi a criação de um organismo latino-americano para o desenvolvimento da pesca. A organização tem por objetivo a "cooperação, promoção e financiamento das atividades naquele campo a nível continental" e tratará de aproveitar as experiências dos países-membros do Comitê de Ação de Produtos do Mar e Água Doce do Sela.

● Eleições internas

Os partidos Blanco e Colorado, do Uruguai, pressionam o governo no sentido de antecipar as eleições partidárias internas, marcadas para o mês de novembro de 1982, e que seriam o primeiro passo para a normalização da vida política do país. Porém, o próprio presidente Gregório Álvarez afirmou que "não vamos voltar à situação anterior" e agregou: "Sinto desprezo pelos que pretendem reivindicar práticas corruptas e demagógicas de uma pseudo-democracia já supe-

rada." As declarações são uma dura crítica contra os dois partidos tradicionais do Uruguai, dentro dos quais existem algumas correntes que reivindicam uma "democracia sem exclusões". Os partidos esquerdistas continuam proibidos de funcionar e não foram contemplados no projeto de abertura atualmente em discussão.

● Proposta de paz

A rádio clandestina salvadorenha "Venceremos" divulgou uma proposta de diálogo da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. A formação de representações civis e militares para negociar a paz, na presença de representantes de governos estrangeiros, é a parte central da proposta popular. Segundo a FMLN, o diálogo "deverá ter um caráter global e deverá desenvolver-se sem condições prévias, e com pleno conhecimento da opinião pública". Seria posto em discussão o estabelecimento de uma nova ordem jurídica e política em El Salvador e a reestruturação das Forças Armadas com elementos do exército que não sejam responsáveis pelo genocídio atual.

● Combates

A Frente Polisario derrubou um avião tipo *F-5B* que as Forças Armadas do Marrocos tinham adquirido recentemente nos Estados Unidos. O avião foi derrubado em duros combates na localidade de Gelta Zemur. Ali, os insurgentes saarauís fizeram numerosos prisioneiros marroquinos e confiscaram grande quantidade de material bélico. Entre os prisioneiros estão seis oficiais (foram aprisionados 204 militares no total) e dois pilotos de aviões *Mirage*. Entre os equi-

pamentos capturados constam um radar, caminhões *Unimog*, 48 veículos *Land-Rover* e um importante número de morteiros e canhões. Guelta Zemur tem grande importância estratégica, em primeiro lugar por ser um lago no meio do deserto, no coração de um alto morro rochoso, a mais de 40 quilômetros da fronteira com a Mauritânia. A partir dali os marroquinos, que a ocupam desde 1975, controlam os movimentos da Polisario nas proximidades das ricas minas de Bu Craa.

● Emergência

O governo peruano decretou o estado de emergência por um período de dois meses em cinco províncias do departamento de Ayacucho, cerca de 500 quilômetros a sudeste de Lima. A medida foi adotada em sessão extraordinária do Conselho de Ministros, presidida pelo chefe de Estado, Belaúnde Terry, como resultado da onda de violência que assola a região. Tentou-se vincular os acontecimentos ao tráfico de drogas, mas os observadores admitem que a violência tem conotações políticas, dado o crescente descontentamento da população com certas medidas do governo, especialmente no que se refere à questão agrária.

● Traficantes

O ministro da Justiça da Dinamarca, Ole Espersen, resolveu instaurar processo contra 11 pessoas implicadas no tráfico de armas para a África do Sul. Várias companhias dinamarquesas de navegação violaram o embargo decretado pelas Nações Unidas contra Pretória, em junho de 1979, e enviaram com destino àquele país um carregamento de 30 toneladas de armas ligeiras.

**relações internacionais
comércio externo
investimento de capitais
cooperação técnica
operações bancárias**

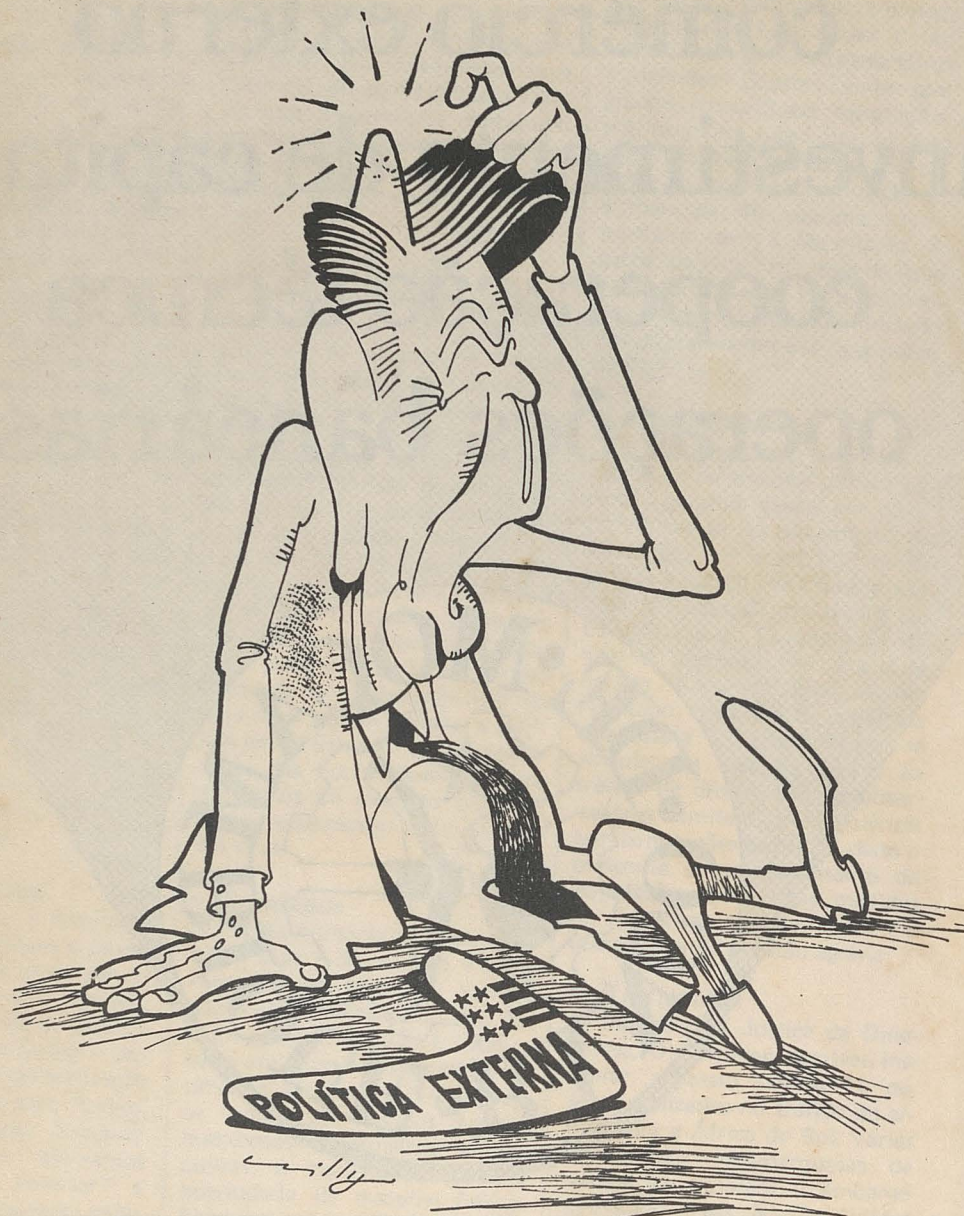


GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO

Av. 25 de Setembro 1695 - Telef. 28151/8 - C. P. 423 - Telegr. MOBANCO - Telex 6-355
Maputo - República Popular de Moçambique

ÚLTIMA PÁGINA

● O
do
no
ele
ma
bre
me
da
o
Ál
vol
agr
que
cas
um
94





TAA

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



ANGOLA AIRLINES

**“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
econômica e
pela da África”**



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacucaco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532

